

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO

ANNA FLÁVIA FELDMANN

**Feminismo em pauta:
um estudo sobre mulheres e jornalismo alternativo**

SÃO PAULO
2018

ANNA FLÁVIA FELDMANN

**Feminismo em pauta:
um estudo sobre mulheres e jornalismo alternativo**

Versão Original

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutora em Comunicação.

Área de concentração: Estudo dos Meios e da Produção Midiática

Orientador: Prof. Dr. Luciano Victor Barros Maluly

SÃO PAULO
2018

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo
Dados inseridos pelo(a) autor(a)

Feldmann, Anna Flávia

Feminismo em pauta: um estudo sobre mulheres e jornalismo alternativo / Anna Flávia Feldmann ; orientador, Luciano Victor Barros Maluly. -- São Paulo, 2018.

151 p.: il.

Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação - Escola de Comunicações e Artes / Universidade de São Paulo.

Bibliografia

Versão original

1. Jornalismo 2. Mulheres 3. Feminismo 4. Jornalismo Alternativo 5. Comunicação Alternativa I. Barros Maluly, Luciano Victor II. Título.

CDD 21.ed. - 070

Elaborado por Sarah Lorenzon Ferreira - CRB-8/6888

Plano de Incentivo à Pesquisa



Esta tese recebeu auxílio financeiro do Plano de Incentivo à Pesquisa – PUC-SP, modalidade: Capacitação Docente, referente ao edital 3301/2018, publicado em 5 de março de 2018.

FELDMANN, A. F. **Feminismo em pauta: um estudo sobre mulheres e jornalismo alternativo.** Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutora em Comunicação.

Aprovada em ____/____/____

Banca examinadora:

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Às grandes mulheres que pesquisei e conheci nestes anos de estudo.
Por acreditarem na força da comunicação e, conseqüentemente, da educação.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, primeiros mestres, incentivadores e orgulhos na vida.

Ao Thalles, pela demonstração de que nossa parceria e amor transcendem barreiras e obstáculos.

Ao Gabriel, por trazer leveza, pureza e sentido ao mundo.

Ao Luciano Maluly, pela amizade e por demonstrar, sempre com entusiasmo, os caminhos da pesquisa.

Aos meus colegas da USP, da PUC-SP e da academia em geral, meus sinceros agradecimentos por dividirem opiniões, divergirem sobre conceitos, corroborarem e alimentarem a cada dia o desenvolvimento desta tese.

Não se pode escrever nada com indiferença.

Simone de Beauvoir

RESUMO

FELDMANN, A. F. **Feminismo em pauta: um estudo sobre mulheres e jornalismo alternativo**. 2018. 151f. Tese (Doutorado). Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

Esta tese analisa a temática feminina no jornalismo alternativo a partir do diálogo entre os campos da comunicação, do jornalismo e dos estudos de gênero no Brasil. Busca-se descrever um panorama histórico de publicações brasileiras, comparando as mudanças e a evolução dos meios, apresentando-se exemplos de valorização e emancipação da mulher dentro das perspectivas sociológica e histórica. Tendo ainda como base publicações de caráter jornalístico, assinala-se o impacto político-social de eventos e fatores que proporcionaram a vinculação da mulher com o jornalismo alternativo nacional. Com o objetivo de aprofundar a compreensão dos dados, o estudo entrevista colaboradoras do Instituto Patrícia Galvão – Mídia e Direitos (IPG) e do Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu (NEG-Pagu), utilizando principalmente o arcabouço metodológico da história oral. O segmento alternativo é entendido como um primeiro rascunho histórico que possibilita compreender a trajetória do feminismo em distintas épocas, traçando as relações entre os estudos de gênero e a sociedade.

Palavras-chave:

Mulheres. Feminismo. Jornalismo. Jornalismo Alternativo. Comunicação Alternativa.

ABSTRACT

Feldmann, A. F. **Feminism on the agenda: a study on women and alternative journalism.** 2018. 151p. PhD Thesis. School of Communications and Arts, University of São Paulo, São Paulo, 2018.

This PhD thesis analyzes the feminine theme in the area of alternative journalism based on the dialogue between the different fields of communication, journalism and gender studies in Brazil. The research seeks to describe a historical panorama of Brazilian publications, comparing the changes and the evolution of the media, presenting examples of the valorization and emancipation of women within the sociological and historical perspectives. Further, based on journalistic publications, the political-social impact of events and factors that have led to the linking of women with national alternative journalism is highlighted. In order to deepen the understanding of the data, the study interviews collaborators of Patrícia Galvão Institute - Media and Rights (IPG) and also the Nucleus of Gender Studies - Pagu (NEG-Pagu), mostly using the methodological framework of oral history. The alternative segment is understood as a first historical sketch that makes it possible to understand the trajectory of feminism at different times, drawing the relations between gender studies and society. The conclusion is that, above all, it is through the alternative channels that feminism is inserted in Brazilian journalism.

Key words:

Women. Feminism. Journalism. Alternative Journalism. Alternative Communication.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Fac-símile da coluna A mulher do povo, no jornal <i>O Homem do Povo</i> , de 1931 .	78
Figura 2 – Fac-símile da primeira edição do jornal <i>Brasil Mulher</i> , de dezembro de 1975.....	86
Figura 3 – Fac-símile da primeira edição do jornal <i>Nós, Mulheres</i> , de junho de 1976.....	86
Figura 4 – Fac-símile da primeira edição do jornal <i>Mulherio</i> , de março de 1981	89
Figura 5 – Capas dos <i>Cadernos Pagu</i> , de 1993 e de 1996.....	93
Figura 6 – Capa comemorativa de 20 anos da revista <i>Estudos Feministas</i> , de 2012.....	94
Figura 7 – Primeira página de <i>Cadernos Pagu</i> , número 21, de 2003	136

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Rendimento médio por sexo.....	98
Gráfico 2 – Jornalistas brasileiros por sexo (2012)	99
Gráfico 3 – Jornalistas brasileiros que atuam em mídia no setor privado: empregadores (2012)	101
Gráfico 4 – Jornalistas brasileiros que atuam fora da mídia.....	102
Gráfico 5 – Do que tratam as notícias que abordam o tema mulher e trabalho? (2010)	105

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Descritivo conceitual metodológico das entrevistas.....	112
Tabela 2 – Quadro de análise: Instituto Patrícia Galvão (IPG), entrevista com Jacira Vieira de Melo.....	122
Tabela 3 – Quadro de análise: <i>Cadernos Pagu</i> - entrevista com Iara A. Beleli e Karla Adriana M. Bessa	134

LISTA DE FOTOS

Fotos 1, 2, 3 e 4 – Jacira Vieira de Melo e esta pesquisadora no Laboratório de Radiojornalismo da ECA-USP.....	123, 124
Foto 5 – Porta de acesso à biblioteca do NEG.....	136
Foto 6 – Iara Aparecida Beleli e esta pesquisadora no momento da entrevista.....	137
Foto 7 – Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu. Prof. Dr. Luciano Victor Barros Maluly, Iara Aparecida Beleli e esta pesquisadora.....	137
Foto 8 – Iara Aparecida Beleli, Karla Adriana Martins Bessa e esta pesquisadora no NEG – Pagu.....	138

SUMÁRIO

1. Introdução	16
2. Comunicação e jornalismo alternativo: conceitos e debates	20
2.1. Tendências da comunicação: entre o capital das redes e os relacionamentos sociais ...	20
2.2. O alternativo em foco: história e perspectivas	31
3. Pensamento feminista: recortes em torno da área de comunicação	44
3.1. Virginia Wolf e Rosa Luxemburgo: invisibilidade programada e condição da mulher	44
3.2. Simone de Beauvoir: o tornar-se mulher no século XX	48
3.3. Dulcília Buitoni e Michele Mattelart: imprensa feminina e estratificação do público feminino	52
3.4. Ecléa Bosi: sobre comunicação de massa e mulheres	56
3.5. Hannah Arendt: filosofia política aplicada ao debate de gênero e jornalismo	57
3.6. Angela Davis, Judith Butler e Berenice Bento: o sujeito mulher na contemporaneidade	61
3.7. Asunción Aragón Varo e Inmaculata Díaz Narbona: sobre a prática jornalística e as questões de gênero	64
4. O jornalismo alternativo e as ondas feministas	71
4.1. Ondas feministas e a dialética dos avanços sociais	71
4.1.1. Primeira onda feminista: periódicos políticos, partidários e de entretenimento	73
4.1.2. Segunda onda feminista: o jornalismo alternativo no Estado autoritário.....	82
4.1.3. Terceira onda feminista: das pesquisas acadêmicas às ativistas em rede do século XXI.....	91
4.2. O jornalismo e o debate de gênero no século XXI	94
5. História oral e comunicação: entrevistas aplicadas sobre gênero e jornalismo	108
5.1. História oral e comunicação: conceitos e método.....	109
5.2. Objetivos das entrevistas	112
5.3. Perguntas norteadoras: roteiro das entrevistas	112
5.3.1. Sobre trajetória e perfil.....	113
5.3.2. Sobre jornalismo e gênero no Brasil	113
5.3.3. Sobre o projeto de jornalismo e gênero.....	113

5.3.4. Contexto e caminhos: jornalismo e gênero	113
5.4. Entrevista 1: Instituto Patrícia Galvão – Mídia e Direitos (IPG).....	114
5.4.1. Etapas de construção e produção da entrevista	114
5.4.2. Colaboradora: perfil, atuação e produção	115
5.4.3. Introdução à entrevista	117
5.4.4. Memorando da entrevista	118
5.4.5. Pontos-chave inovadores do projeto	123
5.4.6. Fotos da entrevista com Jacira Vieira de Melo	123
5.5. Entrevista 2: Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu (NEG-Pagu) e <i>Cadernos Pagu</i> ...	124
5.5.1. Introdução à entrevista	124
5.5.2. Histórico do Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu (NEG-Pagu)	126
5.5.3. Histórico da revista <i>Cadernos Pagu</i>	126
5.5.4. Colaboradoras: perfis, atuação e produção	127
5.5.5. Memorando da entrevista	130
5.5.6. Pontos-chave inovadores do projeto	134
5.5.7. Fotos da entrevista Núcleo Estudos de Gênero – Pagu / Unicamp	136
6. Conclusões	139
Referências	144

1. Introdução

A tese *Feminismo em pauta: um estudo sobre mulheres e jornalismo alternativo* aborda a igualdade de gênero no contexto jornalístico, debatendo o protagonismo feminino na área e contribuindo para a ampliação do diálogo sobre a democratização da comunicação. As observações apontadas trazem uma tentativa de ampliação da voz das mulheres na sociedade, na mídia e, conseqüentemente, nos veículos alternativos.

O objetivo principal da tese é analisar a temática feminina no jornalismo alternativo brasileiro a partir do diálogo entre os campos da comunicação, do jornalismo e dos estudos de gênero. Para isso, é traçado um panorama histórico de algumas publicações e busca-se compreender as novas possibilidades de comunicação, comparando as mudanças e a evolução dos meios como caminho para a valorização e a emancipação da mulher. Desta forma, espera-se também contribuir com dados sobre as potenciais e multiplicadoras atuações jornalísticas que visam oferecer equidade às principais questões sociais e na temática do feminino dentro da comunicação contra-hegemônica.

O problema que norteia este projeto é entender qual é a intersecção teórica e prática entre o campo do jornalismo alternativo e os estudos de gênero. A hipótese que perpassa a pesquisa considera que o jornalismo alternativo é, por excelência, o espaço de debate das relações de gênero e que através desta área ocorre a inserção das mulheres no jornalismo de maneira mais plena.

Os pontos motivadores para a realização desta pesquisa foram:

- a) Averiguar que, por meio de exemplos cotidianos, recebemos inúmeras produções jornalísticas questionáveis do ponto de vista da igualdade de gênero, mas não enaltecemos o que está sendo realizado para superar esta hegemonia comunicacional. Pouco sabemos sobre bons projetos nestas áreas, como criar ou colaborar com eles;
- b) A leitura de teóricos contemporâneos da área da Comunicação que, ao descreverem como os novos projetos da sociedade conectada podem potencializar as novas tecnologias e as redes sociais, promove uma abertura de atuação, com objetivos mais horizontais e participativos, ocasionando efeitos e bloqueios alternativos no sistema convencional da mídia;
- c) As pesquisas em jornalismo trabalham comunitariamente com muitas matérias, programas ou veículos de variados momentos históricos. Em alguns momentos, estes estudos optam

por centrar sua atenção em veículos específicos; em outros, por analisar a produção de um ou mais personagens. A ideia de trabalhar com épocas vivenciadas pelo jornalismo alternativo parece ser mais inovadora ou menos usual do ponto de vista metodológico;

d) As inspirações feministas ganharam força e um novo palco de atuação com a ampliação dos processos de comunicação colaborativo nos últimos anos.

A elaboração da tese implicou uma investigação predominantemente qualitativa. A metodologia utilizada nos capítulos mescla a pesquisa bibliográfica das áreas de Comunicação e Jornalismo, somada à análise histórica e social da inserção feminina nestes campos, com vistas à discussão da representação pública da mulher.

Além disso, para compreender a temática feminina no jornalismo alternativo, analisou-se a atuação do Instituto Patrícia Galvão – Mídia e Direitos (IPG), por meio do pensamento de Jacira Vieira de Melo, uma das suas idealizadoras, assim como a atuação do Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu (NEG-Pagu), e de sua revista acadêmica, *Cadernos Pagu*, por meio da colaboração de Iara Aparecida Beleli e Karla Adriana Martins Bessa.

Para a execução das entrevistas foi adotado, como método, a história oral, tendo por base o pensamento de José Carlos Sebe B. Meihy e Fabíola Holanda (2007), aliado à bibliografia sobre técnicas de entrevistas, com destaque para as obras de Cremilda Celeste de Araújo Medina (1986), Nilson Lage (2001) e Reginaldo Moreira (2014).

O primeiro capítulo traz considerações sobre a comunicação alternativa e, conseqüentemente, o jornalismo alternativo, descrevendo suas origens e seu campo de atuação no passado, sua representatividade no presente e o que esta área propõe como tendência. Utilizou-se a bibliografia clássica sobre o assunto com a pretensão de introduzir o debate no âmbito da história nacional e do jornalismo brasileiro.

O segundo capítulo é destinado à análise da obra e do pensamento de mulheres – intelectuais e/ou especialistas em estudos de gênero – selecionadas por sua contribuição ao pensamento feminista. O intuito do capítulo é construir um texto que contorne gradativamente as grandes áreas das Ciências Humanas, partindo de um estudo sobre o macro ambiente até especificidades e aplicação nos estudos sobre jornalismo. Inicialmente, o foco está na inserção da mulher na esfera pública. Posteriormente, aborda-se a análise das autoras sobre mulheres, comunicação e jornalismo. Virginia Woolf, Rosa Luxemburgo, Simone de Beauvoir, Dulcília Buitoni, Michele Mattelart, Ecléa Bosi, Hannah Arendt, Angela Davis, Judith Butler, Berenice Bento, Asunción Aragón e Inmaculata Díaz Narbona são as especialistas elencadas nesta parte da tese.

O terceiro capítulo analisa as intersecções entre as três ondas feministas – a primeira, a partir de meados do século XIX; a segunda, começando anos 1960 e a terceira, a partir dos anos 1990 – e suas respectivas representações nos meios de comunicação alternativos. Esta parte do trabalho realiza um histórico das publicações, acompanhando os eventos e os fatores de relevância para mudanças na sociedade, bem como seu impacto na história e na política brasileira, para entender a vinculação das mulheres com o jornalismo alternativo nacional. Foram compilados veículos de comunicação que tiveram importante protagonismo na crítica às imposições sociais, sexuais e à violência de Estado, articulando cada onda do feminismo com diferentes passagens no jornalismo e na história das mulheres no Brasil.

Por fim, o quarto e último capítulo traz a fala de três entrevistadas. Uma delas, vinculada ao Instituto Patrícia Galvão – Mídia e Direitos (IPG); outras duas, ligadas ao Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu (NEG-Pagu) e à revista acadêmica da instituição, os *Cadernos Pagu*. O intuito de trazer estas iniciativas e descrever a fala de suas pesquisadoras foi promover a compreensão crítica das mediações com o mercado profissional, a formação acadêmica e a atuação jornalística, de modo a realizar análises descritivas de percepções, atitudes e representações sociais acerca do debate sobre gênero e jornalismo.

As questões de gênero abordam as relações entre homens e mulheres na sociedade e referem-se a temáticas construídas ao longo da história que se inserem completamente no contexto cultural, social, político e econômico. Esta categoria analisa como as pessoas são educadas para apresentar comportamentos distintos e caracterizados pelo fato de terem nascido “macho” ou “fêmea” da espécie humana. Não se trata de investigar a opressão da mulher ou o problema da mulher como um assunto em si, mas de pontuar as relações de gênero; as relações de subordinação do feminino ao masculino que a sociedade foi construindo.

Segundo Jaqueline Gomes de Jesus (2012, p.8), pesquisadora do Laboratório de Trabalho, Diversidade e Identidade (LTDI) da Universidade de Brasília (UnB), sexo é biológico e gênero é social, construído pelas diferentes culturas. “E o gênero vai além do sexo: O que importa, na definição do que é ser homem ou mulher, não são os cromossomos ou a conformação genital, mas a autopercepção e a forma como a pessoa se expressa socialmente”.

Gênero, portanto, refere-se a formas de se identificar e ser identificado como homem ou como mulher. Orientação sexual, por sua vez, refere-se à atração afetivo-sexual por alguém. Uma dimensão não depende da outra e não existe uma norma de orientação sexual em função do gênero das pessoas. Assim, nem todo homem ou mulher é “naturalmente” heterossexual.

É neste sentido que esta pesquisa aborda as relações de gênero e não se resume a um e exclusivo conceito de mulher cisgênero, ou seja, aquela que se identifica, em todos os aspectos,

com o seu “gênero de nascimento”. Desta forma, fazem parte deste estudo sobre o feminino pessoas transexuais, travestis, *cross dressers*, *drag queens*, entre outras. Ou seja, toda pessoa que se identifique com o gênero feminino.

2. Comunicação e jornalismo alternativo: conceitos e debates

Este capítulo traz considerações sobre a comunicação alternativa e, conseqüentemente, sobre o jornalismo alternativo, descrevendo suas origens e seu campo de atuação no passado, sua representatividade no presente e o que a área propõe como tendência. Utilizou-se uma bibliografia clássica sobre o assunto com a pretensão de introduzir o debate no contexto da história nacional e do jornalismo brasileiro.

A delimitação da categoria “alternativo” dentro da área de jornalismo segue em profunda mutação e debate teórico. É um campo de estudos de abordagem interdisciplinar, com apoio de narrativas jornalísticas independentes e fora do âmbito hegemônico¹ ou convencional. Neste sentido, é necessário descrever com cautela o que significa ser “alternativo” dentro da investigação empírica e acadêmica que engloba o objeto desta pesquisa.

Este é, essencialmente, o espaço da crítica ao jornalismo que não se distingue pela técnica, mas pela escolha e pela abordagem dos fatos sociais. Os autores e autoras da área apresentam e discutem as rupturas deste sistema comunicacional, bem como suas condições de existência.

2.1. Tendências da comunicação: entre o capital das redes e os relacionamentos sociais

A comunicação, empregada em seu mais alto valor constitutivo, pode ser encarada como ferramenta de mudança no campo político. Instrumento de informação, contestação e análise social de aspectos culturais e históricos da civilização, ela está intrinsecamente ligada aos avanços tecnológicos da sociedade.

Se, historicamente, os obstáculos iniciais à igualdade social foram – e ainda são – o analfabetismo e a falta de oportunidades de trabalho, há também, atualmente, uma defasagem no que tange ao acesso às mídias tecnológicas, seja nas políticas públicas que deliberam sobre estes meios, seja na forma como eles são utilizados pela população.

O impacto da tecnologia na sociedade torna-se a cada dia mais voraz e, assim como a água e a luz, obter acesso à internet foi, desde 2011, instituído pela Organização das Nações Unidas (ONU)², como integrante do rol dos direitos humanos básicos.

¹Utilizam-se nesta tese os termos hegemonia e contra-hegemonia extraídos do pensamento gramsciano (GRAMSCI, 1978), no qual existe uma impositiva preservação do domínio cultural e da liderança das classes dominantes sobre o *status quo* da sociedade. Antonio Gramsci (1891-1937) foi um filósofo e cientista político italiano.

²Disponível em: http://www2.ohchr.org/english/bodies/hrcouncil/docs/17session/A.HRC.17.27_en.pdf. Acesso em: 27 abr. 2018.

Os avanços tecnológicos, as atuais concepções do trabalho e das relações sociais de produção configuram, nos dias de hoje, uma nova organização mundial, com distintas concepções do saber articuladas à questão do poder entre culturas, povos e nações.

Este panorama tem alterado de forma significativa o contexto do trabalho e da vida das pessoas. Vive-se em uma era de otimização e de sobrecarga de tarefas. A força-trabalho, que antes era necessária a um determinado grupo de pessoas, hoje está restrita a uma única mão de obra centralizadora e especializada.

As novas tendências e demandas do mercado econômico mundial valorizam o profissional altamente qualificado em diversas áreas. Sendo assim, diminui-se sensivelmente a importância das habilidades manuais em detrimento de habilidades intelectuais, como flexibilidade, autonomia e visão estratégica.

As alterações nas relações e na organização do trabalho apontam na direção da substituição do paradigma taylorista-fordista³ por um modelo de maior flexibilidade nas linhas de produção, maior integração entre as atividades, menor burocracia e menor tempo de fabricação e comercialização.

Roberto Heloani (2003, p.175), advogado, especialista em psicologia social e professor-pesquisador na área de gestão, trabalho e comunicação da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo (FGV-SP), esclarece a questão:

O pós-fordismo veio não só como uma resposta do capital à “crise do sistema de regulação”, mas também como uma forma de buscar outros meios de dominação da classe trabalhadora. O progresso tecnológico pode então ser visto como um movimento contraditório e conflituoso inserido num processo histórico de luta de classe.

Em uma sociedade em que, cada vez mais, o poder e a riqueza das nações são derivados do saber, a inclusão digital e o combate à exclusão social e econômica tornam-se temas polêmicos e intimamente ligados. A exclusão digital é, afinal, uma das muitas formas de manifestação da exclusão social. Não se trata de um fenômeno isolado que possa ser compreendido separadamente. Ela é mais uma consequência das diferenças já existentes na divisão de classes da sociedade.

³Taylorismo é um conceito da área de administração desenvolvido pelo engenheiro norte-americano Frederick Taylor (1856-1915), precursor da administração científica, que buscava elevar o aumento da eficiência operacional. Henry Ford (1863-1947) foi um empresário estadunidense que adotou, em suas fábricas da empresa Ford Motor Company, tais medidas práticas ligadas à referida concepção administrativa (HELOANI, 2003).

A inclusão digital não se resume ao acesso a computadores, mas à capacitação das pessoas para o uso efetivo das tecnologias, implicando um processo de aprendizagem operacional e comunicacional.

Os maiores obstáculos à participação tecnológica seriam o analfabetismo e a falta de políticas públicas, culturais e administrativas na geração do contínuo desenvolvimento do progresso coletivo. Este é o ponto de vista defendido pelo economista e professor da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), Ladislau Dowbor (2002, p.15):

O principal motor das transformações é seguramente a revolução tecnológica que vivemos. Essa revolução atual não é mais de infraestrutura, como a ferrovia ou telégrafo, ou de máquinas, como o automóvel e o torno, mas de sistemas de organização do conhecimento. É a própria máquina de inventar e renovar tecnologias que está sendo revolucionada. Isso gera um deslocamento acelerado das formas pelas quais nos vinculamos com o processo de mudar o mundo. Muda o próprio conceito de trabalho. A priori, fazer mais coisas com menos esforço não parece problema, e sim solução. Entretanto, na ausência das mudanças institucionais correspondentes, a tecnologia termina por privilegiar minorias e gerar exclusão e angústia na maioria.

A política neoliberal, desde a sua concepção e articulação, exerce significativa interferência entre o público e o privado. O avanço da produção, da tecnologia e, conseqüentemente, do capitalismo, propõe um Estado mínimo, normativo e administrador que não interfira no funcionamento do mercado.

A explicação advém do pressuposto de que o mercado é o melhor mecanismo para gerir os recursos econômicos e administrar a satisfação das necessidades dos indivíduos. Portanto, todos os processos que apresentam obstáculos que controlam ou suprimem o livre jogo das forças do mercado teriam efeitos negativos sobre a economia, o bem-estar e as liberdades individuais.

Milton Santos, considerado um dos geógrafos mais importantes do Brasil, autor de mais de 40 livros, entre eles, *Por uma outra globalização* (2000), e que foi professor da USP e consultor da ONU, da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), discorreu sobre a ideia de globalização, apontando o erro de se estabelecer o consumo como ideologia de vida e dos riscos de se padronizar a cultura.

Para Santos (2000), nunca existiu tanta capacidade técnica para suprir as desigualdades. Ele reconhece que se vivencia, nas últimas décadas, três elementos fundamentais para este avanço: unicidade técnica, convergência dos momentos e um conhecimento profundo do planeta. Porém, o autor afirma que hoje as bases são contábeis e os debates são feitos

naturalizando a perversidade, através da naturalização da desigualdade social. Para o geógrafo, o fundamentalismo da atualidade é o consumismo.

A tecnologia é estrategicamente decisiva em cada período histórico, incorporando a capacidade de transformação social, bem como o uso que as sociedades fazem do seu potencial. A internet, com certeza, aumentou as possibilidades de informação e controle democrático sobre as ações governamentais, bem como sobre a atuação das grandes empresas e instituições.

O conjunto e as manifestações da sociedade se tornaram mais visíveis, ganharam transparência, e, sobretudo, mais pessoas podem exprimir seus pontos de vista respaldadas pelo alcance da rede. Estando a serviço de uma razão substantiva, a tecnologia permite um melhor aproveitamento do conhecimento acumulado pela humanidade.

Dessa forma, o fenômeno digital em si não é bom nem mau, mas muito menos é neutro. Exatamente por isso, o uso das tecnologias, especialmente no que tange ao seu aspecto coletivo, deve ser motivo de reflexão permanente. Santos (2000, p.38-39) chama atenção para a questão:

As novas condições técnicas deveriam permitir a ampliação do conhecimento do planeta, dos objetos que o formam, das sociedades que o habitam e dos homens em sua realidade intrínseca. Todavia, nas condições atuais, as técnicas da informação são principalmente utilizadas por um punhado de atores em função de seus objetivos particulares. Essas técnicas da informação (por enquanto) são apropriadas por alguns Estados e por algumas empresas, aprofundando assim os processos de desigualdades.

Richard Sennet, sociólogo e historiador estadunidense, professor da London School of Economics, do Massachusetts Institute of Technology e da New York University, analisa como as mudanças econômicas estão alterando os valores pessoais e sociais, partindo das diferenças entre as primeiras formas de capitalismo industrial e o novo capitalismo global.

Autor de *A cultura do novo capitalismo* (2006), Sennet utiliza e atualiza conceitos divulgados por personalidades das Ciências Humanas para explicar as mudanças nas instituições e o advento da globalização, chegando à condição de liberdade. Um exemplo é a terminologia “capital impaciente”, do autor americano Bennett Harrison (apud SENNET, 2006, p.43), cuja definição expressa nada mais do que vontade dos investidores por resultados a curto prazo. A partir deste ponto, Sennet (2006, p.77) pondera:

Uma forma de resumir a questão até aqui desenvolvida: a erosão do capitalismo social gerou uma nova formulação da desigualdade. A tese da nova página sustenta que a mudança libertaria as pessoas da jaula de ferro. A velha estrutura institucional efetivamente foi desmontada no terreno especial das organizações flexíveis. Em seu lugar, entra uma nova geografia do poder,

passando o centro a controlar a periferia do poder em instituições com número cada vez menor de camadas intermediárias de burocracia.

O autor dedica boa parte de seu livro ao poder, relacionando-o especificamente à informação, caracterizada como nova ferramenta de sustentabilidade do mercado. Ele alerta para o fato de que poucos podem se apoderar das novas tecnologias e, conseqüentemente, dos fluxos e dos caminhos das mensagens.

A comunicação consiste, sem sombra de dúvida, no principal instrumento de controle e poder da sociedade contemporânea. É necessário saber sobre os fluxos de informação para, assim, obter respaldo para as atitudes de sociabilização. Um primeiro argumento desta prioridade é a noção de tempo e otimização dos serviços.

Hoje, é possível prevenir-se de atitudes equivocadas, pesquisar o mercado de investimento e atualizar os conhecimentos via e-mails e acesso à internet. No entanto, o excesso de informação torna o usuário passivo. De acordo com Sennet (2006, p.157):

À medida que aumenta o volume dessa informação o destinatário passa a reagir menos sobre ela, chegando com efeito a desligar-se, do ponto de vista interpretativo (...) Sempre que vem a ser institucionalizada rigorosamente, a tecnologia desabilita o artesanato da comunicação.

O autor descreve as conseqüências do “novo capitalismo”, demonstrando claramente que a sociedade se encontra frente aos obstáculos da insegurança permanente, da impossibilidade de planejar o futuro a longo prazo e, ao final, expõe sua preocupação com a falta de obrigações. Para Sennet (2006, p.179), nos dias atuais, compromisso é sinônimo de perda, um traço cultural fortemente arraigado no sistema globalizado:

Compromisso significa fechamento, abrindo mão de possibilidades em nome do desejo de concentrar-se em uma coisa só. Podemos, com isso, perder oportunidades. A cultura que vem emergindo exerce sobre os indivíduos uma enorme pressão para que não percam oportunidades. Em vez de fechamento, a cultura recomenda a entrega – cortar laços para sentir-se livre, especialmente os laços gerados pelo tempo.

Sua preocupação é demonstrar a nova cultura da superficialidade no trabalho e uma despreocupação generalizada. Trata-se de uma abordagem calcada na defasagem entre o poder e a autoridade. Ao todo, sua argumentação traduziu-se em dois termos que definem novos aforismos desta geração: “meritocracia” – condição de ascendência devido ao mérito

conquistado (SENNET, 2006, p.98-108) – e “individualidade idealizada” – a incapacidade de se pensar no coletivo (SENNET, 2006, p.161).

Nessa mesma direção, com um estilo muito parecido de compilação de ideias, é possível analisar o sociólogo polonês Zygmunt Bauman, falecido em 2017, deixando mais de 50 obras que abrangem temas como globalização, consumismo e relações entre indivíduos. O autor interpreta os laços humanos, suas vicissitudes e a maneira como a sociedade pós-moderna conduz os relacionamentos, sejam amorosos, familiares, entre amigos ou mesmo com estranhos.

Atualmente, há muitas ferramentas para entrar em contato uns com os outros. Seja por meio dos celulares ou nas comunidades virtuais, as pessoas são facilmente localizadas em qualquer ponto do planeta. Porém, para o sociólogo, estes avanços distanciaram significativamente os indivíduos.

No livro *Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos* (2004), Bauman afirma que a possibilidade de interagir é ainda menor do que a agilidade para apagar uma mensagem, não atender a uma chamada ou desconectar-se de qualquer programa de interatividade. Se, por um lado, é possível mostrar gostos e aptidões, criando redes de contato, por outro, não é necessário mais criar vínculos nem assumir compromissos.

As respostas via rede de relacionamentos são apresentadas pelo autor como algo opcional e frio. Pode-se escolher o que e quando dizer, participar de listas de discussões e não opinar. Bauman (2004, p.7) utiliza uma frase para introduzir o paradoxo superficial da nova sociabilidade: “Desligados, precisam conectar-se”.

O conceito de “liquidez”, para o sociólogo, configura o mundo das relações que se estabelecem com enorme fluidez, impossíveis de serem agarradas e totalmente marcadas pela ausência de peso. Em seus livros, ele defende que esse processo de liquefação da racionalidade moderna recomenda “mantos leves” e condena tudo que é sólido. O autor afirma que este não é um desvio de rota na história da civilização ocidental, mas uma proposta contida na própria instauração da modernidade.

A “liquidez” está na globalização e, por conseguinte, em suas consequências políticas e sociais. Ela encontra-se no consumismo, cuja caracterização apresenta-se não mais no acúmulo de bens, mas no uso e no descarte rápido de produtos, a fim de abrir espaço para a vinda de outros – a era do *homo consumens*. Suas análises perpassam o ambiente macro, a atual organização mundial social e econômica, para chegar às tendências das relações humanas.

A rapidez na troca de informações e as respostas imediatas que esse intercâmbio proporcionam às rotineiras decisões – além da variedade de produtos que ficam obsoletos antes

do prazo de vencimento – originam a falta de padrões reguladores precisos e duradores. Para Bauman (2004), nunca houve tanta liberdade na escolha de parceiros nem tanta multiplicidade de modelos de relacionamentos. No entanto, nunca os casais se sentiram tão ansiosos e prontos para rever ou reverter o rumo da relação.

Seu texto mostra, antes de tudo, que as dificuldades sociais e os avanços tecnológicos nunca deixaram de atingir a massa e, a cada dia, a política da humanidade está distante do bem comum. Em uma descrição bastante pessimista sobre o futuro das relações humanas, Bauman (2004, p.91) avalia que o indivíduo sem vínculos, incapaz de lidar com suas inseguranças e altamente perspicaz para difundir seus medos, é o ponto crucial da sociedade em rede.

Sucedâneos comercializados não podem substituir vínculos humanos. Em sua versão à venda, os vínculos se transformam em mercadorias, ou seja, são transportados para um outro domínio, governado pelo mercado, e deixam de ser os tipos de vínculo capazes de satisfazer a necessidade de convívio e que só nesta podem ser concebidos e mantidos vivos. Não pode ter êxito a caçada movida pelo mercado ao capital descontrolado que se esconde na sociabilidade humana.

Seguindo caminhos diferentes, Clay Shirky (2011), escritor e autor de palestras sobre a topologia das redes, e o músico e cientista da computação Jaron Lanier (2010), um dos precursores da realidade virtual no mundo, defendem uma funcionalidade mais entusiasta das mídias digitais e da rede.

Shirky, no livro *A cultura da participação: criatividade e generosidade no mundo conectado* (2011), oferece um panorama sobre as novas possibilidades de comunicação, comparando as mudanças e evolução dos meios com exemplos de alterações factíveis no comportamento de grupos e sociedades. Assim, a mídia aparece em suas reflexões como uma mão dupla; uma ferramenta que opera também do público para o privado. Segundo Shirky (2011, p.53):

Redes digitais estão aumentando a fluidez de todas as mídias. A velha escolha entre mídia pública de mão única (como livros e filmes) e mídia privada de mão dupla (como o telefone) expandiu-se e inclui agora uma terceira opção: mídia de mão dupla que opera numa escala do privado para o público.

O primordial de sua pesquisa é desvendar como características humanas expostas e bem trabalhadas geram impacto sobre a racionalidade da vida pública e privada dos cidadãos. Estas descobertas são realizadas por meio de excedentes cognitivos: a soma de tempo, energia e talento livres utilizados de maneira colaborativa em novas tecnologias e redes sociais da

internet. É sobre a relação entre o tecido conjuntivo da sociedade e o tecido conjuntivo da comunicação que se estabelece o foco de Shirky (2011, p.185):

Questões culturais e contextuais são empregadas na difusão de toda tecnologia em alguma medida, mas principalmente na tecnologia das comunicações, já que o tecido conjuntivo varia de acordo com o tipo de sociedade a ser ligado e o tipo de sociedade varia de acordo com o tecido conjuntivo.

Sua pesquisa descreve indivíduos engajados e grupos que transcendem as relações comerciais do mercado, analisando elementos como comportamentos particulares, meios, motivos e oportunidades. Para Shirky, estas são novas esferas de produção e compartilhamento do conhecimento que transformam em uma escala de retroalimentação o conceito de mídia, transferindo o papel social de usuários e simples espectadores para novos colaboradores.

Ele pondera que “publicar costumava ser algo que necessitávamos pedir permissão” (SHIRKY, 2011, p.45) e acrescenta (SHIRKY, 2011, p.118):

As crenças do século XX a respeito de quem podia produzir e consumir mensagens públicas, de quem podia e como podia coordenar ações de grupos e da ligação inerente e fundamental entre motivações intrínsecas e ações privadas revelaram-se, todas elas, nada mais do que casualidades de longo prazo. Essas casualidades vêm sendo desfeitas por novas oportunidades, criadas por nós, uns para os outros, usando possibilidade que nos são proporcionadas por novas ferramentas.

Na contramão de Manuel Castells (2001), autor que defende que o poder dos fluxos é entendido como o novo fator de dominação para a ampliação da esfera de controle dos membros da elite internacional, Shirky esclarece que esta condição não deixou de existir, mas, em contrapartida, a comunicação não mais depende somente de operações centralizadas tidas como exclusivas e unilaterais.

A noção apresentada por Armand Mattelart (1999), segundo a qual todo esquema de comunicação possuiria seis elementos constitutivos, correspondendo a específicas funções – emissor, destinatário, mensagem, contexto, contato e código – modifica-se no atual paradigma da web 2.0, passando a ser definido por um ambiente de interação e participação, aglutinador de diversas linguagens e motivações.

Como afirmava Mattelart (1999, p.58):

Nesse esquema linear, cujos polos definem uma origem e assinalam um fim, a comunicação repousa sobre as cadeias dos seguintes componentes: a fonte (de informação), que produz uma mensagem (a palavra no telefone), o

codificador ou emissor, que transforma a mensagem em sinais a fim de torná-la transmissível (o telefone transforma a voz em vibrações elétricas), o canal que é o meio para transportar os sinais (cabo telefônico), o decodificador ou receptor que reconstrói a mensagem a partir dos sinais, e a destinação, pessoa ou coisa a qual a mensagem é transmitida.

Nesta linha, Shirky defende que, atualmente, na cultura compartilhada, alguns valores não podem ser criados somente pelo mercado, mas também por um conjunto de conceitos divididos e mutuamente coordenados. Ele afirma que o compartilhamento em si não é uma característica tecnológica, mas humana. “Todos nós estamos passando pela desorientação da inclusão de dois bilhões de usuários em um novo panorama de mídia antes operado por um pequeno grupo” (SHIRKY, 2011, p.164).

O autor é otimista, mas, seguramente, há o lado negativo das redes digitais. A cultura da participação e todo o seu potencial provocam, de fato, uma ruptura política, social e histórica significativa no contexto mercadológico contemporâneo. A principal questão trazida pelo autor é como tirar proveito do excedente cognitivo para produzir valor real, e não apenas monetário, na sociedade.

Para Shirky, comparativos entre valor coletivo *versus* valor cívico na participação – mais a fusão do meio, do motivo e da oportunidade – instituem nosso excedente cognitivo a partir da matéria-prima do “tempo livre acumulado”. Esta questão fornece indagações: agora que existe um mínimo lugar ativo no sistema comunicacional, o que fazer com ele? É possível tirar proveito do excedente cognitivo para produzir valor cívico real?

Jaron Lanier (2010), músico e cientista da computação estadunidense, pioneiro nas pesquisas sobre a realidade virtual e de como esta dimensão transforma a concepção do mundo real, apresenta um olhar diferenciado do poder e das limitações humanas em um ambiente socialmente ligado em rede.

O autor de *Gadget – você não é um aplicativo: um manifesto sobre como tecnologia interage com nossa cultura* (2010) lamenta a forma como a tecnologia vem sendo utilizada e chama a atenção para o lado humanista da questão e sua influência na cultura. Com um pensamento atualizado sobre o funcionamento de todo o aparato tecnológico de ponta, ele inicia um despertar sobre a nova linguagem mundial.

Lanier (2010, p.11-12) defende que é impossível trabalhar com tecnologia da informação sem se envolver na engenharia social.

Estamos no início do século XXI, o que significa que estas palavras serão lidas em grande parte por “não pessoas” – autômatos ou multidões entorpecidas

compostas de pessoas que deixaram de agir como indivíduos. As palavras serão moídas até se transformarem em palavras-chave atomizadas para ferramentas de busca dentro de instalações industriais de nuvens computacionais em locais muitas vezes secretos e remotos ao redor do mundo. Elas serão copiadas milhões de vezes por algoritmos elaborados para enviar um anúncio em algum lugar a alguma pessoa que possa ter algum interesse em algum fragmento do que eu digo. Elas serão escaneadas, reprocessadas e deturpadas por multidões de leitores rápidos e pouco atentos em wikis e agregadas automaticamente em *streams* de mensagens de texto sem fio. As reações se degenerarão repetidamente em cadeias descuidadas de insultos anônimos e controvérsias inarticuladas. Algoritmos encontrarão correlações entre aqueles que leem minhas palavras e as compras que fazem, suas aventuras românticas, suas dívidas e, em breve, seus genes. No final, estas palavras contribuirão para o destino daqueles poucos que conseguiram se posicionar como senhores das nuvens computacionais.

O autor descreve que o erro essencial da cultura digital é segmentar uma rede de pessoas em pedaços tão pequenos que o resultado se torna uma massa disforme. “A rede por si só é totalmente inexpressiva. Só as pessoas têm alguma importância” (LANIER, 2010, p.34).

Assim como Bauman (2004), que enxerga uma desconexão subjacente entre incansáveis tentativas de contatos virtuais e extrema fragilidade na composição destes novos laços do relacionamento humano, Lanier (2010) não deixa de criticar o comportamento digital da sociedade e a influência da tecnologia sobre a cultura. Em suas palavras, a ansiedade da separação é aliviada pela conexão constante: “Os jovens anunciam cada detalhe de sua vida em serviços como o *Twitter* não para se exibirem, mas para evitar a porta fechada na hora de dormir, a sala vazia, o penetrante vácuo de uma mente isolada” (LANIER, 2010, p.235).

O autor critica o determinismo “tecnológico meta-humano” e defende que a rede não projeta a si mesma. “É só a escolha humana que faz o mundo funcionar. A tecnologia pode motivar a escolha humana, mas não substituí-la” (LANIER, 2010, p.144).

Não se pode afirmar que o autor seja um otimista, mas ele aponta caminhos possíveis dentro de tantas discrepâncias e desigualdades da sociedade em rede. Sua análise resgata a humanidade existente no mundo tecnológico moderno em defesa da individualidade. Em sua visão, existe responsabilidade em quem opera, cria e/ou analisa a cultura on line. Para Lanier (2010, p.159), trabalhar, pesquisar e gerar conhecimentos técnicos requer sempre comprometimento com procedimentos claros, precisos e acessíveis:

E existem ainda problemas análogos relacionados à crescente popularidade do nivelamento no pensamento científico. Quando aplicado à ciência, o nivelamento pode provocar confusão entre metodologia e expressão.

Sua aposta é no sentido do significado dentro da cultura compartilhada: uma linha tênue, mas expressivamente mais voltada à comunicação pós-simbólica, cuja característica principal é acreditar que as pessoas devem ser consideradas de forma individualizada. Segundo Lanier (2010, p.248):

Para mim, a perspectiva de uma noção totalmente diferente de comunicação é mais importante que a Singularidade. Qualquer *gadget*, até um grande e complexo *gadget* como a Singularidade, fica entediante depois de um tempo. Mas um aprofundamento do significado é a aventura potencial mais intensa disponível para nós.

O autor é um crítico da ideologia dominante no mundo virtual, do reducionismo das redes sociais e se distancia do que denomina “totalitarismo cibernético”, estratégia que torna as pessoas obsoletas para que os computadores pareçam mais avançados. Sua pesquisa é descrita como um manifesto, cujo intuito é a promoção de um ambiente mental alternativo para a criação de um novo humanismo digital.

Alarmista sem moderações, Lanier (2010) inicia sua análise na aposta de que a disseminação de suas palavras ocorrerá quase que absolutamente no mundo sem vida das informações puras, computacionais e algorítmicas, no qual os olhos humanos interpretarão seu teor apenas em uma pequena minoria dos casos. Porém, ele não foge de seus objetivos e busca atingir pessoas. Seu foco é puramente social-tecnológico e traduz o pensamento digital realista como paradigma efetivo para elaborar hipóteses – um raciocínio que oferece luz na direção oposta – uma comunicação alternativa e eficaz no discurso vigente e contemporâneo.

Neste íterim de tendências e adaptações à nova realidade, as crenças e os comportamentos que constituíram o jornalismo industrial não se sustentam por muitos anos. Hoje, é preciso pensar em modelos de um jornalismo pós-industrial (ANDERSON; BELL; SHIRKY, 2013) representativo da era do conhecimento, com menos papel e mais compartilhamento de informações.

As técnicas de comunicação devem seguir canalizadas para a mobilização da nova sociedade em rede, evitando, finalmente, o anacronismo e o retrocesso que sempre afastaram as palavras “comunicação” e “participação” dentro do universo jornalístico. Importa, neste momento, entender que caminhos o jornalismo encontrará para se redefinir e se ajustar aos novos tempos.

2.2. O alternativo em foco: história e perspectivas

Depois da primeira parte deste capítulo, voltada ao campo da comunicação de maneira ampla, este segundo momento descreve especificamente o olhar histórico de construção e criação dos veículos contra-hegemônicos no Brasil. Eles atestam o nascimento do conceito de jornalismo alternativo, a partir do golpe de 1964, aliado às iniciativas de combate ao regime autoritário e aos desdobramentos na comunicação em si. Também são incorporados ao texto os caminhos contemporâneos de resistência referentes ao jornalismo na atual era das redes sociais e do avanço tecnológico, dialogando com um novo sistema de comunicação pós-industrial.

“Em uma sociedade totalmente democrática, haveria a mesma quantidade de emissão e recepção”, declara o jornalista, investigador e ensaísta argentino Máximo Simpson Grinberg (1987, p.8), na obra *Comunicação alternativa na América Latina*. Para ele, dentro de um determinado grupo social, os diferentes papéis se definem pela relação entre taxa de emissão *versus* taxa de recepção. Segundo Grinberg (1987, p.8):

Cristalizar o receptor num só momento de um processo complexo e multifacetado (ou de recipiendário de mensagens) é negar ao indivíduo e a amplos setores sociais a plenitude de sua condição ambivalente de emissor-receptor-emissor, condição que, pela simultaneidade e reciprocidade que implica, configura um paradigma da democracia econômica e política e, por conseguinte, social-comunicacional.

Atualmente, os veículos de comunicação alternativa caracterizam-se por, de certa maneira, possibilitar o aumento da participação dos receptores e trabalhar com a chamada “audiência participativa”. São espaços que exercitam a cultura de solidariedade social baseada numa ética de reciprocidade entre os sujeitos comunicantes.

Tais mídias são iniciativas políticas que surgem por causa de conflitos de interesses da sociedade, atuando como ferramenta para a difusão de mensagens no campo popular. Nestes espaços, jornalistas e/ou comunicadores agem com clara tendência a democratizar a palavra e a informação. Ademais, estes meios buscam não repetir a agenda e as pautas dos grandes veículos de comunicação, valorizando a diversidade e assumindo um critério pluralista. Assim, a informação passa a ser, sobretudo, uma ferramenta de luta, em vez de mercadoria.

No entanto, o que diferencia a comunicação alternativa não é apenas o compromisso com a formação consciente ou simplesmente a recusa dos esquemas estratégicos da grande mídia. A linha editorial deve ser coerente e as práticas colaborativas e a articulação com

movimentos sociais necessitam ser permanentes. Em alguns casos, ao construir uma mídia alternativa é possível acontecer uma fusão entre os processos de comunicação e educação.

Em muitas experiências, a imprensa alternativa derivou-se de práticas transgressoras de comunicação. Além de fornecer ao público um ponto de vista sobre os fatos que lhe são negados, ocultados ou mesmo alterados, ela também pratica novas formas de questionamento do processo social, fortalecendo o sentimento de confiança do público em seu poder de engendrar mudanças construtivas.

São mídias que normalmente expressam uma visão alternativa da política, das prioridades e das perspectivas hegemônicas. Assim, a imprensa contra-hegemônica se traduz na possibilidade de atuação fora dos veículos convencionais, com práticas jornalísticas ligadas a movimentos sociais organizados, oferecendo a experiência livre do jornalismo em diversas mídias.

Esta mesma linha de raciocínio, porém com investigações sobre os acontecimentos da época ditadura militar brasileira (1964-1985), marcaram os estudos de Bernardo Kucinski, cientista político, jornalista e professor aposentado do curso de jornalismo da Universidade de São Paulo (USP). Sua pesquisa de doutorado em Ciências da Comunicação na Escola de Comunicações e Artes (ECA) da instituição destacou o protagonismo da imprensa alternativa contra o estado autoritário vigente no Brasil daquele período. A tese originou o livro *Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa* (2003), publicado originalmente em 1991.

Para o autor, a imprensa alternativa criou sua base articulando jornalistas, ativistas políticos e intelectuais contra a falta de liberdade comunicacional no Brasil durante o regime militar iniciado nos anos 1960. Em suas anotações, o termo “alternativo” está ligado à contestação de políticas dominantes e ao desejo de protagonizar mudanças sociais. Segundo Kucinski (2003, p.16):

A imprensa alternativa surgiu da articulação de suas forças igualmente compulsivas: o desejo das esquerdas de protagonizar as transformações que propunham e a busca, por jornalistas e intelectuais, de espaços alternativos à grande imprensa e à universidade (...). À medida que se modificava o imaginário social e com ele o tipo de articulação entre jornalistas, intelectuais e ativistas políticos, instituíam-se novas modalidades de jornais alternativos.

Os jornais alternativos foram veículos de comunicação que, por opção ou por ausência de recursos, se apresentavam em formato *standard*, ofício ou tabloide, entre outros. Apelidados

no meio publicitário de “imprensa nanica”, alguns destes periódicos se autossustentavam, outros contavam com publicidade ou verba de partidos políticos.

Um dos principais traços da imprensa alternativa era também uma linha profissional desprovida de ascensão financeira e *status* mercadológico. Não que seus jornalistas e principais membros deixassem de vislumbrar um futuro promissor com seus veículos, mas, com certeza, este não era o objetivo principal. Como observa Kucinski (2003, p.19):

Uma notável aversão àquilo que Weber denominou de ‘espírito-capitalista’ foi outro traço marcante e denominador comum de todos os jornais ao longo do ciclo alternativo (...) Movia-os, ao contrário, um espírito-anticapitalista. Não se propunham objetivos mercantis. Repudiavam o lucro.

Na classificação do autor, existiram duas grandes classes de jornais. A primeira, ligada predominantemente ao campo político, incluía veículos ideologicamente firmes no propósito de contestar o regime imposto. Sua sustentação estava nos ideais de valorização do nacional e do popular da década de 1950 e no marxismo estudantil dos anos 1960. Já a segunda categoria estava ligada à crítica dos costumes e à ruptura dos padrões vigentes influenciados pelos movimentos de contracultura.

O autor afirma que, nos anos da ditadura militar brasileira, nasceram e morreram aproximadamente 150 periódicos. Empenhado na análise destas publicações, o livro está basicamente dividido em três partes e apresenta detalhes sobre a atuação de cada veículo.

O primeiro bloco é um panorama da imprensa alternativa no Brasil (1964-1980) e relata tópicos como o desmoronamento do universo político do populismo, o imaginário da Revolução Cubana (1953-1959) e da proposta de uma guerrilha continental, a resistência política-cultural, o ativismo político, o assassinato do jornalista Vladimir Herzog, em 1975, a campanha pela anistia e os jornais ligados aos movimentos populares. Nesta primeira parte, as relações entre os partidos políticos, movimentos sociais e a imprensa oficial são destacados. Além disso, mereceram atenção as rivalidades e os desentendimentos que aconteciam dentro das redações.

Na segunda parte, Kucinski aborda os jornalistas, destacando histórias de alguns periódicos que tiveram considerável importância no jornalismo alternativo brasileiro. Entre eles, *O Pasquim*, *Versus*, *Coojornal*, *Bondinho* e *Jornalivro*.

No último bloco, o autor analisa os periódicos revolucionários. Merece atenção a trajetória dos jornais aliados aos partidos políticos como *Opinião* e *Movimento*, que tiveram como líder Raimundo Pereira, e do jornal *Em Tempo*, cujo projeto editorial havia sido proposto por Kucinski. No final de sua análise, o autor conclui que, com a redemocratização e o

reconhecimento da liberdade de imprensa, ocorreu o fim do ciclo alternativo (KUCINSKI, 2003, p.25):

A grande imprensa não foi só recriando uma esfera pública, como o fez apropriando-se de temas até então exclusivos da imprensa alternativa, e recontratando muitos dos seus jornalistas. Opor-se ao governo deixou de ser monopólio da imprensa alternativa. Além disso, a retomada da atividade política clássica, no âmbito dos partidos e de seus jornais, que após a decretação da anistia saíram da clandestinidade, esvaziou a imprensa alternativa de sua função de espaço e realização sócio-política.

Em sua análise, a migração da esquerda para a esfera de poder também influenciou neste sentido, com a “passagem do espaço clandestino e semiclandestino para uma esfera pública” (KUCINSKI, 2003, p.27).

Outra obra que registra com precisão os jornais alternativos brasileiros, por meio de imagens e textos, é o livro *As capas desta história: resistir é preciso* (2011), idealizada pelo Instituto Wladimir Herzog, com organização do jornalista Ricardo Carvalho. Abrangendo três temáticas diferentes – imprensa alternativa, clandestina e no exílio –, o livro conta com mais de 300 capas de jornais.

A obra começa sua catalogação em 1808, quando circulou o primeiro jornal no Brasil, *Correio Braziliense*, e faz referência aos clássicos como *Sentinela da Liberdade* (1823), de Cypriano Barata; *Revista Ilustrada* (1876), de Angelo Agostini, *A Manhã* (1930), de Aparício Torelly, o Barão de Itararé, entre outros.

Para provar que os jornais alternativos tiveram ampla repercussão no cenário nacional e empenhado em destacar o alcance regional e a pluralidade deste setor, o livro apresenta diversos jornais locais inovadores. Alguns exemplos: *Lampião* (inspirado no jornal americano *Gay Sunshine*); *Repórter* (com pautas voltadas aos direitos humanos); *O São Paulo* (vinculado a setores progressistas da Igreja Católica); *Varadouro* (realizado no Acre, divulgava os problemas dos seringueiros da Amazônia); *De Fato* (jornal alternativo de Minas Gerais) e *Porantim* (jornal alternativo em defesa da causa indígena).

Além destes, merecem atenção clássicos vinculados aos movimentos organizados, como o movimento feminista: *Brasil Mulher*, *Nós Mulheres* e *Mulherio*; o movimento estudantil: *Amanhã* (Grêmio de Filosofia da USP), *Avesso* (DCE Livre-USP) e *Cão Faminto* (DCE da Pontifícia Universidade Católica do Paraná) e o movimento negro: *Tição*, *A Voz da Raça*, *Jornegro* e *Sinba*.

Na última parte da obra, é dado destaque à imprensa no exílio, com publicações como o *Bolletino Informativo della Resistenza Brasiliana* (Itália), *Cartas Chilenas* (Chile), *Debate* (França) e *FBI – Frente Brasileira de Informação* (Argélia). Por fim, o ciclo de jornais alternativos detém-se à imprensa clandestina: *A Classe Operária* (PCdoB), *Voz Operária*, *Novos Rumos* e *Voz da Unidade* (PCB) e *Libertação* (Ação Popular).

Causas, movimentos e lutas

O pesquisador britânico John Downing (2002), professor emérito em Southern Illinois University, com dedicação aos estudos de mídia e movimentos sociais, prefere se ater aos exemplos de mídia radical para analisar mais profundamente a comunicação alternativa no âmbito internacional. Para o autor “a ‘raiz’ de radical, que vem do latim, significa algo que penetra na ‘raiz’ das questões. Um significado de ‘raiz’ não existe se um confronto não tem nenhum significado político” (DOWNING, 2009).

Downing (2002, p.49) esclarece seu ponto de vista:

O papel da mídia radical pode ser visto como o de tentar quebrar o silêncio, refutar as mentiras e fornecer a verdade. Este é o modelo de contra-informação, que tem um forte elemento de validade, especialmente sob regimes repressores e estritamente reacionários.

Dentro do espectro que se pode definir como comunicação alternativa, normalmente encontram-se as seguintes nomenclaturas: mídia alternativa, mídia cidadã, mídia da comunidade, mídia tática, mídia independente, mídia de contrainformação, mídia participativa, mídia do terceiro setor, mídia dos movimentos sociais, entre outras.

Cada especificidade possui seus prós e contras. Embora todas recebam o rótulo “alternativo”, algumas delas podem refletir disparidades, elaborando a crítica a uma ou outra causa social, mas, em contrapartida, preservando alguns elementos conservadores.

Downing (2002) acrescenta que os meios alternativos não têm o mesmo poder de convocatória, são mais limitados e restritos na sua circulação. Muitas vezes não são elaborados por intelectuais, jornalistas ou universitários, mas pressupõem um público que organiza seus próprios veículos. Nestes termos, a mídia não é a mensagem, é uma ponte. Não é determinante, mas determinada. É um meio, não um fim.

Segundo o autor, estes meios substituem assim os conceitos de público, espectador e leitor pela “audiência ativa”, uma massa qualitativa de pessoas que mantém uma relação

dinâmica com os movimentos sociais, construindo, de maneira geral, toda uma esfera pública alternativa. Uma audiência que organiza e molda os produtos da mídia, e não apenas absorve passivamente suas mensagens.

Estas características demonstram os dois campos que Downing (2002) detecta na comunicação alternativa. Primeiro, a “confluente interna”, uma vez que facilita a mobilização e a organização de determinado grupo. E depois, a “confluente externa”, uma estratégia para alargar espaços de divulgação, de articulação e de ações.

Para o autor, na matriz da mídia radical alternativa concentram-se as manifestações populares, ou seja, as coberturas que são relativamente independentes da agenda dos poderes estabelecidos e, às vezes, se contrapõem a um ou mais elementos desta pauta.

Ao reunir todas as manifestações comunicativas analisadas em seu livro, Downing (2002, p.27-30) assim resume as características recorrentes da mídia radical:

- a) são iniciativas que conseguem um experimento de escape paradoxal à grande mídia, realizando uma tentativa de democratização da mídia estabelecida;
- b) podem incluir mídias de minoria étnicas, apresentando algo em comum: o rompimento de regras (ou a intenção de);
- c) às vezes se atrapalham devido ao seu radicalismo e, em algumas circunstâncias encontram-se numa situação binária – os elementos comunicacionais são estritamente vinculados, por exemplo, somente à oposição ou à situação;
- d) apresentam uma grande variedade de formatos (textuais, audiovisuais, entre outros);
- e) não buscam audiência mercadológica, mas sim a difusão da informação; vislumbram menos a disputa de espaço no mercado e mais a um lugar de enunciação; são tipicamente de pequena escala e pequena circulação;
- f) normalmente, são produzidas por jovens, tal motivo ocorre devido ao baixo retorno financeiro que os veículos proporcionam;
- g) visam expressar verticalmente oposição ao poder e obter horizontalmente apoio e solidariedade, trazendo, em muitos casos, uma nova visão a respeito de como a sociedade poderia organizar-se.

As dificuldades financeiras, o contexto de repressão política e até mesmo a fragmentação e dispersão das forças sociais explicam as dificuldades enfrentadas pelo jornalismo alternativo. Muitas destas pequenas mídias jamais estabeleceram para si as metas de sucesso mercadológico: longevidade, lucratividade, estabilidade e venda de noticiários em cadeia.

Outro ponto sobre o assunto é trazido à tona pela historiadora da USP, Maria Luiza Tucci Carneiro (2003). A pesquisadora observa que, no Brasil, antes do golpe militar de 1964,

as práticas de comunicação classificadas como subversivas foram constantemente confiscadas e extraídas do cenário social.

A autora divide metodologicamente a história desta imprensa militante em dois grupos: jornais que sofreram uma repressão institucionalizada, com a ação do Estado caracterizada por uma legislação e polícia específicas; e jornais de resistência, distinguidos pela ideologia que deu forma e conteúdo às publicações.

As regras do Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo (DEOPS) para a observação e inspeção dos periódicos visavam à “pacificação interna” por intermédio de métodos aprimorados da polícia francesa dos séculos XVII e XVIII. Para Carneiro (2003, p.19-59), as classificações dos jornais encaixavam-se nos seguintes parâmetros: orientação ideológica – anarquista, anarco-sindicalista, comunista, socialista, sionista, antifascista, fascista, nazista etc; comunidade idiomática – lituano, ídiche, russo, espanhol, japonês, armênio, ucraniano etc; e comunidade étnica – negra, nipônica, judaica etc.

Segundo Carneiro (2003), São Paulo foi o estado onde o jornalismo militante mais proliferou devido ao polo industrial, à quantidade de imigrantes e ao operariado. As redações dos chamados jornais subversivos se espalharam pelos bairros do Bixiga, Barra Funda, Brás, Mooca, Bom Retiro e Vila Zelina. Para a autora, os estereótipos do revolucionário russo, do anarquista espanhol e do antifascista italiano rondavam o imaginário brasileiro de moralização dos costumes políticos. Segundo ela, isto justificou o surgimento, em São Paulo, da Liga Nacionalista (1916-1924), cujo objetivo era afastar os “maus imigrantes” do Brasil.

Carneiro (2003, p.35) acrescenta que, “como uma espécie de marca registrada, os periódicos ‘subversivos’ optavam por títulos que faziam analogias aos seus ideais de luta: *Liberdade, O Pacificador, Emancipação, O Liberal, Nossa Terra*, etc”. Ela também observa que a identidade de classe era divulgada no próprio cabeçalho, reforçada por alguma epígrafe, como por exemplo: *O Trabalhador, A Plebe, A Classe Operária, O Sindicalista, A Voz dos Sapateiros, O Trabalhador Têxtil, O Trabalhador Agrícola, O Trabalhador Vidraceiro*.

Outra característica destes periódicos era o fato de serem compostos por ativistas estrangeiros que, mesmo expulsos do Brasil, continuavam trabalhando como correspondentes. Os jornais conquistavam leitores que, mesmo sem documentação e às vezes sem visto, eram ávidos por notícias e mensagens de esperança de uma vida melhor. Já os artigos e as ilustrações significavam vínculos com a pátria-mãe. Dessa forma, os jornais também contribuíam para a sobrevivência de contornos culturais desgastados pelo trauma do processo migratório.

No Brasil, a fase notória da imprensa alternativa ocorre após o golpe militar brasileiro, em 1964. O objetivo era revolucionar o País e ir contra a imposição do regime autoritário. O

segundo momento tem início quando a censura começa a atuar e os jornais reformulam sua forma de criticar e resistir ao poder. Esta fase se estende até o final dos anos 1970, com a abertura política. Nesta época, as redações abandonavam, aos poucos, a clandestinidade e passavam a ganhar espaço público. Na última fase, que se iniciou com a redemocratização do Brasil (a partir de 1984), os jornais se associaram aos movimentos populares e novas iniciativas surgiram a partir da demanda de grupos específicos, com o apoio das redes e das técnicas jornalísticas contemporâneas.

Em *Imprensa alternativa: jornalismo de oposição e inovação* (1995), o jornalista e escritor Rivaldo Chinem afirma que, durante a ditadura militar brasileira, nasceram e morreram mais de 300 periódicos com um sentimento em comum: coragem. Eram jornais conhecidos como *underground*, independentes, nânicos, “de leitor” e que ofereciam “a presença de algum tipo de resistência contracultural, no sentido amplo, de público universitário, místico-filosófico a grupos estigmatizados” (CHINEM, 1995, p.38).

Neste cenário, não foi sempre que a comunicação alternativa apresentou pluralidade de opinião interna nas suas diretrizes editoriais. Apesar das dificuldades, muitos jornalistas enxergavam no campo jornalístico uma forma de lançar-se na profissão e realizar um trabalho contestador. Chinem (1995) observa que, na época, jornalistas politicamente audaciosos fizeram uso do humor, do improviso e do profissionalismo para exercer suas atividades.

Os jornais alternativos da época foram marcados pelo traço nacional-popular dos anos 1950 e pelo marxismo estudantil da década seguinte (KUCINSKI, 2003). Essas iniciativas manifestavam-se contra a tentativa de se instalar, nas universidades, em decorrência da política de cassações e exílios voluntários, uma tática de controle da área de educação e a renovação do quadro de professores.

Atualmente, é possível encontrar coletâneas da imprensa alternativa no Brasil que contam a vida de alguns famosos periódicos, algumas delas compilando todas as edições dos veículos. *Pasquim* (AUGUSTO; JAGUAR, 2006), *Movimento* (AZEVEDO, 2011), *Coojornal* (GUIMARAENS; CENTENO; BONES, 2011), *Binômio* (RABÊLO, 1997), entre outros, retratam o vigor de um trabalho que nem mesmo os jornalistas que deles participaram podiam imaginar devido ao significativo número de exemplares confiscados e censurados.

Durante a ditadura brasileira, o governo controlava o material difundido na imprensa, monitorando e reprimindo as informações a serem divulgadas. Além de cortar, a censura passou a editar os textos. A retirada da palavra “não” transformava frases negativas em afirmativas. Os jornais recebiam uma lista de nomes das pessoas que não podiam ser criticadas nem elogiadas. Até a publicidade foi censurada sob a alegação que feria a ordem moral. Em

alguns casos, foram proibidas pautas de trânsito, desentendimentos entre autoridades, entre outros casos.

Segundo Chinem (1995, p.14), alguns itens que a censura proibia durante o regime autoritário brasileiro eram a campanha pela revogação dos Atos Institucionais – nomeadamente o AI-5 –, a contestação ao regime vigente e notícias sensacionalistas que prejudicavam a imagem do Brasil. Da mesma forma, eram vetadas matérias que colocassem em descrédito as políticas habitacionais, notícias detalhadas sobre assaltos a estabelecimentos de crédito e comerciais, além de referências à tensão entre a Igreja Católica e o Estado. Também eram proibidas campanhas de publicidade sobre nações comunistas, críticas contundentes aos governadores estaduais e a “exaltação da imoralidade” que estaria presente em notícias sobre homossexualidade, prostituição e tóxicos.

Os passos da censura eram, primeiramente, entregar às redações uma relação de assuntos proibidos. Em seguida, inserir a presença do censor nos locais de trabalho e, por fim, obrigar os profissionais dos veículos a enviar suas matérias à Polícia Federal. No entanto, não foi só este tipo de mecanismo que possibilitou o fim dos jornais alternativos, mas também a concretização de um projeto político mais amplo com vistas à desestabilização desta imprensa. As táticas utilizadas incluíam, entre outras, atrasar as impressões gráficas e explodir bombas nas bancas de jornal e nas redações (CHINEM, 1995).

Segundo o jornalista Sérgio Augusto Soares Mattos, que também é escritor e atua no quadro docente da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), o jornalismo brasileiro sempre esteve sob ameaça de censura, seja em termos políticos, econômicos ou policiais.

Para o pesquisador, o Estado sempre desempenhou papel decisivo no processo de regulamentação dos meios de comunicação de massa, influenciando sobre seu desenvolvimento. “O que existe hoje, ou o que deixou de existir, no terreno da política da comunicação foi criado nas últimas quatro décadas” (MATTOS, 2005, p.15).

Mattos (2005) aponta que a censura aos meios de comunicação facilita a manipulação da opinião pública, limita o crescimento da produção dos próprios veículos, diminui a criatividade e pior: incentiva a autocensura. Esta prática passou a ser adotada pelas próprias emissoras, que constituíram seus departamentos de autocensura ou de controle de qualidade.

Hoje em dia, a prática censória persiste, mas é cada vez mais complexa. Embora a cada época ocorram iniciativas de comunicação alternativa, os obstáculos apresentados no caminho tendem a ser variados, intensos e desmotivadores.

Seja por indução ou manipulação da realidade, é possível destacar alguns fenômenos criados por determinados governos. Nesta linha, o sociólogo e jornalista Perseu Abramo (2003) afirma que a distorção da realidade é deliberada, contendo um significado e um propósito.

No livro *Padrões de manipulação na grande imprensa* (2003), o autor diagnosticou cinco manifestações desta inversão: padrão de ocultação – fatos são excluídos da realidade; padrão de fragmentação – o fato é decomposto, na sua descontextualização perde-se a dimensão original e, assim, novos significados lhes são atribuídos; padrão da inversão – é o reordenamento das partes, troca de lugares e de importância; padrão de indução – resultado de uma articulação combinada que induz o leitor a compreender o mundo de acordo com a nova realidade que lhe é exposta; padrão global – o fato gera um apelo à emoção, as autoridades são as únicas que o resolvem a questão e, conseqüentemente, é desestimulada a ação da sociedade.

Para Abramo (2003), a distorção da realidade é deliberada, tem um significado e um propósito: o interesse econômico. No fim das contas, o anunciante é o maior responsável pelo produto final. Além disso, a ambição de lucro do empresário de comunicação faz com que ele busque agradar seus consumidores. Segundo o autor, o peso do anunciante é decisivo na pequena empresa. Contudo, é na grande imprensa que manipulação é mais visível.

Para transformar este quadro, Abramo (2003) enxerga uma mudança social em três planos: a classe dominante tenderá a desmistificar a imprensa; as classes dominadas tenderão a entender a imprensa como ente político-partidário, exigindo que seja submetida ao controle público; e as classes dominadas lutarão pela transformação da natureza dos meios de comunicação – estes deverão deixar de ser vistos como instituições privadas, transformando-se em instituições públicas.

O pensamento de Abramo iniciou uma série de estudos que, atualizados, trazem novas perspectivas do que seria a manipulação da imprensa em tempos de cultura digital e redes sociais. José Arbex Jr (ABRAMO, 2003, p.9), historiador, jornalista e professor da PUC-SP, ao assinar a apresentação ao livro de Abramo, observa:

A “revolução conservadora” propiciada pela tecnologia introduziu pelo menos um padrão de manipulação não analisado por Abramo: o que permite fabricar socialmente a amnésia, mediante a imposição da velocidade informativa (...) A aceleração tecnológica prova-se um eficaz instrumento de dominação.

Em sintonia com o pensamento de Abramo, encontram-se os estudos de Noam Chomsky (2014), linguista, filósofo, ativista político estadunidense e professor do Massachusetts Institute of Technology. Contudo, em vez de analisar a grande imprensa, seu foco abrange a mídia de

maneira geral. O autor catalogou as dez técnicas de mistificação e manipulação promovidas pela grande mídia. Segundo Chomsky (2014, p.146-247), são elas:

1. A estratégia da distração. Foco em manter a atenção do público concentrada em temas de pouca relevância;
2. Princípio do “problema-solução do problema”. Inventa-se um grande problema para causar certa reação no público, com a finalidade de que o mesmo seja o solicitante das mudanças pretendidas;
3. A estratégia da gradualidade. Com a motivação de a população acolher uma medida rejeitável, basta noticiá-la pouco a pouco, por dias, meses ou anos;
4. A estratégia do diferimento (adiamento). Para fazer-se aceitar uma decisão impopular, apresenta-se tal fato como “difícil, mas necessário”, projetando esporadicamente sua aceitação;
5. Comunicar-se com o público como se falasse a uma criança. Ao nos comunicarmos com crianças, elas tendem a responder possivelmente sem qualquer noção crítica;
6. Explorar a emotividade muito mais que estimular a reflexão. A emoção bem trabalhada ofusca a racionalidade do cidadão;
7. Manter o público na ignorância e na mediocridade. A manipulação ocorre quando o povo permanece na ignorância; sem escola de qualidade para todos;
8. Impor modelos de comportamento. Controlar indivíduos enquadrados, trabalhando modelos impostos principalmente pela mídia e pela publicidade;
9. Autoculpabilização: tendência a trabalhar os problemas individualmente e não socialmente;
10. Os meios de comunicação sabem mais de você do que você mesmo. A mídia realiza pesquisas de preferências, faz sondagens, diagnostica inclinações políticas e ideológicas.

Há também estudos que chamam atenção, sobretudo, para o espaço da cidadania no jornalismo. Um de muitos exemplos é o texto *Jornalismo cidadão* (2003), de Alzira Alves de Abreu, doutora em sociologia pela Universidade Paris-V (René Descartes) e pesquisadora da FGV-RJ. Na obra, a autora compreende o fator financeiro como parte da atividade jornalística, mas critica o reducionismo que isto pode carregar.

De acordo com Abreu (2003, p.39), novas organizações surgidas no Brasil pós-redemocratização têm apostado no discurso voltado à afirmação dos direitos dos cidadãos em substituição às velhas reivindicações:

Não é possível eliminar a dimensão econômica da mídia, mas é preciso estabelecer a articulação dessa dimensão com o crescimento, no seio da sociedade, de sentimentos de igualdade, surgidos na sociedade brasileira, principalmente durante o regime militar. Com a redemocratização, a luta por

justiça e cidadania se ampliou e encontrou, nas redações, entre os profissionais da imprensa, grande receptividade.

Se o jornalismo tem, por definição, um compromisso socialmente ético e inclusivo, o que justifica a necessidade da criação de um segmento denominado “alternativo”? Talvez a distância entre os documentos que regem a Ética jornalística e a atuação da categoria no mercado profissional tenha estimulado o surgimento de algo não contaminado pelas vísceras financeiras, pelas amarras que podem apenas corroborar a prática jornalística como negócio.

O jornalismo alternativo, que almeja tornar-se cívico e atuante socialmente, assim denomina-se por atribuir à profissão algo a mais do que o jornalismo convencional: as características de inserção.

Analisando o *Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros*⁴, publicado em 2007 pela Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), constata-se o estabelecimento de normas de atuação do profissional na relação com a comunidade, com as fontes de informação e entre jornalistas que demonstram exatamente as mesmas premissas do jornalismo alternativo. Ou seja, o jornalismo alternativo é, na prática, o que o jornalismo hegemônico deveria ser. O alternativo traz na sua *práxis*, a teoria da mídia tradicional.

A seguir, alguns artigos que demonstram a ligação entre estas duas áreas da mesma profissão: o interesse público e social como prioridade fundamental à prática jornalística:

Art. 1º – O acesso à informação pública é um direito inerente à condição de vida em sociedade, que não pode ser impedido por nenhum tipo de interesse.

Art. 2º – A divulgação da informação, precisa e correta, é dever dos meios de divulgação pública, independente da natureza de sua propriedade.

Art. 3º – A informação divulgada pelos meios de comunicação pública se pautará pela real ocorrência dos fatos e terá por finalidade o interesse social e coletivo.

Art. 4º – A apresentação de informações pelas instituições públicas, privadas e particulares, cujas atividades produzam efeito na vida em sociedade, é uma obrigação social.

Art. 5º – A obstrução direta ou indireta à livre divulgação da informação e a aplicação de censura ou autocensura são um delito contra a sociedade.

Da Conduta Profissional do Jornalista

Art. 13 – O jornalista deve evitar a divulgação dos fatos: – Com interesse de favorecimento pessoal ou vantagens econômicas; – De caráter mórbido e contrários aos valores humanos.

Art. 14 – O jornalista deve: – Ouvir sempre, antes da divulgação dos fatos, todas as pessoas objeto de acusações não comprovadas, feitas por terceiros e não suficientemente demonstradas ou verificadas; – Tratar com respeito todas as pessoas mencionadas nas informações que divulgar.

⁴Disponível em: <http://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2014/06/04-codigo-de-etica-dos-jornalistas-brasileiros.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2017.

Art. 15 – O jornalista deve permitir o direito de resposta às pessoas envolvidas ou mencionadas em sua matéria, quando ficar demonstrada a existência de equívocos ou incorreções.

Art. 16 – O jornalista deve pugnar pelo exercício da soberania nacional, em seus aspectos político, econômico e social, e pela prevalência da vontade da maioria da sociedade, respeitados os direitos das minorias.

Compreender o jornalismo alternativo como uma possibilidade do que poderia ser o jornalismo tradicional não exime responsabilidades nem canibaliza funcionalidades, mas fortalece sua existência e fomenta sua discussão, provavelmente colaborando na divulgação dos princípios da área para qualquer um que se interesse pelo tema, seja pesquisador, profissional ou estudante.

O mesmo ocorre com a imprensa feminista ou feminina. Qual a necessidade de sua existência se a inclusão de gênero já estivesse presente nas publicações cotidianas? Contudo, é justamente por causa da ausência de espaço cívico que o jornalismo alternativo e o debate de gênero no jornalismo estão presentes na sociedade. Ambos se fortaleceram com ausências e omissões. Ambos carregam a premissa de não necessitarem existir quando o jornalismo se transformar.

Dentro do arcabouço da comunicação social, o jornalismo trouxe possibilidades de construção de um estado democrático, resgatando a cidadania, tornando-se, na medida do possível, um obstáculo à distorção de qualquer realidade deliberada e inconstitucionalmente construída.

Se a “audiência ativa” (DOWNING, 2002) categoriza um público que não apenas absorve a informação, mas a reproduz, com base na reciprocidade entre os sujeitos comunicantes, quais seriam as mulheres protagonistas desta inversão de padrão no jornalismo? Ou melhor, quem foram – e são – as mulheres protagonistas que buscaram a subversão da hegemonia jornalística e criaram meios alternativos de se comunicar?

3. Pensamento feminista: recortes em torno da área de comunicação

Neste capítulo, são analisados o pensamento e a obra de algumas mulheres – docentes, intelectuais e/ou especialistas em estudos de gênero – reconhecidas por sua contribuição à questão feminista. Destacam-se autoras de textos com teor de contestação sobre a disputa feminina no espaço público, na mídia e no jornalismo, assim como escritoras contemporâneas que se dedicam a descrever o que significa ser mulher. Ligadas a áreas como filosofia, comunicação e artes, as investigações, as reflexões e o legado bibliográfico dessas mulheres contribuem com a vida acadêmica e com atividades políticas.

Contornando as grandes áreas das Ciências Humanas, em um primeiro momento, o foco deste capítulo está na inserção da mulher na esfera pública. Posteriormente, abordam-se as críticas das autoras à comunicação e ao jornalismo.

A literatura sobre o assunto demonstra que, apesar de as obras mencionadas e utilizadas neste estudo tratarem de questões pontuais sobre gênero, a costura do material pode fornecer um rascunho da história da representatividade feminina na mídia. Espera-se, desta forma, que o texto possa iniciar um debate sobre qual caminho pode ser seguido para traçar um diagnóstico sobre participação e igualdade de gênero no jornalismo.

3.1. Virginia Wolf e Rosa Luxemburgo: invisibilidade programada e condição da mulher

Virginia Woolf (1882-1941) é considerada uma das maiores romancistas do século XX, reconhecida não só por suas inovações literárias, mas por seu posicionamento feminista em defesa da igualdade de direitos entre os sexos. Ao debater as questões de gênero, a escritora britânica realizava constantemente uma de suas grandes críticas: se, por acaso, um marciano pousasse na Terra e buscasse se informar sobre o planeta apenas com a leitura dos jornais diários, acreditaria provavelmente que o mundo seria habitado apenas por homens.

No livro de ensaios *Um teto todo seu* (1990), fruto de palestras conferidas em 1928 na Universidade de Cambridge, Woolf aponta como uma das principais causas da invisibilidade feminina o fato de, durante toda a história humana, a literatura ter sido “feita pelos homens a partir das próprias necessidades e para as próprias aplicações” (WOOLF, 1990, p.95). Assim, não seria de se surpreender que a representação da mulher ficasse a cargo de “ensaístas agradáveis, romancistas desonestos, rapazes com diploma de licenciatura em letras, homens

sem diploma algum, homens sem qualificação aparente, salvo o fato de não serem mulheres” (WOOLF, 1990, p.35).

A impossibilidade de a mulher se colocar como construtora de sua própria identidade, restringindo-se ao papel de objeto de representação masculina, geraria não só estereótipos descabidos, mas legitimava a visão de que às mulheres cabia apenas “os interesses perenes da domesticidade”. Entretanto, para Woolf (1990, p.91), é “óbvio que os valores das mulheres diferem, com frequência, dos que foram estabelecidos pelo outro sexo; isso decerto acontece. E, no entanto, são os valores masculinos que prevalecem”.

Contudo, não há melhor maneira de representar a crítica à invisibilidade feminina elaborada por Woolf do que o seu exercício ficcional ao supor o que teria acontecido se Shakespeare tivesse tido uma irmã tão dotada quanto ele. Para a autora, mesmo que a hipotética Judith Shakespeare possuísse “o mais vívido pendor, um dom como o do irmão para a melodia das palavras”, mesmo que fosse “tão audaciosa, tão imaginativa, tão ansiosa por ver o mundo quanto ele”, mesmo que repartisse de igual ímpeto em “alimentar-se abundantemente da vida dos homens e mulheres e do estudo de seus estilos”, enfim, mesmo partilhando os mesmos talentos, dedicação e origem socioeconômica de seu irmão, “teria sido completa e inteiramente impossível a qualquer mulher ter escrito as peças de Shakespeare na época de Shakespeare” (WOOLF, 1990, p.59-61).

Na construção de Woolf, a suposta Judith, ao contrário de seu irmão, não poderia frequentar a escola, sendo proibida por seus pais até mesmo de aprender latim para ler as obras de Ovídio, de Virgílio, de Horácio, além de ser-lhe imposto um casamento antes mesmo de completar vinte anos. E, mesmo que fugisse para Londres, seria impossível atuar como atriz de teatro, a não ser que se predispusesse a dividir o palco em espetáculos grotescos com *poodles* dançantes. Enfim, sem dinheiro, comida ou emprego, Judith acabaria grávida de um empresário inescrupuloso e, abandonada, cometeria suicídio numa noite de inverno. Como provoca a própria Woolf, “quem pode medir o fogo e a violência do coração do poeta quando capturado e enredado num corpo de mulher?” (WOOLF, 1990, p.61).

Luta por direitos

Passados quatro séculos desde a Inglaterra elisabetana de Shakespeare, a invisibilidade de gênero continuaria sendo perpetuada em todo mundo, como a tímida inserção feminina nos espaços públicos. Essa barreira, contudo, começou a enfraquecer a partir da organização das mulheres trabalhadoras no período após a Revolução Industrial (ocorrida entre a segunda

metade do século XVIII e a primeira metade do século XIX) em torno, primordialmente, da luta por direitos políticos, como votar e ser votada.

Como afirmava Rosa Luxemburgo (1871-1919), em um artigo de 1914, simbolicamente intitulado *A proletária*: “Hoje, a proletária assalariada moderna pisa no palco público tanto como a protagonista da classe trabalhadora, quanto, ao mesmo tempo, de todo o gênero feminino, a primeira protagonista em milhares de anos” (LOUREIRO, 2011, p.493).

Para Luxemburgo (LOUREIRO, 2011, p.495), o direito ao voto feminino não se resumiria apenas a uma questão de igualdade formal dentro do regime democrático, mas a uma verdadeira necessidade socioeconômica:

(...) a proletária precisa de direitos políticos, pois exerce a mesma função econômica que o proletário masculino na sociedade, se sacrifica igualmente para o capital, mantém igualmente o Estado, é igualmente sugada e subjugada por ele. Ela tem os mesmos interesses e, precisa, para sua defesa, das mesmas armas.

Para ela, o direito político ao voto seria um passo para a conquista de outros direitos femininos. Assim, Luxemburgo defendia que “as mulheres proletárias precisam fincar pé na vida política por meio de sua participação em todos os domínios, apenas assim é que elas criam um fundamento para os seus direitos” (LOUREIRO, 2011, p.495).

A trajetória de Luxemburgo evidencia sua luta contra a invisibilidade pública e política feminina. Nascida na Polônia em 1871, quinta filha de uma família judia culta, estudou Ciências Naturais, Matemática, Direito e Economia Política na Universidade de Zurique e, aos 26 anos, defendeu sua tese de doutorado sobre o desenvolvimento industrial da Polônia. Ela foi também uma das fundadoras do Partido Social Democrata da Polônia e do Partido Comunista Alemão.

Como jornalista, encarregou-se, praticamente sozinha, entre 1894 e 1896, da redação do jornal polonês *Sprawa Robotnicza* (Causa Operária), editado em Paris, além de colaborar com o periódico feminino alemão *Die Gleichheit* (Igualdade), fundado em 1892 e editado por Clara Zetkin. Esta publicação foi, por muitos anos, o espaço privilegiado de divulgação do movimento socialista feminino internacional.

Nas duas primeiras décadas do século XX, Luxemburgo teve atuação de destaque como intelectual e dirigente do Partido Social Democrata da Alemanha, chegando a ser professora de Economia Política e História Econômica na escola do partido. Depois de inúmeras prisões por agitação política, foi libertada em 8 de novembro de 1918, encarregando-se, no início da Revolução Alemã, em Berlim, da direção do jornal *Die Rote Fahne* (A Bandeira Vermelha), onde publicou duros artigos contra o governo, acusado de sufocar o processo revolucionário

em curso. Em janeiro de 1919, ela foi brutalmente assassinada por tropas do governo e seu corpo, jogado em um canal, foi encontrado somente no final de maio daquele ano, praticamente irreconhecível.

Apesar de toda essa trajetória de luta, Luxemburgo não esteve imune às barreiras impostas à participação ativa das mulheres na vida pública. Como afirma Isabel Maria Loureiro (2011, p.V-VI), professora da Universidade Estadual Paulista (Unesp) e especialista do pensamento de Rosa Luxemburgo no Brasil:

A esquerda oficial nas suas duas vertentes, social-democrata e comunista, sempre teve uma relação problemática com Rosa Luxemburgo. Em vida, a recusa da jovem judia-polonesa-alemã a fazer compromissos que traíssem suas convicções e sua independência intelectual criaram-lhe inimigos sem conta no interior da social democracia alemã, patriarcal e politicamente conservadora. E depois do seu assassinato, as lutas fratricidas entre facções adversárias no interior do movimento comunista (...) acabou gerando uma situação paradoxal: os governos comunistas usavam para se legitimar o exemplo da mártir que sacrificou a vida pela causa revolucionária, ao mesmo tempo que suas ideias divergentes em relação a Lênin e aos bolcheviques eram silenciadas.

Exatamente por este motivo, no artigo *O direito de votos das mulheres a luta de classes*, de 1912, Luxemburgo (LOUREIRO, 2011) defendia que somente a participação ativa na vida política comunitária faria com que a mulher rompesse a prisão que lhe era imposta pelas quatro paredes da vida doméstica.

No texto, ela também constatava que, apesar de o trabalho doméstico garantir a existência diária e a educação das crianças das famílias proletárias, este enorme autossacrifício e dispêndio de forças era visto pela sociedade apenas como “assunto particular do proletário, sua felicidade e sua benção e, justamente por isso, não passa de ar para a sociedade atual”. Luxemburgo (LOUREIRO, 2011, p.448) arrematava:

Como produtivo vale o trabalho que cria a mais-valia, que dá origem ao lucro capitalista. Desse ponto de vista, a dançarina de café-concerto, que enche de lucros os bolsos do empresário com suas pernas, é uma trabalhadora produtiva, enquanto todo o trabalho duro das mulheres e mães do proletariado entre as quatro paredes do lar é visto como atividade não produtiva. Isso parece absurdo e desumano, mas corresponde exatamente à brutalidade e absurdidade da atual ordem econômica capitalista, e aprender essa verdade brutal de modo claro e aguçado é a primeira necessidade para as mulheres proletárias.

3.2. Simone de Beauvoir: o tornar-se mulher no século XX

Não seria equivocado afirmar que o século XX foi marcado, do ponto de vista da autonomia feminina, por uma luta constante contra a invisibilidade e pela ocupação dos espaços públicos. Não seria equivocado afirmar também que a comunicação não estaria imune a essa disputa⁵.

Nesta área, a invisibilidade de gênero ocorre tanto do ponto de vista da representação – são poucas as mulheres que ocupam os cargos de liderança na mídia – como do ponto de vista dos entrevistados e especialistas ouvidos nas matérias. Além disso, raras são as reportagens que priorizam a igualdade de gênero em relação às fontes utilizadas.

Se existe uma invisibilidade com relação às mulheres ao longo da história, muito se deve à concepção fenomenológica do poder e, conseqüentemente, ao obscurantismo dos fatos. Ao longo dos séculos, inúmeros foram os registros ignorados, ocultados ou queimados sobre mulheres ou escritos por elas, inclusive considerando-se o material produzido por escritoras que, forçosamente, adotavam pseudônimos masculinos. Muitos destes textos são construções de resistência que, além de retratarem as características de cada época, problematizam o sistema social vigente.

A construção às avessas do registro histórico sobre mulheres ocorre por alguns motivos. Primeiro, a alfabetização tardia. Segundo, as normas culturais e morais que impediam ou censuravam a liberdade de pensamento. Terceiro, por conta da sobrecarga do trabalho doméstico, conhecido como o primeiro trabalho feminino não remunerado nem valorizado (BEAUVOIR, 2016a, p.20):

No século XIX, a querela do feminismo torna-se novamente uma querela de sectários; uma das conseqüências da revolução industrial é a participação da mulher no trabalho produtor: nesse momento, as reivindicações femininas saem do terreno teórico, encontram fundamentos econômicos; seus adversários fazem-se mais agressivos. Embora os bens de raiz se achem em parte abalados, a burguesia apega-se à velha moral que vê, na solidez da família, a garantia da propriedade privada: exige a presença da mulher no lar tanto mais vigorosamente quanto sua emancipação torna-se uma verdadeira ameaça; mesmo dentro da classe operária os homens tentaram frear essa

⁵Ainda no final do século XX, o Brasil se declarou disposto a implantar os *Objetivos de Desenvolvimento do Milênio* (ODM) aprovados em 2000 pela *Declaração do Milênio das Nações Unidas* e que deveriam ser implementados até dezembro de 2015. No rol dos objetivos, destaca-se o terceiro: promover a igualdade entre sexos e a autonomia das mulheres. A *Declaração do Milênio* reconhece que, em pleno século XXI, ainda subsiste a desigualdade de gênero, devendo os países signatários garantir a efetivação da “igualdade entre os sexos e a autonomia da mulher como meios eficazes de combater a pobreza, a fome e as doenças e de promover um desenvolvimento verdadeiramente sustentável” (ONU, 2000).

libertação, porque as mulheres são encaradas como perigosas concorrentes, habituadas que estavam a trabalhar por salários mais baixos.

O segundo sexo

A filósofa e escritora francesa Simone de Beauvoir (1908-1986), no livro *O segundo sexo* (2016a), publicado originalmente em 1949, questiona a estrutura hierárquica e a naturalização das relações sociais que, durante séculos, sustentaram as desigualdades entre os sexos. Integrante do movimento existencialista⁶ francês, Beauvoir é considerada uma das maiores teóricas do feminismo moderno. Intelectual e ativista política, é autora de inúmeros romances, ensaios, novelas, peças de teatro e autobiografias.

Por conta de seu existencialismo, a filósofa entendia a liberdade como uma escolha incondicional que o indivíduo faz do seu ser e do seu mundo. Em sua análise, quando a mulher julga estar subordinada a forças externas mais poderosas do que a sua vontade, esse julgamento é uma decisão aberta. Em outras palavras, o conformismo ou a resignação são decisões livres.

Segundo sexo é uma denominação baseada na irreversível oposição humana em relação ao diferente. O homem apenas se enxerga ao pensar e avaliar o outro, ou seja, aprende o mundo sob o signo da dualidade (BEAUVOIR, 2016, 2016a, p.26):

O que define de maneira singular a situação da mulher é que, sendo, como todo ser humano, uma liberdade autônoma, descobre-se e escolhe-se num mundo em que os homens lhe impõem a condição do Outro. Pretende-se torná-la objeto, volta-la à imanência, porquanto sua transcendência será perpetuamente transcendida por outra consciência essencial e soberana. O drama de toda mulher é esse conflito entre a reivindicação fundamental de todo sujeito que se põe sempre como o essencial e as exigências de uma situação que a constitui como inessencial.

A autora analisa, entre outros pensadores, Friedrich Engels⁷ e sua obra *A origem da família, da propriedade privada e do Estado* (1884), ao ponderar sobre a afirmação de que a história feminina depende essencialmente da história das técnicas. Beauvoir concorda com os argumentos de Engels, embora afirme que, para conhecer a situação da mulher, “é preciso ir

⁶A concepção de existencialismo da autora considera cada indivíduo um ser único, autor dos seus atos e do seu destino (BEAUVOIR, 2016a, p.90).

⁷Friedrich Engels (1820-1895), em **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**, analisa a dimensão materialista do desenvolvimento da civilização, classificando os diferentes tipos de família: consanguínea; punaluana; *pairing* e monogâmica. O livro aborda a passagem do matriarcalismo ao patriarcalismo.

além da teoria do materialismo histórico, que apenas enxerga no homem e na mulher entidades econômicas” (BEAUVOIR, 2016a, p.90).

Ambos concordam com a realidade social na qual a sociedade humana não sofre passivamente a presença da Natureza: os indivíduos refazem constantemente esta Natureza, tomando posse sobre ela. Esta retomada não é uma operação interior e subjetiva, mas se efetiva objetivamente na *práxis*. No panorama circunstancial vivenciado pelo público feminino, no qual se misturam a apropriação e a exploração do trabalho, as reflexões materialistas e imbricações de poder constroem as relações humanas.

Assim, o capitalismo financeiro teria reorganizado a divisão do trabalho segundo as dimensões sexuais. A naturalização do processo ideológico das relações sociais, as diferenças de assalariamento e valores morais articulam-se, na prática, dentro de um sistema de signos subjetivamente comunicantes, no qual o interesse masculino confunde-se com o interesse geral da sociedade.

A partir dos séculos XVIII e XIX, com as guerras e o crescimento da industrialização, a mulher iniciou, de fato, a trajetória do trabalho assalariado. Seus primeiros trabalhos foram ligados às fábricas e ao operariado de maneira geral. Porém, também ocorreu uma tímida proximidade com o mundo das letras, por meio de trabalhos nos correios, como datilógrafas ou como tradutoras.

Beauvoir (2016a, p.188-190) situa que a História falhou não apenas em registros textuais sobre grandes mulheres, mas a omissão ocorreu também em termos de referências e de memória material:

As mulheres que realizaram obras comparáveis às dos homens são as que a força das instituições sociais exaltou além de toda diferenciação sexual. Isabel, a Católica, Isabel da Inglaterra, Catarina, da Rússia não eram nem mulher nem homem: eram soberanas. É de observar que, uma vez abolida socialmente, sua feminilidade não mais tenha construído uma inferioridade: a proporção de rainhas que realizaram grandes governos é infinitamente superior à dos grandes reis (...). Cumpre observar que em Paris, sobre cerca de mil estátuas (excetuando-se as das rainhas que por motivos de ordem puramente arquitetural cercam o Luxemburgo), somente dez foram erguidas a mulheres.

Nas primeiras décadas do século XX, as mulheres desconfiavam do ensino em que elas e homens frequentassem ambientes distintos. Por esse motivo, as mulheres da Belle Époque⁸ reivindicavam a educação de ambos os sexos no mesmo espaço. Com esta e outras lutas, pouco

⁸Termo francês comumente usado para identificar o período correspondente ao final do século XIX e o início da Primeira Guerra Mundial, em 1914, marcado por significativas transformações culturais, intelectuais e artísticas.

a pouco, o quadro de acesso à educação mudou e a mulher seguiu apropriando-se dos quadros de formação escolar e acadêmica.

Outro fator que favoreceu a inserção das mulheres no mundo da educação e das letras foi a vigência moral e social de que mães mais instruídas poderiam oferecer uma educação melhor para os filhos (MONTEIRO; HANAICA, 2012). Isto ajudou a deflagrar o processo de escolarização das mulheres. Na Europa, o acesso feminino ao ensino básico aconteceu por volta de 1880; no ensino médio (antigamente conhecido como secundário), por volta de 1900. Já o ingresso das mulheres na universidade aconteceu no período entre as duas guerras mundiais.

Hoje, além do acesso à educação, entre as principais bandeiras das mulheres é notória a valorização do labor. Somente o trabalho traria independência concreta, conforme defendeu Beauvoir (2016a, p.165-166):

A mulher reconquista uma importância econômica que perdera desde as épocas pré-históricas, porque escapa do lar e tem, com a fábrica, nova participação na produção. (...) Essa é a grande revolução que, o século XIX, transforma o destino da mulher e abre para ela uma nova era. (...) Porque é pelo trabalho que a mulher conquista sua dignidade de ser humano; mas foi uma conquista singularmente árdua e lenta.

Os direitos das mulheres entraram em cena concretamente entre os séculos XVIII e XIX. Depois da Revolução Industrial, os textos da época começaram a trazer ressignificações sobre o trabalho feminino. Nas manchetes, primeiramente ligadas ao plano familiar, ganhavam espaço temas como trabalhos manuais, conselhos de saúde familiar e economia doméstica. Em um segundo momento, apareceram os assuntos dirigidos exclusivamente aos interesses pessoais das mulheres.

Neste período de ressignificações dos valores femininos na mídia, iniciava-se uma emancipação às avessas da mulher no mundo das letras e, pouco a pouco, a indústria cultural⁹ se apropriou dos conceitos do universo feminino, embora mais atenta ao lucro e à rentabilidade do que à democratização e à questão de gênero.

Estratificação do público e homogeneização passam a ser ferramentas para lidar com o novo receptor/leitor e, desse modo, surgem as narrativas sobre mulheres. A primeira estratégia criava o segmento feminino na mídia. A segunda, pasteurizava e nivelava o que seria de interesse delas. Nascia o conceito de público feminino e a mulher tornava-se alvo do mercado.

⁹ Termo empregado pela primeira vez no livro *Dialektik der Aufklärung* (Dialética do Iluminismo), escrito por Theodor Adorno e Max Horkheimer (2006), pesquisadores da Escola de Frankfurt, em 1947.

3.3. Dulcília Buitoni e Michele Mattelart: imprensa feminina e estratificação do público feminino

Para Dulcília Schroeder Buitoni, pesquisadora brasileira, jornalista e professora aposentada da ECA-USP, a imprensa feminina é aquela dirigida e pensada para mulheres. Já “a feminista, embora se dirija ao mesmo público, se distingue pelo fato de defender suas causas” (BUITONI, 1986, p.16).

Formada em Direito e em Jornalismo pela USP, mestre em Letras e livre-docente e titular em Jornalismo pela mesma instituição, Buitoni possui experiência em relações sociais de gênero e é autora de livros e artigos científicos na área. O livro *Mulher de papel: a representação da mulher na imprensa feminina brasileira*, produto de sua pesquisa de doutorado, foi publicado em primeira edição em 1981 e tornou-se uma referência sobre o assunto. Em seguida, *Imprensa feminina*, publicado pela pesquisadora em 1986, também se tornou uma obra importante sobre o tema.

Buitoni (1986) avalia que os veículos da chamada imprensa feminina, nascidos no século XVII e estritamente dirigidos às mulheres, marcam o surgimento do interesse mercadológico por este público. Segundo ela, desde o começo, como reflexo das imposições culturais e religiosas, este segmento se ateu basicamente a assuntos amorosos. Em seguida, temas relacionados à literatura e à moda também ganharam destaque. Aos poucos, os signos da utilidade também foram introduzidos, embora, mais uma vez, deixando a mulher em segundo plano, com pautas sobre trabalhos manuais, conselhos de saúde para a família e economia doméstica.

Buitoni (1986) esclarece que, no início, a imprensa feminina não tinha um perfil noticioso, trazendo apenas textos opinativos, com relatos de viagem e propaganda de peças de teatro. Porém, com o desenvolvimento industrial e o aparecimento da classe média, surgiram novas exigências. A casa continuou a ser personagem principal dos textos, mas seções de arquitetura, decoração e utensílios domésticos, considerados temas práticos e funcionais ligados ao cotidiano da mulher moderna, começaram a ocupar espaço.

Segundo a autora (BUITONI, 1986), o primeiro jornal feminino foi o *The Ladies Mercury*, criado na Inglaterra em 1693, mas um dos primeiros periódicos feministas foi o francês *L'Athénée des Dames* nascido, em parte, como consequência da Revolução Francesa (1789-1799). Neste veículo, apesar do correio sentimental, suas profissionais defendiam a igualdade de gênero. A publicação encerrou suas atividades em 1809.

Buitoni (1986) afirma que, no Brasil, *O Espelho Diamantino*, de 1827, foi o primeiro periódico feminino. Depois, foram publicados o *Espelho das Brasileiras* (1831), *A Mulher do Simplicio e Fluminense Exaltada* (ambos editados de 1832 a 1846), *Jornal de Variedades* (1835), *Relator de Novellas* (1838) e *Espelho das Bellas* (1841). Todos seguiam uma mesma linha editorial: a pregação dos valores da época.

Marie Claire é, até hoje, uma das mais antigas e conhecidas revistas femininas. Nascida em 1937, na França, a publicação deixou de circular durante a Segunda Guerra Mundial e voltou a ser editada em 1954. Segundo Buitoni (1986), o êxito da revista francesa é sintomático em relação ao que aconteceu por volta de 1940, quando ocorreu a solidificação da indústria de cosméticos – um dos maiores setores industriais do mundo – e, desde então, editoriais de moda e beleza consolidaram-se.

Comunicação e cultura

Michele Mattelart é uma pesquisadora francesa que atua nas áreas da comunicação e da cultura, especializando-se em investigações sobre gênero, política e mídia. Para a autora, a mulher é um dos alvos preferidos da área de comunicação. Ela avalia que produtos como telenovelas, programas de rádio e, principalmente, revistas femininas assumem um lugar privilegiado de cristalização ideológica, determinando um campo livre onde se reduzem as contradições sociais e afirma-se a cultura de opressão sobre a mulher.

Mattelart (1982, p.37) comenta que as condições de acaso embutidas no ideal de satisfação feminina contextualizam o destino individual em um plano mais preponderante do que as conquistas sociais:

A maior repressão que exerce o que, em outra ocasião, denominávamos “a ordem do coração”, ordem que preside a organização do discurso melodramático, consiste em desistir de qualquer forma de luta contra as desigualdades sociais (que, por outra parte, são reconhecidas) por meio de uma explicação difundidíssima: só o amor pode ajudar a superar as barreiras de classe. A solução é não somente individual (nunca coletiva), como também depende do milagre do amor. O amor, por outra parte, se converte no eixo de explicação universal, a partir do qual se resolvem, negando-as, as contradições sociais, pois a ordem social injusta tem dois ajudantes: a natureza e a fatalidade (tradução nossa)¹⁰.

¹⁰No original (em espanhol): “La mayor represión que ejerce lo que en otra ocasión denominávamos ‘el orden del corazón’, orden que preside la organización del discurso melodramático, consiste en desistir cualquier forma de lucha contra las desigualdades sociales (que por otra parte son reconocidas) por medio de una explicación difundidíssima: solo el amor puede ayudar a franquear las barreras de clase. La solución no sólo es individual (nunca colectiva), sino que, además, depende del milagro del amor. El amor, por otra parte, se convierte en el eje

Em sua pesquisa, Mattelart (1982) definiu dois papéis femininos traçados pela indústria cultural: a mulher pacificadora e sujeito, a quem cabe resolver certas contradições do sistema, como a família e a educação; e a mulher como pilar da economia de apoio, colaborando com a força de trabalho desvalorizada e não remunerada, assegurando uma alta taxa de mais-valia¹¹ ao salário do marido e, indiretamente, a ela também.

Ao desenvolver sua argumentação, a autora comenta sobre a construção da vida privada e do ócio no contexto de suas novas manifestações de prazer e labor. Segundo Mattelart (1982, p.113):

Este tipo de família, que por sua vez está em crise, cuja identidade explodiu em uma soma de consciências individuais, isoladas, voltadas a si mesmas, narcisistas, oferece à indústria dos ócios um objetivo múltiplo. As novas formas de controle social, unidas à aparição da “cultura do narcisismo”, se inscrevem em um contexto sociopsicológico caracterizado pela sensação da degradação do trabalho e pela busca da satisfação no terreno da vida privada, espaço do ócio. Assim se situa a grande propaganda publicitária cujo objetivo é projetar algumas imagens de satisfações totais e imediatas que estejam associadas ao consumo dos bens, dos serviços e das experiências (tradução nossa)¹².

Mesmo passando por adaptações do sistema comunicacional, a família não perdeu seu poder de institucionalização e preservação da organização social no século XX, principalmente devido ao grande apoio que obteve da televisão, do rádio e da imprensa escrita na difusão dos valores morais brasileiros.

Apesar de todas as críticas, é necessário considerar que, como produto da cultura de massa, a imprensa feminina favoreceu a democratização de costumes e a ampliação de oportunidades e conhecimento. Embora o consumismo e a estética da utilidade tenham acarretado sérias restrições, ao tratar da vida – do vestir, do comer, do morar, do amar –, a imprensa voltada à mulher influenciou e influenciou decisivamente no cotidiano das pessoas.

de explicación universal, a partir del cual se resuelven, negándolas, las contradicciones sociales, pues el orden social injusto tiene dos ayudantes: la naturaleza y la fatalidad”.

¹¹Mais-valia é o termo proposto por Karl Marx para explicar a diferença entre o valor produzido pelo trabalho e o salário pago ao trabalhador, que justificaria a fundamentação da exploração no sistema capitalista (SINGER, 1982).

¹²No original (em espanhol): “Este tipo de familia, que por su vez esta en crisis, cuya identidad ha estallado en una suma de conciencias individuales, aisladas, dirigidas hacia si mismas, narcisistas, ofrece a la industria de los ocios un objetivo múltiple. Las nuevas formas de control social unidas a la aparición de la ‘cultura del narcisismo’ se inscriben en un contexto socio-psicológico caracterizado por la sensación de la degradación del trabajo y la búsqueda de la satisfacción en terreno de la vida privada, espacio del ocio. Así se situa la gran propaganda publicitaria cuyo objetivo es proyectar unas imágenes de satisfacciones totales e inmediatas que vayan asociadas al consumo de los bienes, de los servicios y de las experiencias”.

O jornalismo praticado pela imprensa feminina na época de sua concepção divulgava os diferentes padrões de mulheres, publicando raramente sobre a mulher negra ou índia e ignorando assuntos como pobreza e terceira idade. No entanto, durante o século XX, com a industrialização, o crescimento das cidades e a chegada dos imigrantes ao Brasil, a instrução pública avançou em larga escala. Neste momento, o jornalismo também arejou minimamente seus textos.

Embora existam inúmeros exemplos, as mulheres escritoras que fizeram grandes publicações no jornalismo não necessariamente seguiram o caminho mais óbvio de veiculação na imprensa feminina. Tal fato justifica-se porque estas matérias eram comumente pouco reivindicativas. Como seria possível escrever sobre direitos da mulher sem contestar, exatamente, a insipiência destes direitos? (BUIIONI, 1986)

Na maioria dos textos, quase nunca eram encontrados incentivo e solidariedade ao grupo, nem havia aprofundamento ou sugestões que levassem a mulher a organizar-se em função dos seus objetivos. A solução estava centrada no âmbito individual e pessoal. O discurso trazia mensagens persuasivas e era dirigido à “amiga leitora”. Na prática, esta linguagem ofuscava o entendimento do público, invertendo papéis e moldando comportamentos. A mulher acreditava que o veículo seria um reflexo de seus pensamentos e de suas atitudes. As revistas tendiam a não complicar a vida da leitora com termos ou conceitos considerados “de difícil compreensão” por parte deste público. (BUIIONI, 1986)

Ainda hoje, há, na grande imprensa e nas revistas femininas, uma carência de informação relacionada à diversidade de temas que perpassam a vida das mulheres. Por trabalharem com periodicidade mensal, parte destas publicações não divulgam acontecimentos factuais, como cobertura de fóruns, campanhas preventivas, nem mesmo fazem o acompanhamento de políticas públicas sobre a mulher brasileira.

Porém, a partir de uma leitura do contexto social sobre as questões de mídia e gênero, nota-se que tais oportunidades foram limitadas devido à constante incorporação mercadológica, instituída e afirmada constantemente com relação aos produtos relacionados ao sexo feminino na indústria cultural. Uma característica ressaltada nesta indústria é a estratificação dos públicos, cujas delimitações abrangem as diferentes faixas etárias e o gênero dos indivíduos, como por exemplo, as categorias infantil, infanto-juvenil, juvenil, estudantil e feminina.

Entre o final do século XIX e início do XX, o Brasil passou por movimentos de modernização, fomentados por eventos como a imigração, a expansão do capitalismo e a difusão em massa da escola, dos transportes, da imprensa, das telecomunicações e da industrialização. Entretanto, suas consequências não foram democratizadas.

Pensando na exposição midiática do público feminino, pode-se observar que os “meios” encontraram um mercado de investimento significativo e de capital altamente rentável, compondo, assim, basicamente, duas grandes estratégias. Primeiro, a caracterização fetichista e mercadológica na qual a mulher se torna apenas uma imagem, cuja finalidade é a apreensão e apreciação do público masculino. Segundo, criando um círculo vicioso do consumo de produtos e serviços na interminável busca da mulher ideal, ditado pelos padrões de comportamento em que as formas são estereotipadas e a juventude é glorificada.

3.4. Ecléa Bosi: sobre comunicação de massa e mulheres

Escritora brasileira, professora emérita e titular do Departamento de Psicologia Social da USP, Ecléa Bosi (1936-2017) destacou, em suas pesquisas, a cultura de massa e cultura popular voltadas à leitura de mulheres operárias. Segundo ela, a caracterização da comunicação de massa sobre o uso da imagem de pessoas famosas nada mais representa do que uma tentativa midiática de “desrealização” da vida opressiva e árdua da mulher, produzindo uma alienação em relação aos seus problemas reais. Bosi (2000, p.135-142) afirma:

A interpretação freudiana procura abranger sobre o mesmo conceito todas as atividades de “desrealização” de que é capaz o espírito humano: arte, mito, contos folclóricos e, acrescentaríamos, as infinitas imagens de vítimas e heróis que povoam a imprensa feminina de nossos dias (...) A imprensa feminina se ocupa largamente com a vida de artistas, princesas, campeões, *playboys*, que constituem o “Olimpo” da cultura de massas e que, por isso, são denominadas “personagens olímpicas”.

No Brasil, a consolidação da sociedade de massa aconteceu durante o período urbano-industrial, particularmente após a Segunda Guerra Mundial. Ela se deu em diferentes setores, acompanhada pelos fenômenos da urbanização e da transformação do sistema de estratificação social, como a expansão das classes operárias e das classes médias. Neste contexto, foram redefinidos antigos meios, como a imprensa, o cinema e o rádio, e incorporados outros meios, como a televisão; e estratégias, como o *marketing*.

Para o desenvolvimento do progresso feminino, as instituições organizadas de mulheres tiveram um papel fundamental. Ainda que sempre combativas, nem sempre essas entidades eram difundidas pelos meios de comunicação de massa. A representatividade da mulher na mídia, em certos casos, omitia seus interesses por política, economia e assuntos sociais.

A mídia seguiu uma tendência pouco contestadora no que tange aos assuntos femininos. Segundo Bosi (2000), isto se deveu ao fato de os veículos de comunicação assumirem posições

avessas às polêmicas sociológicas. A despolitização tem origem no desejo de agradar o maior número possível de leitores. Como a religião, a política é algo que divide, daí a opção por evitar problematizá-la.

A autora defende o conceito de democratização da informação. Até meados do século XIX, o significado de “cultura”, algo acessível apenas à nobreza e à alta burguesia, não tinha mais vigência a partir do momento que os meios informativos passaram por um processo de generalização.

Desde sua criação, os veículos de comunicação têm refletido sociologicamente o universo feminino com representações padronizadas dos costumes de cada época. Eles terminam, assim, por divulgar as injunções e as determinações culturais e religiosas associadas ao papel da mulher. Bosi (2000) observou que, por meio dos estudos da comunicação, seria possível enxergar as características de fabricação de valores e a trajetória histórica de atuação do universo feminino.

Segundo a autora (BOSI, 2000), a televisão e o rádio, desde sua origem, veiculavam e desenvolviam produtos basicamente direcionados à família. O paradigma de crescimento do capital estimulou no sistema de comunicação uma reorganização do público e do privado, enfraquecendo a liberdade de ação coletiva e valorizando a ação individual.

Entre os séculos XX e XXI, a cultura tornou-se algo fácil, devendo ser vendida às massas no contexto de popularização dos assuntos. Assim, a uniformização, o conformismo e a sujeição das mulheres às normas impostas pelo discurso da mídia se concretizam como consequência da valorização da individualidade em tempos de “modernidade líquida”.

Nesta lógica, prolifera-se um dos piores legados dos sistemas políticos autoritários e ditadores de regras: o controle interno e pessoal, que inverte as percepções de realidade, manipulando desejos e a sociabilidade.

3.5. Hannah Arendt: filosofia política aplicada ao debate de gênero e jornalismo

Hannah Arendt (1906-1975) foi uma intelectual e pensadora com atuação em diferentes campos de conhecimento, sendo também escritora, professora e jornalista. Nascida na Alemanha no início do século XX, sua nacionalidade foi tomada no ano de 1937 pelo regime nazista, o que a tornou apátrida até adquirir a cidadania norte-americana, em 1951. Suas análises estão intrinsecamente ligadas à política e aos acontecimentos históricos da sua época, principalmente às marcas sociais e ao totalitarismo pós-guerras.

Primeiramente, vale destacar sua análise sobre o discurso sistemático da Guerra do Vietnã, que ocorreu no sudoeste asiático entre 1955 e 1975. O conflito armado colocou, de um lado, a República do Vietnã (Vietnã do Sul) e os Estados Unidos, com participação da Coreia do Sul, da Austrália e da Nova Zelândia. De outro, estavam a República Democrática do Vietnã (Vietnã do Norte) e a Frente Nacional para a Libertação do Vietname (FNL). Em *A mentira na política: considerações sobre os documentos do Pentágono* (1973), Arendt (1973, p.15) descreve o autoritarismo dos EUA ao criar as chamadas mentiras de princípios, negando ou manipulando fatos para justificar seu posicionamento bélico.

A veracidade nunca esteve entre as virtudes políticas, e mentiras sempre foram encaradas como instrumentos justificáveis nestes assuntos. (...) por um lado, pela natureza da ação, e por outro, pela natureza de nossa capacidade de negar em pensamento e palavra qualquer que seja o caso.

Arendt (1973, p.16) argumenta que a capacidade de negação está ligada à imaginação e que mentiras são mais plausíveis à razão do que a realidade. O mentiroso sabe que é possível enganar com mentiras de princípios. “Os fatos necessitam de testemunho para serem lembrados e de testemunhas de confiança para se estabelecerem, para que possam encontrar um abrigo seguro no domínio dos assuntos humanos”.

Em suas reflexões (ARENDR, 1973), é possível encontrar duas categorias de profissionais envolvidos na arte de mentir. Na primeira, estão os “encarregados das relações públicas”, para quem a manipulação psicológica e humana teria se tornado uma mercadoria no campo da opinião pública. Na segunda categoria, aparecem os “resolvedores de problemas”, profissionais atraídos da universidade e de centros de assessoramento para o governo.

O segundo grupo refere-se a homens de confiança inegavelmente inteligentes que trabalham todo seu potencial de conhecimento em favor da máquina ideológica de determinado governo. Maurício Tragtenberg, que atuou como professor no Departamento de Política da PUC-SP, na FGV e na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), descreveu algo semelhante em *A delinquência acadêmica: o poder sem saber e o saber sem poder* (1979, p.15-23). Ao estabelecer uma analogia entre o intelectual e a universidade, ele diz que há uma relação entre a dominação e o saber.

Arendt menciona que estes profissionais e intelectuais são tão bem preparados que se torna praticamente impossível duvidar da pertinência de suas opiniões. Assim, a filósofa argumenta como o governo norte-americano adotou o convencimento como estratégia durante a Guerra do Vietnã (ARENDR, 1973, p.23):

A partir de 1965, a ideia de uma nítida vitória recuou para um segundo plano e o objetivo tornou-se convencer o inimigo de que ele não poderia vencer. E já que o inimigo permaneceu não convencido, apareceu um novo objetivo: evitar uma derrota humilhante.

Para a autora, os impactos causados por tal apropriação de verdades absolutas em detrimento da realidade levaram os Estados Unidos a errar ao decidir questões militares tendo por base uma perspectiva política sustentada pela ação de relações públicas. Para ela, as expectativas em relação às eleições presidenciais e a possibilidade de Lyndon Johnson ser o primeiro presidente americano a perder uma guerra pesaram significativamente para a construção de tais argumentos.

Os documentos do Pentágono¹³ revelaram que não havia relação entre os fatos e a decisão da guerra; entre a comunidade da inteligência e os serviços civis militares. Arendt (1973, p.36) diagnosticou a utilização da burocracia a serviço desta “desfaturização”: “Não foram simplesmente fatos ignorados e manipulados, mas sim o menosprezo dos fatos históricos, políticos e geográficos”.

Para a filósofa, os objetivos da guerra, para o governo dos EUA, eram psicológicos e pertencentes ao que ela se refere como “mito da onipotência americana”. A autora elaborou duas explicações para descrever os erros do conflito. Primeiro, trazendo à tona análises sobre a construção de fatos, Arendt (1973) discute a imaginação como ferramenta estratégica no serviço burocrático de sistemas políticos, ocasionando nos seus leitores uma identificação atemporal. Exatamente por isso, os documentos do Pentágono mostravam-se tão similares a tantos outros discursos.

Ademais, conforme Arendt (1973), ao opor-se à construção das diretrizes estratégicas do governo e empenhados em desmascarar as chamadas “mentiras de princípios e ideológicas”, os periódicos da época apresentavam, em alguma medida, certa pluralidade de opiniões. Neste caso, as estratégias de comunicação foram utilizadas para romper com a criação dos fatos governamentais, na tentativa de criar oposição. Assim, o pensamento da autora confirma que a história, a política e a comunicação caminham juntas, ainda que nem sempre estejam livres da manipulação, da descontextualização proposital e da irracionalidade fundamentada.

¹³Em 1971, Daniel Ellsberg, analista militar do Pentágono, entregou à revista *New York* os documentos do Pentágono (7 mil páginas, em 47 volumes) com revelações secretas sobre a Guerra do Vietnã. Disponível em: <http://www.revistaforum.com.br/2016/05/17/os-documentos-do-pentagono-e-as-lico-es-de-quem-os-revelou-ao-mundo/>. Acesso em: 08 ago. 2016.

A cada dia, surgem novas estratégias de comunicação na tentativa de criar oposição. Porém, mais importante do que a técnica utilizada é o que existe por trás de cada publicação transgressora e progressista. Seja em artigos, ensaios ou reportagens veiculados em rádios, revistas, jornais ou sites, muitas mulheres desafiaram seu contexto histórico na tentativa de explicitar sua luta. Utilizando o jornalismo em busca de transformações sociais, muitas delas sabem que a luta pela igualdade de gênero na área de comunicação vem sendo árdua, tanto em âmbito nacional como internacional.

Em 1963, Arendt publicou *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal* (1999). A obra continha seus cinco artigos publicados na revista americana *New York* e relata o julgamento de um dos arquitetos do nazismo, exatamente quando o mundo vivenciava a chamada “desnazificação” e, conseqüentemente, punição dos abusos e dos crimes cometidos na Segunda Guerra Mundial.

Adolf Eichmann foi capturado em Buenos Aires e levado a Jerusalém para um midiático julgamento. Porém, na interpretação da autora, o processo não teria trazido à tona um homem de perfil psicopata e sanguinário, conforme todos esperavam, mas um funcionário, um burocrata do sistema.

Assim, o conceito “banalidade do mal”, termo famoso da escritora, nasce da fusão do comprometimento de seu jornalismo político com a ressignificação filosófica sobre a interpretação das atrocidades humanas.

Passados mais de cinquenta anos da publicação deste texto de Arendt, o campo de atuação do jornalismo político e ativista encontra-se, em distintas camadas sociais e com novas roupagens, no jornalismo alternativo. O que existe em comum entre o pensamento de Arendt e os textos publicados no jornalismo alternativo feminino é a apropriação, por parte das mulheres, dos instrumentos de comunicação como ferramentas de mudança política, com palavras utilizadas para apontar e diagnosticar problemas étnicos, sociais ou de gênero.

Arendt confirma que as grandes oportunidades femininas não estão contextualizadas apenas na liberdade social e sexual, mas estão também matizadas na liberdade de pensar e na possibilidade de reproduzir oral e textualmente este pensamento. Dentro do arcabouço da comunicação social, o jornalismo alternativo trouxe possibilidades de construção de um Estado democrático, resgatando a cidadania. Exatamente por isso, este modelo de comunicação torna-se, na medida do possível, um obstáculo à distorção dos fatos.

3.6. Angela Davis, Judith Butler e Berenice Bento: o sujeito mulher na contemporaneidade

No combate às distorções e no resgate da cidadania, a professora e filósofa norte-americana Angela Yvone Davis alerta para o fato de que é impossível analisar a condição feminina na contemporaneidade sem levar em consideração o racismo e o sexismo como forças motrizes da exploração capitalista.

A própria trajetória de Davis é um exemplo do impacto causado pelo protagonismo das mulheres negras. Ela integrou o Partido Comunista dos Estados Unidos e os Panteras Negras. Sua notória militância passa pela luta pelos direitos das mulheres e contra a discriminação social e racial.

Quando nasceu, uma das mais populares organizações civis da época era a Ku Klux Klan, cuja trajetória ficou marcada por ataques sistemáticos à população negra. Envolvida na luta contra a discriminação, Davis se tornou símbolo internacional de resistência quando, na década de 1970, o Federal Bureau of Investigation (FBI) divulgou seu nome na lista dos dez fugitivos mais procurados. Ela foi presa pouco tempo depois, tornando-se alvo de um dos mais emblemáticos julgamentos criminais da história dos EUA. O viés político e persecutório de sua prisão deu origem a uma campanha mundialmente conhecida, intitulada Free Angela Davis (Libertem Angela Davis).

Finalmente inocentada, Davis chegou a se candidatar à vice-presidência dos Estados Unidos em 1980 e 1984, sendo até hoje uma das mais conhecidas feministas negras, com atuação contínua ecoando no pensamento contemporâneo. Exemplo disso foi sua presença e discurso na Marcha das Mulheres, em janeiro de 2017, em Washington D.C., no dia seguinte à posse de Donald Trump como presidente estadunidense.

No livro *Mulheres, raça e classe* (2016), Davis aborda o papel da mulher negra no trabalho escravo e na campanha pelos direitos civis nos EUA. Devido às similaridades históricas e culturais, seu pensamento pode ser utilizado como parâmetro importante para compreender as mesmas questões no Brasil.

Na opinião da ativista, foi por conta da luta das mulheres negras contra a segregação racial americana que o feminismo encontrou força e oportunidade para florescer. O exemplo destas mulheres teria se tornado um legado para as mulheres brancas, igualmente presas, mas sob outras condições menos bárbaras de desigualdade e injustiça. Segundo Davis (2016, p.41):

Foram essas mulheres que transmitiram para suas descendentes do sexo feminino, nominalmente livres, um legado de trabalho duro, perseverança e autossuficiência, um legado de tenacidade, resistência e insistência na igualdade sexual – em resumo, um legado que explica os parâmetros para uma nova condição da mulher.

Com base em Frederick Douglas, abolicionista, sufragista, orador e autor estadunidense do século XIX, Davis trabalha a questão do protagonismo feminino baseada na experiência de luta do movimento negro em busca de igualdade perante a lei. “Quando a verdadeira história da causa antiescravagista for escrita, as mulheres ocuparão um vasto espaço em suas páginas; porque a causa das pessoas escravas tem sido particularmente uma causa das mulheres” (DAVIS, 2016, p.43).

Davis (2016, p.31) aprofunda seu argumento sobre o relacionamento familiar em uma comunidade negra, definindo sua estrutura biológica como “matrilocal”, dado que este era o único espaço social onde escravos e escravas podiam vivenciar verdadeiramente suas experiências como seres humanos:

Se as mulheres negras sustentavam o terrível fardo da igualdade em meio à opressão, se gozavam de igualdade perante seus companheiros no ambiente doméstico, por outro lado elas também afirmavam sua igualdade de modo combativo, desafiando a desumana instituição da escravidão.

Outra cidadã estadunidense vem ganhando destaque na teoria feminista com discussões sobre a identidade, recorrendo amplamente a teorias psicanalistas, pós-estruturalistas e feministas: Judith Butler. Hoje, ela é uma das principais teóricas da questão contemporânea do feminismo e da teoria *queer*.

Filósofa pós-estruturalista, Butler é professora do Departamento de Retórica e Literatura Comparada da Universidade da Califórnia, em Berkeley, nos EUA. Sua pesquisa decompõe a estabilidade da categoria “mulher” e insere gradativamente um ponto de interrogação na constituição do sujeito, rejeitando uma identificação normativa e binária do sexo ao propor uma alteração no pensamento das teorias feministas que refletem a categoria de gênero de modo binário, masculino/feminino.

Em uma de suas obras mais provocativas, *Problemas de gênero* (2003), cuja primeira edição é de 1990, Butler (2003, p.11) explica sua análise:

Como estratégia para descaracterizar e dar novo significado às categorias corporais, descrevo e proponho uma série de práticas parodísticas baseadas numa teoria performativa de atos de gênero que rompem as categorias de

corpo, sexo, gênero e sexualidade, ocasionando sua re-significação subversiva e sua proliferação além da estrutura binária.

Para ela, “a crítica feminista tem de explorar as afirmações totalizantes da economia significante masculinista, mas também deve permanecer autocrítica em relação aos gestos totalizantes do feminismo” (2003, p.33). Para tanto, “a tarefa dessa investigação é centrar-se – e descentrar-se – nessas instituições definidoras: o falocentrismo e a heterossexualidade compulsória” (2003, p.9).

No livro *Judith Butler e a teoria queer* (2015), de Sarah Salih, professora de inglês na Universidade de Kent, em Canterbury, na Inglaterra, Butler é apontada como uma teórica que faz da identidade um processo sem fim e um devir.

Para a autora, Butler segue continuamente empenhada em examinar o “sujeito”, questionando quais os processos e em que meios se dá esta construção, sem resolver os pontos que levanta em suas obras, mas mantendo o processo em aberto e não resolvido. “O sujeito de Butler não é um indivíduo, mas uma estrutura linguística” (SALIH, 2015, p.11). Salih (2015, p.13) observa ainda:

De fato, ela vê a resolução como perigosamente anti-democrática, pois ideias e teorias que se apresentam como “verdades” autoevidentes são, com frequência, veículos para pressupostos ideológicos que oprimem certos grupos sociais, particularmente as minorias ou grupos marginalizados.

Salih (2015) menciona que a crítica genealógica de Butler se adequa à sua noção de identidade generificada. Neste aspecto, Butler colabora com as inovações empíricas no debate feminista contemporâneo, ampliando o famoso *insight* de Beauvoir de que “ninguém nasce mulher: tornar-se uma mulher” (BEAUVOIR, 2016b, p.11) para sugerir que mulher é algo que “fazemos” mais do que algo que “somos”.

Teoria *queer*, termo famoso de Butler e empregado por diversos pesquisadores e ativistas, fala do não comum, do que foge às formulações habituais. Países de língua inglesa empregaram a palavra *queer* para classificar aqueles a quem a sociedade renunciava, enxergando-os como pervertidos, perdidos, devassos e desmoralizados.

Ao longo do tempo, o termo passou a ser apropriado pela comunidade de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros (LGBTs) e militantes, principalmente os transgêneros, que ressignificaram a palavra, passando a demarcar o empoderamento político na construção de uma nova concepção pós-identitária. Como revela Salih (2015, p.20):

Enquanto os estudos de gênero, os estudos gays e lésbicos e a teoria feminista podem ter tomado a existência de “o sujeito” (isto é, o sujeito gay, o sujeito lésbico, a “fêmea”, o sujeito feminino) como um pressuposto, a teoria *queer* empreende uma investigação e uma desconstrução dessas categorias, afirmando a indeterminação e a instabilidade de todas as identidades sexuadas e “generificadas”.

O livro *Problemas de gênero* (2003), de Butler, é um dos grandes marcos teóricos da terceira onda feminista¹⁴, assim como *Segundo sexo* (2016), de Simone de Beauvoir, foi extremamente influenciador para a segunda onda.

Também no Brasil, a produção textual feminista se destaca ao longo da luta e da história das mulheres. Berenice Bento, uma das grandes referências da área no país, é professora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), coordenadora do Núcleo de Estudos Interdisciplinares em Diversidade Sexual, Gêneros e Direitos Humanos (Tirésias) e autora dos livros *A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual* (2006) e *O que é transexualidade* (2008).

Bento (2011, p.79) descreve, no artigo *Política da diferença: feminismos e transexualidades*, o seguinte argumento:

Nomadismo, fragmento, diferença, pluralidade, esquisitices. Eis algumas das expressões que andam nos textos e bocas de pesquisadores/as brasileiros/as que se dedicam ao estudo dos conflitos e fissuras nas questões de gêneros e sexualidades. Aqui há um saudável incômodo em relação à velha dicotomia “nós” e “eles”. A alteridade está em todos os lugares. Habita-nos.

3.7. Asunción Aragón Varo e Inmaculata Díaz Narbona: sobre a prática jornalística e as questões de gênero

Para pontuar a discussão sobre as relações entre gênero e jornalismo neste capítulo, além das análises bibliográficas das obras das autoras selecionadas, foram realizadas entrevistas com duas especialistas e docentes da área de gênero e linguagem. Elas foram escolhidas durante estágio acadêmico e docente desta pesquisadora¹⁵, realizado entre o final de 2015 e início de

¹⁴O contexto histórico do feminismo é composto por três grandes ondas de impacto na sociedade, com pautas e reivindicações relacionadas a fatos político-sociais definidos e a influência do pensamento de feministas das gerações vigentes. O tema será tratado no capítulo seguinte desta tese.

¹⁵A oportunidade se concretizou por meio de uma bolsa de estudos do *Programa de Bolsas Ibero-americanas para Jovens Professores - Santander*, oferecida em parceria com o setor de Assessoria de Relações Institucionais e Internacionais da PUC-SP.

2016, no programa de pós-graduação Máster Interuniversitario en Género, Identidad y Ciudadanía, da Universidade de Cadiz (UCA)¹⁶, no sul da Espanha.

Optou-se por incluir este conteúdo neste capítulo devido às experiências das duas entrevistadas na coordenação acadêmica do *máster*. Elas são vinculadas à Faculdade de Filosofia e Letras da UCA e pesquisam o campo da linguagem de maneira geral. Ambas foram convidadas a relatar suas análises sobre o campo do jornalismo, pontuando suas impressões sobre o quadro atual e as perspectivas na área de gênero e da cidadania.

O roteiro foi previamente elaborado por esta pesquisadora, com supervisão do orientador. Especificidades da produção jornalística, como pautas, fontes e narrativas foram detalhadas nos dois encontros com as professoras.

A primeira entrevistada foi Asunción Aragón Varo, atual coordenadora do Máster Interuniversitario en Género, Identidad y Ciudadanía. A docente fez críticas à imagem da mulher na mídia, abordando casos de omissão e descontextualização nos principais veículos de informação. Para ela, este tipo de prática já está presente nas pautas, mas aparece, sobretudo, nas narrativas estereotipadas sobre o universo feminino.

A segunda entrevistada foi Inmaculata Díaz Narbona, docente com atuação na área de estudos culturais, com foco em literatura africana e gênero. Pesquisadora desde a década de 1980, ela é referência sobre assuntos voltados ao universo feminino e à produção textual. A especialista descreve e analisa algumas características da narrativa midiática sobre a mulher.

As entrevistas foram realizadas em espanhol, mas os trechos a seguir, que constituem a base deste item, foram traduzidos para português.

Feminilidade e violações

Ao discorrer sobre quando e porque a mulher é pauta na imprensa, as duas professoras e pesquisadoras analisam a questão com pontos em comum. Aragón Varo (2015) revela que as mulheres ocupam espaço na imprensa, sobretudo, quando são vítimas ou quando são exceções ou anomalias:

As mulheres são comumente retratadas com relação aos temas das esferas exclusivamente femininas: maternidade e cuidados da família. Há também os temas que a mídia se encarrega de tornar feminino como saúde, estética e moda. Quando se fala da mulher cuidadora é um sentido amplo, é sempre o

¹⁶Disponível em: <https://posgrado.uca.es/master/genero?curso=2017/18>. Acesso em: 26 jun. 2018.

cuidado dos demais, das compras do supermercado, das dietas familiares – somos as que dão a vida e que realizam os cuidados.

Díaz Narbona (2016) aborda o tema destacando questões em torno da violação, ou melhor, do controle do corpo:

Creio que o pouco que é divulgado sobre o cotidiano e a vida social das mulheres na imprensa está mais ligado à violação. Sangue e controle do corpo feminino são sempre notícia e, infelizmente, são os assuntos mais divulgados na grande imprensa. Quando há algum debate sobre o aborto, também encontramos mais sobre a mulher nos veículos de comunicação. A prostituição também é um tema que chama atenção dos meios.

Para as pesquisadoras, os textos sobre mulheres tratam da violência pelo viés da polêmica e descrevem apenas fatos corriqueiros como as novas leis do aborto ou conflitos pontuais e momentâneos que a sociedade esteja enfrentando. Nas palavras de Aragón Varo (2015), entretanto, existem atributos específicos no material divulgado pelo jornalismo quando a mulher é pautada que “normalmente são particularidades ligadas aos estereótipos reproduzidos pelos meios de comunicação”:

Vejamos primeiro: qual é o modelo de feminilidade? É daí que se reproduzem todos os discursos, por meio das qualidades que uma mulher deve ter ou não deve possuir. A mídia diz: “você pode ser ambiciosa, mas não deve ser ambiciosa”. Não ser apenas para si, mas existir para os outros. A esfera do poder não é um universo que nos pertence.

Ela complementa que, quando a mulher chega ao poder público, enfrenta preconceitos enraizados na sociedade. Para a pesquisadora Aragón Varo (2015), poder e sexualidade feminina caminham juntos e sempre existe uma desculpa para a desqualificação, que tem mais ligação com a sexualidade do que com a maneira de exercer o poder.

Um exemplo foi Margareth Thatcher, famosa dama de ferro. Como não se espera das mulheres este tipo de personalidade forte, então se questiona sua própria feminilidade. Muitas vezes, na imprensa, somos o anedótico.

Pautas, cobertura e gênero

Saindo da questão dos textos de maneira geral e adentrando os processos jornalísticos, as especialistas foram questionadas sobre as características das pautas sobre mulheres no jornalismo. Aragón Varo (2015) responde que há áreas em que as mulheres simplesmente não

aparecem, como política, tecnologia e esportes. “Não há espaço nem na escolha das pautas, porque estes assuntos são masculinizados. Basta pensar quantas mulheres receberam o Prêmio Nobel”.

Díaz Narbona (2016) aponta que, de maneira geral, as mulheres ainda não são escutadas e nem devidamente retratadas na grande mídia. Ela adverte que esta ausência constitui, inclusive, uma grande perda de material social. No entanto, em sua opinião, tem cabido aos trabalhos sobre memória histórica e oral uma parte do resgate do universo feminino. “As mulheres são mais longevas, são boas fontes de conhecimento e possuem forte ligação com a reprodução da literatura e narrativa popular”.

Questionadas se existe igualdade de gênero na cobertura jornalística, ambas responderam negativamente à pergunta. No entanto, Díaz Narbona (2016) destaca que existe ainda uma possibilidade de atuação mais democrática nos veículos alternativos:

A linguagem dos textos nunca é inclusiva. Se até as companheiras da universidade seguem falando com o discurso patriarcal, na imprensa isso ocorre muito mais. Claro que existem veículos alternativos, principalmente blogs, que possuem um discurso distinto. Mas estas iniciativas não têm o mesmo alcance dos grandes meios. Porém, creio que quando se popularizem estaremos melhores.

Aragón Varo (2015) também foi enfática ao mencionar que não há igualdade. “A linguagem é sexista. As imagens são sexistas. Os temas tratados são sexistas. Quando se fala de temas públicos, há sempre um papel específico para a mulher”. Para a pesquisadora, os textos da esfera feminina estão ligados aos assuntos da mídia considerados menos importantes. “Os homens podem se encarregar do espaço público porque o privado está coberto. A sustentação da vida está coberta”. E prossegue:

Se tivéssemos que pagar pelo trabalho doméstico, não existiria dinheiro suficiente. Não há jornadas, não há horas. São 24 horas ao dia. Não termina e é impagável – e isto não está valorizado ou quantificado. É casualidade ou curiosidade que são as mulheres dedicadas a este tipo de trabalho? Nosso trabalho é invisível e todo o feminino está desvalorizado. Estamos responsáveis pelo mantimento da vida e não há reconhecimento econômico.

Por outro lado, Díaz Narbona (2016) considera que há alguns casos em que se enxerga uma construção igualitária no material, com aprofundamento e equilíbrio na escolha de fontes. Para ela, apesar de ótimos exemplos, eles não são a regra dentro da produção jornalística. Em

sua análise, a ocultação ocorre desde a pauta, passa pela produção do material divulgado e alcança o processo de concepção geral do veículo.

Aragón Varo (2015) acredita que os meios são sexistas porque perpetuam ainda mais certas desigualdades, utilizando, todavia, de uma roupagem contemporânea.

Atualmente, no século XXI, alguns meios lutam por uma aparência moderna, mas o seu conteúdo continua sendo algo que é extremamente antigo. O modelo de autoridade em todos os níveis é dos homens. Vivemos o *especismo da igualdade*, divulgamos a imagem da mulher liberada e autônoma, mas a realidade é distinta. Há uma involução ou evolução apenas nas formas do que sejam a liberdade e a equidade de gênero. Igualdade formal e jurídica, mas não representativa na sociedade. Os direitos, podemos ganhar e perder facilmente, vemos isso com o direito ao aborto ou direito a eleger o sobrenome – pode-se mudar o governo e tudo recomeçar.

Mensagens e fontes

Sobre a principal mensagem passada pelo jornalismo acerca das questões de gênero, Aragón Varo (2015) ainda afirma que, no atual momento histórico, vivencia-se um neoconservadorismo.

O que sai do caminho de ser um homem ou uma mulher é comumente ridicularizado. Os estereótipos se mantêm, regeneram e se transformam para utilizar uma nova roupagem, porém, com a mesma velha ideia.

Para as professoras, existem alguns veículos distintos que falam sobre “micromachismos” do dia a dia e que são mais sensíveis às questões de gênero, normalmente encontrados na mídia alternativa e independente.

Díaz Narbona (2016) ressalta que “em certos momentos de luta e nos enfrentamentos do cotidiano, alguns veículos aproveitam a situação para pedir mais igualdade social, como no caso das divulgações sobre o feminicídio¹⁷”. E complementa: “Às vezes, os assuntos corriqueiros tratados por bons especialistas são ótimas oportunidades de avanço nas mensagens passadas pelo jornalismo”.

Ao tratar da violência de gênero, Díaz Narbona (2016) chama atenção para o fato de que a superexposição midiática do assunto não o torna menos sensacionalista. Para ela, chegará um

¹⁷Feminicídio é um crime hediondo no Brasil. Arelado à desigualdade de gênero, ele é definido pela perseguição e pela morte intencional de mulheres.

momento de apatia social plena em que “a violência doméstica não irá mais vender jornal porque já estará naturalizada”.

Foi questionado às especialistas quais são as mulheres que são fontes para o jornalismo. Díaz Narbona (2016) crê que, na grande imprensa, as entrevistadas são aquelas poucas que possuem alguma publicação relevante, “uma ministra, uma autora, uma cientista, entre outras”. Mas ela ressalta o baixo número de fontes jornalísticas femininas. “São poucas porque há menos mulheres na política e nos cargos de chefia. Por outro lado, existem alguns temas que são ‘feminizados’: moda, beleza, assuntos do coração ou de apelo aos cuidados familiares”.

Aragón Varo (2015) lembra também que as mulheres são mais pautadas quando o assunto é violência de gênero. “Há lugares do mundo que nem com isso somos notícia. Às vezes, morrem milhares e não somos notícia. Somos exceção ou vítimas. Nos jornais que se dizem sérios, não estamos como fontes; mas nos temas ligados ao coração, somos manchete”.

Se não nos procuram como especialistas, nos buscam como o quê? Estamos nos temas apenas da vida privada. Sim, existem ações de ação afirmativa em gênero que talvez atinjam o modelo jornalístico. Porém, todo o modelo de autoridade científica é androcêntrico. Por isso, as fontes boas são as masculinas.

As especialistas apontam que o principal caminho para as mulheres se tornarem fontes é a visibilidade. “Primeiro, temos que nos visibilizarmos. Mesmo me considerando uma boa fonte, para que eu seja entrevistada não depende somente de mim, mas depende que algum jornalista me considere uma boa fonte”, complementa Aragón Varo (2015), que sugere um novo processo educativo nas escolas de comunicação para mudar esta situação.

Díaz Narbona (2016) enxerga a transição com mais entusiasmo, mas faz as mesmas críticas que a colega, mencionando que as mulheres serão melhor retratadas pelo jornalismo somente quando ocuparem os lugares de destaque social.

Isso pode ser um sonho, mas são os sonhos que movem a História. Quando ficarmos todas prontas para os confrontos, que não será fácil, espero que não nos separemos por conta de um partido ou visão política. Não podemos permitir nos enganar, o feito de ser mulher não nos faz pensar igual, mas a igualdade alcançada será para todas.

As entrevistadas se complementam, demonstrando o pensamento de especialistas que enxergam as áreas de jornalismo e de gênero com atuações espelhadas. Em outras palavras, como afirma Aragón Varo (2015), todo tema voltado à mulher possui relação com a

representação e com a autorrepresentação, dependendo “de como nos vemos e de como a sociedade nos enxerga”.

Tanto a crítica sobre a apatia social, comentada por Díaz Narbona (2016), como a análise do modelo de autoridade científica androcêntrico, mencionado por Aragón Varo (2015), são chaves de pesquisadoras da área da linguagem que, além de consumirem notícias, trabalham no processo de desconstrução das narrativas dos meios de comunicação.

4. O jornalismo alternativo e as ondas feministas

Nesta terceira parte do trabalho, são tratados aspectos do jornalismo alternativo e sua associação com as ondas do movimento feminista, especialmente no Brasil. Para discorrer sobre a vinculação das mulheres com o jornalismo alternativo nacional, o capítulo traça um histórico das publicações, acompanhando os eventos relevantes para mudanças sociais e como eles impactaram a história e a política nacional.

Observa-se que, do ponto de vista feminino, o jornalismo, em especial os veículos alternativos, foram construídos por histórias de mulheres que carregavam – e ainda carregam – a bandeira da quebra do silêncio e do tabu, além das marcas da rebeldia e da resistência. São lutas que podem ser encaradas pelo prisma da liberdade democrática, política e da igualdade de gênero. Dessa forma, a imprensa alternativa feminina foi sendo constituída como um espaço de divulgação de ideias, incorporando críticas às imposições sociais, sexuais e à violência de Estado.

4.1. Ondas feministas e a dialética dos avanços sociais

O feminismo pode ser entendido como um movimento que busca a ampliação e a igualdade de direitos civis e políticos entre mulheres e homens. Neste sentido, o termo corresponde também a uma corrente filosófica, estudada em diferentes áreas do conhecimento, gerando produções em todas as esferas das Ciências Humanas.

Para Marcia Tiburi (2018, p.43), filósofa, docente no Programa de Pós-Graduação em Educação, Arte e História da Cultura (PPGEAHC) da Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM) e autora de obras sobre o pensamento crítico contemporâneo, o que torna o feminismo uma área de estudo de sentido tão complexo não é apenas o fato de questionar o *status quo* patriarcal¹⁸:

O feminismo, vamos insistir nisso, mais do que uma teoria e uma prática intimamente enlaçadas, é a invenção de um outro mundo possível, a partir da desmontagem do jogo patriarcal, mas apenas enquanto a invenção de um outro mundo constitui sua utopia.

¹⁸Patriarcado é um conceito utilizado para caracterizar a dominação masculina nas esferas econômicas, sociais, políticas e familiares.

A filósofa propõe que o feminismo seja pensado, e, como consequência, potencializado na prática. Em sua análise, ele é uma crítica contraideológica, ou seja, ele se insurge contra o patriarcado, mas que não pretende ser uma nova ideologia substitutiva. Segundo Tiburi (2018, p.71):

O feminismo não é apenas um conceito, no sentido de uma abstração teórica, muito menos um sistema de pensamento, nem somente o nome próprio que se dá a uma prática. O feminismo é mais do que um conceito. É um complexo operador ético político, analítico, crítico e desconstrutivo e serve como lente de aumento que põe foco sobre as relações humanas e sobre os aspectos ocultados nessas relações. Nesse sentido, o feminismo não é um conteúdo específico organizado em sistema, mas tão somente um meio. Nem é apenas um viés de análise, mas a potência de um corte crítico em relação ao *continuum* histórico do patriarcado.

Importa neste momento esclarecer que, para os fins desta pesquisa, não existe apenas um único e exclusivo enfoque feminista. Considera-se que há diversos posicionamentos ideológicos, plasmados na ação de diferentes grupos e formas de pensar. O feminismo não se apresenta como um movimento único e categorizado em apenas uma definição, sendo possível encontrar diversas abordagens, como a conservadora, a radical e a interseccional.

Para esta pesquisa, definiu-se o feminismo como um movimento que analisa a condição das mulheres através de pilares como raça, classe e gênero. A partir daí, optou-se por abordá-lo a partir de três fases – as três grandes ondas do feminismo – todas elas ligadas historicamente a momentos de agitação, ruptura e luta.

As ondas feministas são marcos didáticos estabelecidos para compreender quais são os fenômenos que impulsionaram os avanços sociais de gênero ao longo da História. São processos contínuos, não necessariamente acabados, e demonstram certa pluralidade de ideais dentro do movimento. Como afirma Tiburi (2018, p.43), “o que torna o feminismo ainda mais complexo é o seu caráter inventivo, o seu modo de ser processual, capaz de se recriar e se reinventar”.

Em sua análise, a também filósofa e advogada Magda Guadalupe dos Santos, professora adjunta da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) e da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG), descreve, em artigo publicado em 2017, intitulado *O feminismo e suas ondas*, porque é possível falar em “ondas do feminismo”.

Para Santos (2017, p.32), o termo ondas é “elucidativo enquanto um projeto que ainda não se completou”. Citando a obra *Feminism: a beginner's guide*¹⁹ (Feminismo: um guia

¹⁹SCHOLZ, Sally J. *Feminism: a beginner's guide*. Oxford: Oneworld, 2010.

inicial), de Sally Scholz (2010)²⁰, Santos (2017, p.32-33) destaca que o “feminismo é um projeto crítico”, com momentos de maior e menor visibilidade. Desta forma, tal como as ondas no oceano, “com marés altas e baixas, o reconhecimento das ondas pretende mapear a intensidade variável da atividade feminista em diferentes períodos de tempo”.

E segue a autora (SANTOS, 2017, p.32-33):

A cada onda dos feminismos, assim como a cada onda da kallípolis (da bela e boa cidade de Platão), um a um os obstáculos se apresentam, são reconhecidos e vivenciados, seja em moldes dialéticos, seja enquanto controvérsias, e uma nova etapa, uma nova onda se apresenta como algo necessário de ser reconhecido e apreendido. Se, para Platão, as três ondas se referem à educação paritária entre mulheres e homens na classe dos guardiões, à comunidade de mulheres e filhos em uma nova ordem sexual e política, e à prevalência do rei filósofo, o qual não poderia ser uma mulher –, para os feminismos as ondas não visam conduzir a um “rei filósofo”, mas apontam os equívocos da sociedade falocêntrica e patriarcal.

Outro ponto que justifica a opção de utilização do conceito de “ondas” nesta pesquisa se deve ao fato de ele ter sido cunhado por uma mulher jornalista. Marsha Lear trabalhava no periódico *The New York Times*, em 1968, período de lutas e conquistas políticas no mundo. Na ocasião, ela utilizou a metáfora sobre as “ondas” para se distinguir das feministas do início do século XX e se afirmar como uma ativista da segunda onda feminista. Diferentemente das lutas da primeira fase, que almejavam apenas igualdade social para as mulheres, a segunda onda indicava que era também hora de lutar pelos direitos femininos (NASCIMENTO, 2016).

Levando esses aspectos em consideração e entendendo cada onda feminista como uma luta contínua, que possui seus fluxos e refluxos de oscilação, em especial sob o ponto de vista da “agitação” que se reflete na mídia e no jornalismo, o material a seguir também foi dividido em etapas cronológicas. A ideia é articular as três ondas com diferentes passagens no jornalismo, procurando compreender qual tipo de interlocução foi estabelecida e como algumas publicações participaram da história das mulheres no Brasil.

4.1.1. Primeira onda feminista: periódicos políticos, partidários e de entretenimento

A primeira grande onda está ligada ao movimento sufragista do século XIX, com a luta das mulheres para conquistar o direito ao voto e à participação na vida pública – uma meta que

²⁰Professora estadunidense da Universidade de Villanova e ex-editora da *Hypatia: Revista de Filosofia Feminista*. Disponível em: <http://hypatiaphilosophy.org/>. Acesso em: 27 mai. 2018.

estava no horizonte das feministas desde o fim da Revolução Industrial. As sufragistas ficaram famosas por terem iniciado, no Reino Unido, um movimento que questionava o fato de as mulheres ainda não serem eleitoras.

Eliza Bachega Casadei, jornalista, doutora em Ciências da Comunicação e professora da Escola Superior de Propaganda e Marketing de São Paulo (ESPM-SP) discute esta questão no artigo *A inserção das mulheres no jornalismo e a imprensa alternativa: primeiras experiências do final do século XIX* (2011). Segundo Casadei (2011, p.6), notam-se, já naquele período, movimentos pioneiros de resistência:

Muitas mulheres, no entanto, lutaram pelo direito de discutir as questões políticas através da entrada em veículos da imprensa alternativa. Em 1868, por exemplo, é lançado por Amelia Blommer e Elizabeth Staton o primeiro jornal explicitamente feminista dos Estados Unidos, chamado *The Revolution*. Em um dos editoriais, Staton afirma que “nós declaramos guerra até a morte à ideia de que a mulher foi criada para o homem. Nós conclamamos a mais alta verdade de que, como o homem, ela foi criada por Deus para a responsabilidade moral individual e para o progresso, aqui e para sempre”.

A autora menciona que, durante o século XIX, outras participações femininas significativas podem ser encontradas na imprensa dirigida por negros. Em sua pesquisa, ela estima que, apenas durante a Guerra Civil Norte Americana (de 1861 e 1865), surgiram mais de 40 jornais alternativos cujos donos eram negros. Casadei (2011, p. 6) ainda observa: “E muito embora já houvesse participação feminina nestes jornais, sua presença se tornou muito mais maciça nos jornais que surgiram após o fim da Guerra Civil como, por exemplo, o *New National Era*”.

No Brasil, a conquista do voto feminino e a legislação trabalhista nacional de proteção às mulheres, que entraram em vigor nos anos 1930, foram importantes marcos históricos que contaram com o desempenho da imprensa na disseminação de ideais feministas. Nísia Floresta (1810-1885) teve uma atuação importante nesta luta. Escritora, poetisa e professora, ela publicou os primeiros textos em jornais em defesa dos direitos das mulheres²¹. *Direitos das mulheres e injustiça dos homens* (1989), publicado originalmente em 1832, foi o primeiro livro da autora e a obra pioneira abordando os direitos das mulheres no Brasil. Nísia também publicou textos no jornal pernambucano *Espelho das Brasileiras*.

²¹Em 1948, em homenagem à filha mais ilustre, sua cidade natal no estado do Rio Grande do Norte mudou o nome de Papari para Nísia Floresta. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/riograndedonorte/nisiafloresta.pdf>. Acesso em: 28 mai. 2018.

Berta Lutz (1894-1976) também foi um grande nome nas lutas feministas do início do século XX. A bióloga brasileira era pesquisadora do Museu Nacional e fundadora da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, em 1919. Sua atuação é notória na conquista ao voto feminino.

No início do século passado ocorreu também, no Brasil, a Semana de Arte Moderna de 1922. O evento não foi exatamente um marco feminista na história nacional, já que as artistas que participaram não levantavam, explicitamente, bandeiras em defesa dos direitos das mulheres. No entanto, elas foram pioneiras na produção de obras que rompiam com os costumes e a moral vigentes. Exemplos como os das pintoras Anita Malfatti (1889-1964) e Tarsila do Amaral (1886-1973) foram sintomáticos, ainda mais levando-se em conta o reconhecimento das mulheres no campo artístico, algo que até então não existia.

Pagu: jornalismo, crítica e ironia na primeira metade do século XX

Foi Patrícia Rehder Galvão (1910-1962), mais conhecida como Pagu, quem iniciou um fervoroso abalo nos costumes da época. Embora não tenha participado da Semana de Arte Moderna, pois na ocasião tinha apenas 12 anos, a menina tornou-se a musa dos modernistas. Aos 15 anos, em 1925, assinando como Patsy, passou a colaborar com o periódico de bairro *Brás Jornal*, em São Paulo, e, aos 18 anos, já participava do movimento antropofágico²².

Jornalista, escritora, militante política, eram apenas algumas das facetas de Pagu, uma mulher à frente de seu tempo, que utilizava roupas masculinas e fumava em público. Para ela, casamento e maternidade não eram as condições *sine qua non* de vida e muito menos sinônimo de ser feminina.

Em 1930, o escritor Oswald de Andrade (1890-1954) separa-se de Tarsila do Amaral para casar-se com Pagu. O casal teve uma vida onde a arte, a escrita e a militância ocupavam um importante espaço. A atuação de Pagu nestas áreas evitou que ela se restringisse ao papel secundário de esposa de um grande nome da literatura e da dramaturgia brasileira.

Juntos, eles criaram o pasquim político *O Homem do Povo*, semanário publicado entre março e abril de 1931, com uma linha editorial claramente militante e com o objetivo de espalhar mensagens revolucionárias entre o operariado urbano. Com humor, sátira e provocações, o jornal possuía uma narrativa extremamente irônica. No livro homônimo (1983), que contém a coleção integral dos exemplares fac-símile do jornal, Augusto de Campos, poeta

²²O movimento antropofágico brasileiro questionava a inserção de outras culturas na influência artística nacional, sem negar a cultura estrangeira.

e tradutor paulistano, afirma que o nome da publicação constituiu uma tentativa frustrada de tentar convencer politicamente os leitores a lerem o jornal, uma vez que Oswald de Andrade e Pagu não representavam o povo, mas a elite da época.

Nas palavras de Campos (O HOMEM DO POVO, 1983, p.10):

O Homem do Povo, lançado em 1931, é um registro da fase mais sectária e “engagée” da atuação política de Oswald e Pagu, numa primeira postura de adesão quase que incondicional às “verdades” partidárias e ao proselitismo do PC. Trata-se de um jornal panfletário, de um assumido pasquim político, que teve curtíssima duração – apenas 8 números. (...). Paradoxalmente, o povo não leu *O Homem do Povo*. Leram-no alguns intelectuais, os estudantes de Direito... e a polícia, que acabaria proibindo a sua circulação após a ocorrência, nos dias 9 e 13 de abril, de graves acidentes, que tentaram por duas vezes empastelar o jornal por causa de dois editoriais considerados ofensivos à tradicional Faculdade do Largo de São Francisco.

A ofensa aos ditames morais e sociais hegemônicos pode ser conferida em dois textos escritos por Pagu. No primeiro, publicado na primeira edição do jornal, em 27 de março de 1931, com o sugestivo título de *A mulher do povo*²³, Pagu evidencia as falácias de um feminismo de elite que, apesar de defender direitos femininos, não se dispõe a tocar na ferida da desigualdade social e da luta de classes:

Excluída a grande maioria de pequenas burguesas cuja instrução é feita nos livrinhos de beleza, nas palavras estudadas dos meninos de baratinha, nos gestos das artistas de cinema mais em voga ou no ambiente semifamiliar dos cocktails modernos - temos a atrapalhar o movimento revolucionário do Brasil uma elitezinha de "João Pessoa" que, sustentada pelo nome de vanguardistas e feministas, berra a favor da liberdade sexual, da maternidade consciente, do direito do voto para "mulheres cultas", achando que a orientação do velho Maltus resolve todos os problemas do mundo.

Estas feministas de elite, que negam o voto aos operários e trabalhadores sem instrução, porque não lhes sobra tempo do trabalho forçado a que se têm que entregar para a manutenção dos seus filhos, se esquecem de que a limitação de natalidade quase que já existe mesmo nas classes mais pobres e que os problemas todos da vida econômica e social ainda estão para serem resolvido. Seria muito engraçado que a ilustre poetisa D. Maria Lacerda de Moura fosse ensinar a lei de Maltus ao Sr. Briand, para que ele evitasse a guerra mundial atirando à boca ávida dos imperialistas gananciosos, um punhado de livros sobre maternidade consciente. Marx já passou um sabão no celibatário Maltus, que desviava o sentido da revolução para um detalhe que a Rússia, por exemplo, já resolveu. O materialismo solucionando problemas maiores faz com que esse problema desapareça por si. O batalhão "João Pessoa" do feminismo ideológico tem em D. Maria Lacerda de Moura um simples sargento reformista que precisa estender a sua visão para horizontes mais vastos a fim de melhor atuar no próximo Congresso de Sexo.

²³Disponível em: <http://www.pagu.com.br/blog/jornalismo-pagu/a-mulher-do-povo/>. Acesso em: 31 mai. 2018.

No artigo *O retiro sexual*²⁴, publicado no terceiro número de *O Homem do Povo*, em 31 de março de 1931, Pagu utiliza humor e tom irônico para denunciar o misticismo, o recalque e a moral biológica:

É muito engraçada a história da consolação sensível e dos "contentos" da espanhola dona Tereza de Jesus, que chega a sentir a presença da força de Deus.

Eis aqui o que escreve a este respeito um dos grandes místicos do século XIX: "Deus toma a alma segundo a fraqueza de sua natureza. Ela se espalha nos sentidos e habituada a receber suas impressões pelos sentidos só vive pelos sentidos".

(...)

O misticismo está desmoronando evidentemente com a decadência das morais de controle e a Santa Tereza de antes tinha muito mais importância sexual do que a Terezinha de agora que não passa de uma pequena datilógrafa que faz as suas farras de domingo, portanto, sem misticismo exagerado.

Entretanto o fenômeno da sublimação embora em muito menor escala aparece ainda nos retiros onanistas de semana santa e carnaval.

Os sublimados explosivos ao primeiro contato se reúnem para o gozo permitido e ajudado pelo padre.

O jejum masoquista auxilia o prazer físico e transporta para uma loucura desenfreada os históricos dos dois sexos.

Antes, a história do Ovalinho que é melhor porque este ao menos mandou o retiro às favas e traiu os santos com uma mulata chamada Berta Lux.

Os fenômenos que elucidam os delírios históricos dos santos e freiras foram bem verificados por Freud nas experiências de hipnose com que ele começou os seus estudos.

Constata-se cada vez mais que o misticismo só aparece nas civilizações recalçadas e doentias.

Agora, que nós caminhamos embora muito devagar para uma época sem recalque e de moral biológica racionalizada, onde não existirão nem desvios sexuais nem retiros físicos, Freud e o Padre Manfredo podem pedir demissão.

Após o fim da relação com Oswald de Andrade, Pagu se casou novamente com Geraldo Ferraz e teve um filho com cada um de seus maridos. Tendo militado no Partido Comunista Brasileiro, ela foi presa 23 vezes presa durante sua vida, sendo a primeira mulher encarcerada no Brasil por motivações políticas.

Em 1933, Pagu viajou pelo mundo deixando marido e filho no Brasil, e escreveu o romance *Parque industrial* (1994). Na obra, utilizando o pseudônimo Mara Lobo, ela denunciou as condições socioeconômicas dos proletários e, principalmente, desmitificou a posição doméstica das mulheres. Considerado o primeiro romance proletário brasileiro, o livro ficou famoso e a ajudou a atuar como correspondente de distintos jornais de São Paulo e do Rio

²⁴Disponível em: <http://www.pagu.com.br/blog/jornalismo-pagu/o-retiro-sexual/>. Acesso em: 31 mai. 2018.

de Janeiro. Pagu também se candidatou a deputada estadual por São Paulo, pelo Partido Socialista Brasileiro, mas não foi eleita. Logo depois, participou de *A Famosa Revista*, escrevendo contos policiais sob o pseudônimo King Shelter.

Com uma posição forte em defesa da mulher e do proletariado, trazendo um tom combativo e muitas vezes irônico, o jornalismo de Pagu foi inovador para a sociedade da primeira metade do século XX e inspirador para as gerações posteriores. Além da participação em *O Homem do Povo* (1931), ela também assinou textos em *Diário de Notícias* (1933), *A Noite* (1942), *Vanguarda Socialista* (1945) e *Diário de Notícias* (1946).

Pagu reproduziu, em centenas de colunas (**figura 1**), a imagem de um período de grandes mudanças políticas e artísticas. Por meio do jornalismo, participou ativamente do cenário social nacional. Seus textos expõem a luta diária dos paulistanos e a necessidade do protagonismo feminino na política, contribuindo para o campo cultural e literário nacional. Não seria errado afirmar que Patrícia Galvão é um dos maiores exemplos de jornalista com forte vinculação ao jornalismo alternativo, mesclando teoria e *práxis*.

Figura 1 – Fac-símile da coluna A mulher do povo, no jornal O Homem do Povo, de 1931



Fonte: Viva Pagu (2018)²⁵

²⁵Disponível em: <http://www.pagu.com.br/>. Acesso em: 31 mai. 2018.

Exemplar neste sentido é artigo *Habitação coletiva*²⁶, publicado em 1933 no *Diário de Notícias* do Rio de Janeiro. O texto obedece ao seu estilo literário, com narração exímia da desigualdade social nacional, descrevendo uma mulher negra, com um filho doente, expondo as dificuldades para criá-lo:

Gente pobre não pode nem ser mãe! Me veio esse filho nem sei como. Tenho de dar pra alguém pro coitado não morrer de fome. Se eu ficar tratando dele, como é que arranjo emprego? Tenho de largar dele para ficar tomando conta dos filhos dos outros. Vou nanar os filhos dos ricos, e o meu fica aí sem num sei como.

Lispector: mulher, família e sociedade

Sobre o mesmo tema, mas com ponto de vista distinto, outra jornalista publicaria, em 1941, uma reportagem intitulada *Uma visita à casa dos expostos*, na qual retratava a rotina de um orfanato do Rio de Janeiro, “abrigo e lar do enjeitado”, onde uma média de quatro a cinco crianças eram acolhidas diariamente. “(...) umas chegam crescidas, sabendo do nome, da idade e dos pais. Outras, mesmo de noite, são depositadas na roda, aberta para a travessa Visconde do Cruzeiro, e que sob o peso do embrulhinho lá colocado, gira e faz soar uma campainha” (NUNES, 2012, p. 47).

Segundo Maria Aparecida Nunes (2012), organizadora de uma coletânea da obra de Lispector, o texto alerta para um dispositivo no Código Penal Brasileiro, recém promulgado, que tipificava como infração sujeita a pena de um a cinco anos de prisão a aceitação de crianças sem claros dados de identidade. Esse dispositivo colocava em risco o funcionamento da “roda” da casa dos expostos e a jornalista se perguntava: “O que acontecerá (*com os órfãos*), Regina Aparecida e com Bonifácio? Porque o ânimo que inspira o pai ou mãe de Bonifácio é isentar-se da responsabilidade de suas vidas. E só às ocultas é que isso é atingido” (NUNES, 2012, p. 52).

O escrito, enfim, conclui que não é proibindo a aceitação de crianças não identificadas que se acabará com o nascimento delas, devendo-se evitar recorrer a um proibicionismo estereótipo que não enfrenta a situação social de frente: “mesmo porque é preciso não esquecer: além do infrator ao dispositivo penal, há o Bonifácio e Regina Aparecida que não tem a menor culpa” (NUNES, 2012, p. 53).

²⁶Disponível em: <http://www.pagu.com.br/blog/jornalismo-pagu/habitacao-coletiva/>. Acesso em: 31 mai. 2018.

O artigo em questão, publicado em julho de 1941 na Revista *Vamos Ler!*, editada pelo grupo do jornal *A Noite* com o objetivo de divulgar artigos de cunho científico e literário em linguagem mais acessível ao público em geral, é de autoria de uma jovem de 21 anos, imigrante ucraniana de origem judia, estudante na Faculdade Nacional de Direito do Rio de Janeiro, que dali a dois anos publicaria *Perto do coração selvagem*, o primeiro de muitos romances que a transformariam em uma das principais escritoras brasileiras de todos os tempos, Clarice Lispector (1920-1977).

Se, num primeiro momento, Lispector buscava na imprensa um meio de divulgação de seus escritos literários, tendo publicado em maio de 1940 seu primeiro texto desta natureza na revista *Pan*, periódico voltado a matérias relacionadas à Segunda Guerra Mundial (NUNES, 2012), foi na redação da Revista *Vamos Ler!* que ela iniciou, de fato, sua carreira como jornalista. Sua atuação na imprensa se desenvolveria em paralelo ao trabalho de escritora até sua morte, em 1977.

Nos anos 1940, Lispector colaborou como repórter na redação dos periódicos *A Noite*, *Diário do Povo*, *Dom Casmurro* e *A Época*. Nos anos 1950 e início dos 1960, ela foi responsável pela coluna feminina no seminário *Comício* e, posteriormente, no *Correio da Manhã* e *Diário da Noite*. Durante os anos 1960, publicou artigos e crônicas nas revistas *Senhor*, *Joia* e no *Jornal do Brasil*, além de ser responsável pela seção de entrevistas *Diálogos possíveis com Clarice Lispector* na revista *Manchete*, prática que se repetiria, posteriormente, na revista *Fatos e Fotos/Gente*, durante seu último biênio de vida (NUNES, 2012).

Se é possível destacar na jornalista Lispector, desde seu primeiro artigo publicado na imprensa – *Observações sobre o fundamento do direito de punir* – sensibilidade diante das injustiças sociais, não seria equivocada identificar em seus primeiros textos de temática feminina certa mediação nessa identificação, uma espécie de sororidade. O termo, que se refere à aliança baseada no apoio mútuo, na empatia, na força e na união de causas e lutas femininas, ganha uma dimensão controlada na obra da autora, mediada por uma posição de classe que a mantém a uma distância segura de determinadas questões socioeconômicas enfrentadas por boa parte das mulheres da época.

Isso fica evidente quando se compara o texto citado acima sobre a casa dos expostos com o artigo *Habitação coletiva*, anteriormente referido, de Pagu. Enquanto esta se coloca ao lado das mulheres trabalhadoras em seu drama cotidiano de “nanar os filhos dos ricos e o meu fica aí sem num sei como”, Lispector (NUNES, 2012, p.53) se restringe a dizer que a mãe que entrega seu filho à adoção busca apenas “isentar-se da responsabilidade de suas vidas”.

Em outro artigo, *Deve a mulher trabalhar?*, de 1941, publicado em *A Época*, revista acadêmica do corpo discente da Faculdade Nacional de Direito do Rio de Janeiro, repete-se essa limitação. Por um lado, é de se destacar o fato de a repórter Lispector entrevistar as próprias mulheres para que possam dar sua opinião a respeito – são três entrevistadas e dois entrevistados. Por outro, a discussão se dá na perspectiva de uma minoria economicamente privilegiada que poderia optar ou não por trabalhar, como se fosse apenas uma questão de mero exercício de liberdade, não de necessidade. Nas palavras da própria Lispector (NUNES, 2012, p.71-72):

Tornou-se velho o problema da mulher, embora date apenas da Grande Guerra, tanto foi ele visado e estudado. Deve ou não deve ela estender suas atividades pelos vários setores sociais? Deve, ou não, voltar suas vistas também para fora do lar? De um lado – apresentasse-nos ela seguindo apenas seu eterno destino biológico, e de outro – a nova mulher, escolhendo livremente seu caminho. (...)

No entanto, o evoluir dos tempos, com sua função equilibradora, veio, sem construir teorias, resolver o assunto, cortando, a um tempo, as asas do feminismo exaltado e do conservadorismo arraigado.

A mulher moderna estuda. Trabalha. E, suas faculdades despertas e desenvolvidas, constitui seu lar, guiando conscientemente seus filhos. As legislações trabalhistas mais adiantadas abrem um capítulo regulador de suas atividades. Aceita-se a nova ordem que, afinal, se trouxe à mulher a alegria de um pouco de liberdade e, sem dúvida, alguns males também, não foi por ela provocada, mas pelos acontecimentos mundiais e pela consequente instabilidade da vida moderna.

Este “feminismo de elite”, como o classificava Pagu, preso aos limites impostos pela moral burguesa, será reforçado nas páginas femininas de Lispector (NUNES, 2012, p.91) durante os anos 1950, como evidencia este trecho do artigo *Uma mulher esclarecida*, publicado em agosto de 1959, no *Correio da Manhã*:

O fato de uma mulher ser livre não implica que ela deva libertar-se também dos liames de moral e pudor, que são, afinal, embelezadores da mulher e, portanto, indispensáveis à sua personalidade. A mulher esclarecida sabe disso. Ela estuda, ela lê, ela é moderna e interessante sem perder seus atributos de mulher, de esposa e de mãe.

Mais tarde, já nos anos 1970, a própria Lispector (NUNES, 2012, p.132) iria realizar uma crítica e este tipo de jornalismo cuja temática se restringia a “assuntos estritamente fúteis-femininos, na extensão em que feminino é geralmente tomado pelos homens e mesmo pelas próprias mulheres: como se mulher fizesse parte de uma comunidade fechada, à parte, e de certo modo segregada”. Data deste período a publicação da crônica *A violência de um coração*, na

revista *Joia*. No texto, Lispector (NUNES, 2012, p.154-155) retoma a parábola de Virginia Woolf, anteriormente referida, sobre Judith, a hipotética irmã de William Shakespeare, e “o calor e violência de um coração de poeta quando preso no corpo de uma mulher”.

A autora parece identificar os limites do discurso feminista apartado da prática cotidiana das mulheres trabalhadoras. Não será por coincidência que em seu último romance, *A hora da estrela* (1998), publicado em 1977 e que trata das desventuras de Macabéa, retirante alagoana que vive no Rio de Janeiro, Lispector (1998, p.13) confessará: “é minha obrigação contar sobre essa moça entre milhares delas. E dever meu, nem que seja de pouca arte, o de revelar-lhe a vida. Porque há direito ao grito. Então eu grito. Grito puro e sem pedir esmola”.

4.1.2. Segunda onda feminista: o jornalismo alternativo no Estado autoritário

A segunda onda feminista ocorre entre os anos 1960 e a década de 1980, um período de longas atividades e manifestações que se iniciaram nos Estados Unidos e se estenderam por todo o mundo. Momentos vinculados a eventos importantes e autoras como Simone de Beauvoir, com a obra *O segundo sexo*, foram expoentes para o início das reações contra o sistema patriarcal e para a passagem da primeira para a segunda onda feminista.

A década de 1960 ficou popularmente conhecida pela aprovação, por parte da Food and Drug Administration, dos Estados Unidos, da pílula anticoncepcional, fator que influenciou as mulheres a desenvolverem suas carreiras profissionais. Entretanto, em seguida, foram também expostos os efeitos colaterais deste contraceptivo no corpo feminino. Outro marco popular do feminismo foi a famosa queima dos sutiãs, no enfático ano de 1968, em Atlantic City, também nos EUA, quando ativistas do Women's Liberation Movement protestaram durante o concurso de Miss América daquele ano.

O cenário político das décadas de 1960 e 1970 influenciou o renascimento dos ideais feministas, que dividiram o espaço público com distintas manifestações, como o movimento hippie, as organizações estudantis espalhadas pelo mundo e a luta contra as ditaduras militares, especialmente na América Latina. No panorama destas lutas sociais, as feministas ganharam notoriedade mais uma vez e suas pautas tornaram-se mais amplas e distintas.

Adotando como bandeira de ordem o slogan “o pessoal é político”, criado pela jornalista Carol Hanish (1942-), temas relacionados à sexualidade, à família, ao divórcio, ao mercado de trabalho e à violência doméstica foram introduzidos nas reivindicações das mulheres de todo o mundo. Fundadora do grupo Mulheres Radicais de Nova Iorque, Hanish editou o

livro *Redstockings, Feminist Revolution* (Redstockings, Revolução Feminista), publicado originalmente em 1975, e criou o jornal *Meeting Ground* (Ponto de Encontro), que circulou de 1978 até 1992. Para ela, assim como para outras feministas, esta segunda onda trouxe o diferencial de deixar o sexismo mais evidenciado aos olhos globais, ou seja, a desigualdade de gênero passou a ser entendida como algo estruturalmente construído na sociedade.

Gloria Steinem, jornalista reconhecida mundialmente pelo ativismo e pela publicação de inúmeros livros, foi outra personagem estadunidense que ganhou popularidade na segunda onda feminista por conseguir se infiltrar nos bares da revista *Playboy*, veículo pioneiro na exibição de fotografias de mulheres nuas, fundado em 1953. Ela se passou por garçonne e depois escreveu um artigo contando a situação degradante das moças que mal recebiam salários, eram incitadas a sair com clientes e precisavam realizar exames ginecológicos admissionais.

Data desta época também a queda do colonialismo europeu, principalmente nos países africanos, caribenhos e latinos. Por conta disso, o feminismo ocidental e etnocêntrico passou a ser criticado por não representar todas as mulheres, mas apenas aquelas brancas, pertencentes às camadas sociais mais abastadas. Ao mesmo tempo, intelectuais negras estadunidenses, como a filósofa Angela Davis e a escritora Alice Walker, destacam-se por trazer novos pontos de vista ao feminismo, demonstrando como os problemas de classe e raça não se separam das questões de gênero.

Jornalismo, militância e censura no Brasil

Enquanto isso, o Brasil passava por um momento crucial da história nacional, vivendo sob o jugo da ditadura militar. Nesta época, surgiram veículos de comunicação protagonizados por mulheres que, aliados a movimentos sociais e setores organizados da sociedade civil, iniciam a derrubada do regime autoritário então vigente.

Jornais que, além de contestar o autoritarismo político, estampavam as desigualdades de raça, gênero e classe social em suas páginas. Era o feminismo que renascia após sua primeira grande onda e encontrava-se em um segundo momento de articulação e organização social, com forte atuação na esfera privada feminina.

O livro *Da guerrilha à imprensa feminista: a construção do feminismo pós-luta armada no Brasil (1975-1980)* traz um panorama do cenário feminista brasileiro durante a repressão política. Publicada em 2013, a obra foi escrita por Rosalina Santa Cruz Leite – assistente social, ex-presa política, professora da PUC-SP e membro da Comissão da Verdade da mesma

instituição²⁷ –, e Maria Amélia de Almeida Teles – ativista de movimentos feministas e de direitos humanos e assessora da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo²⁸.

Teles e Leite (2013, p.42) destacam que os conteúdos censurados no âmbito da imprensa alternativa e nos jornais vinculados a empresas não tinham, necessariamente, como meta principal o enfrentamento da ditadura:

Em janeiro de 1967, a revista *Realidade*, de caráter nacional, da Editora Abril, pertencente à grande imprensa, teve sua edição de número 10 apreendida por ter sido totalmente censurada. Tratava-se de um número dedicado à mulher brasileira. A manchete era: “A mulher brasileira de hoje”. Ao lado dessa manchete, havia os seguintes destaques: “Pesquisa: o que elas pensam e querem”; “Confissões de uma moça livre”; “Ciência: o corpo feminino”; “Eu me orgulho de ser mãe solteira”; “Por que a mulher é superior”; “Assista a um parto até o fim”. A edição era fruto de uma pesquisa realizada com 1.200 entrevistas sobre a mulher brasileira. Levantaram diversas situações vividas pelas mulheres e Carmen Silva, psicóloga e jornalista da equipe, fazia críticas ao tratamento dado às seções de “Conselho Sentimental” das revistas femininas.

Na opinião das autoras, o tema mulher era extremamente malvisto pelos militares. “Tanto é que quase dez anos depois, em 1976, o jornal da imprensa alternativa *Movimento* teve sua 45ª edição totalmente vetada por ser um número especial sobre *O trabalho da mulher no Brasil*” (TELES; LEITE, 2013, p.43).

Muitos veículos da própria imprensa alternativa também eram antifeministas ou debochavam da luta das mulheres por meio de piadas e sátiras. Foi o que aconteceu com o jornal *Pasquim*, ao entrevistar Betty Friedan (1921-2006)²⁹, reconhecida feminista estadunidense, por ocasião do lançamento do livro *The feminine mystique* (A mística feminina), em 1971: “Desculpe, Dona Betty, mas nós vamos dar cobertura às furadoras da greve de sexo”³⁰.

Foi neste cenário hostil da metade da década de 1970, com a censura oficial, por um lado, vetando publicações dirigidas às mulheres que atentavam contra os valores da família e o conservadorismo e, por outro, jornais alternativos e da grande mídia não acolhendo ou mesmo menosprezando a causa feminista, que nasceram os jornais *Brasil Mulher* (**figura 2**), em 1975, e *Nós, Mulheres* (**figura 3**), em 1976. Somam-se a estas idealizações, o apoio das mulheres

²⁷A Comissão da Verdade da PUC-SP Reitora Nadir Gouvêa Kfourri (CVPUC) tem a finalidade de pesquisar os principais episódios e processos durante a vigência da ditadura civil-militar e que construíram a história da Universidade. Disponível em: <http://www.pucsp.br/comissaodaverdade/>. Acesso em: 24 mai. 2018.

²⁸Disponível em: <http://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/>. Acesso em: 24 mai. 2018.

²⁹Betty Friedan (1921 -2006) é considerada uma das feministas mais influentes do século XX. Foi membro de movimentos marxistas e judaicos. Em 1963, publicou o livro *The feminine mystique*, best-seller que fortaleceu a segunda onda do feminismo, ao descrever o papel da mulher na indústria e no sistema capitalista.

³⁰Manchete do jornal *O Pasquim*, número 94, de abril de 1971.

sobreviventes à violência do Estado, durante a ditadura militar, que denunciaram seus algozes e as atrocidades a que haviam sido submetidas. Segundo Teles e Leite (2013, p.58):

Assim, as mulheres forjam o feminismo a partir de experiências práticas, pioneiras, mas principalmente audaciosas, dolorosas com a força suficiente para romper com as barreiras do preconceito e da discriminação sexual contra elas. Tanto o feminismo como sua imprensa emergem com compromissos históricos contra todas as formas de opressão e em defesa da igualdade e da justiça social.

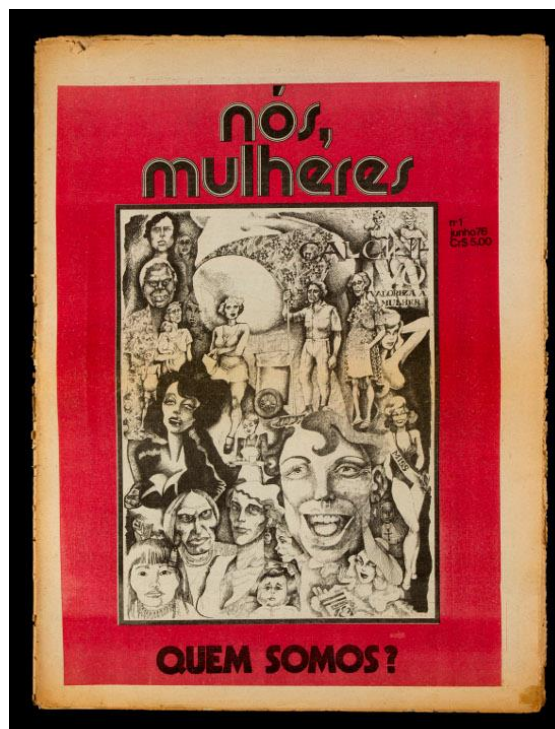
Vale lembrar que, anteriormente aos jornais alternativos pós-luta armada nacional, algumas brasileiras exiladas participaram da imprensa alternativa internacional. Um exemplo foi o periódico *Nosotras*, fundado por Danda Prado, na França, em 1972, conforme descrito por Elizabeth da Penha Cardoso, docente no Programa de Pós-Graduação em Literatura e Crítica Literária da PUC-SP, no trabalho de mestrado *Imprensa feminista brasileira pós-1974* (2004).

Figura 2 – Fac-símile da primeira edição do jornal *Brasil Mulher*, de dezembro de 1975



Fonte: Projeto Resistir é Preciso, Instituto Wladimir Herzog (2018)³¹

Figura 3 – Fac-símile da primeira edição do jornal *Nós, Mulheres*, de junho de 1976



Fonte: Fundação Carlos Chagas (2018)³²

³¹Disponível em: <http://resistirepreciso.org.br/alternativa/brasil-mulher-nos-mulheres-mulherio>. Acesso em: 24 mai. 2018.

³²Disponível em: <http://www.fcc.org.br/conteudos especiais/nosmulheres/>. Acesso em: 24 mai. 2018.

O jornal *Brasil Mulher*, fundado por Joana Lopes, foi publicado pela Sociedade Brasil Mulher. O veículo circulou de 1975 a 1980 e contou com 16 edições regulares e mais quatro números extras. Já *Nós, Mulheres*, publicado pela Associação de Mulheres, teve oito edições, que circularam de 1976 a 1978. O jornal agrupava nomes expressivos do feminismo moderno, como Rachel Moreno e Maria Lygia Quartim de Moraes.

O *Brasil Mulher* contabilizava uma tiragem de 5 mil exemplares, porém, algumas edições chegaram aos 10 mil, o *Nós, Mulheres* não divulgava sua tiragem. Os dois jornais se desenvolveram em São Paulo e resistiram não só ao Estado repressor, mas aos próprios empecilhos orgânicos dos movimentos feministas e de militância popular, conforme descreve a socióloga e professora titular da Unicamp, Maria Lygia Quartim de Moraes (1981, p.44):

Impossível comprar nas bancas de jornais exemplares da imprensa feminista. Mas sua ausência não se explica pela proibição, imposta por forças parapoliciais que aterrorizam os proprietários de bancas, tal como sucede com as publicações da imprensa alternativa, a partir de meados de 1980. A verdade é que, sob a pressão de outras violências mais sutis (das distribuidoras que se recusavam a trabalhar com a imprensa feminista aos militantes que não pagavam os jornais vendidos), a imprensa feminista morreu à míngua, em doses homeopáticas.

Teles e Leite (2013, p.59) afirmam que o fato de jornais serem feitos por mulheres significava dizer que elas eram ligadas aos conselhos editoriais, sendo responsáveis pela direção política e linha editorial, assumindo ainda a redação das principais matérias. Mas “tal situação não excluía a colaboração dos homens de diversos modos”. Advertem ainda as autoras (TELES; LEITE, 2013, p.67):

As feministas põem os jornais a serviço da organização popular de mulheres da periferia das grandes cidades, como São Paulo e Rio de Janeiro, reivindicando direitos, superando a perspectiva de trocá-los por favores, avançando na prática para além da política reivindicatória dos bairros e da relação fisiológica e tutelar que caracterizava essa ação política no passado. Esses novos sujeitos coletivos, as feministas, criam seu próprio espaço de representação e favorecem com sua militância o debate das questões relacionadas com o convívio familiar, a intimidade, a sexualidade e as relações de poder entre homens e mulheres, pais e filhos etc., introduzindo-as no movimento popular.

Apesar das críticas, da censura, da ditadura, dos valores morais, dos problemas de financiamento e de todas as intercorrências que se passaram durante os anos de vida dos jornais *Brasil Mulher* e *Nós, Mulheres*, é possível notar um fator que os caracterizava como alternativos: o vínculo entre as mulheres, a intenção de os jornais serem distribuídos e adotarem

uma linguagem popular. “O público-alvo do *Brasil Mulher* era, sem dúvida, as mulheres dos meios populares: operárias, mulheres da periferia, faveladas, mulheres do campo” (TELES; LEITE, 2013, p.74).

Cardoso (2004, p.1) afirma existir duas fases distintas analisadas no jornalismo voltado às mulheres nesta época: “a imprensa feminista pós-1974 pode ser dividida em duas fases: uma primeira, preocupada com as questões de classe e com as diferenças sociais, e uma segunda, pautada pela questão de gênero”. A publicação *Mulherio* (**figura 4**) seria exemplo desta segunda geração.

Apesar de remeter a algo pejorativo ou que lembre “histeria”, este foi o nome escolhido pelas idealizadoras para o periódico feminista que teve vida mais longa no período, se comparado ao *Brasil Mulher* e ao *Nós, Mulheres*. Na sua primeira edição, as colaboradoras se apropriam do nome e explicam: “Mulherio, por sua vez, nada mais é do que ‘as mulheres’, ou ‘uma grande porção de mulheres’. É o que somos, é o que este jornal será”³³.

Com apoio da Fundação Ford, em alguns momentos, e outros marcados pela batalha para se sustentar e conseguir financiamento, pesquisadoras da Fundação Carlos Chagas (FCC) se reuniram no início dos anos 1980 para formar um jornal que realizasse o intercâmbio entre instituições, investigadores e especialistas da temática feminina no Brasil. Na edição número zero, já aparece a linha editorial que pretendiam seguir em suas matérias “de uma maneira séria e consequente, mas não mal-humorada, sisuda ou dogmática”³⁴.

O tabloide funcionou de 1981 a 1988, contando com os nomes da pesquisadora Fúlvia Rosemberg (1942-2014), psicóloga e professora da PUC-SP, onde coordenava o Núcleo de Estudos de Gênero, Raça e Idade (Negri), e das jornalistas Adélia Borges e Inês Castilho, atuantes nas áreas de cultura e educação.

³³Disponível em: http://www.fcc.org.br/conteudos especiais/mulherio/arquivo/I_0_1981menor.pdf. Acesso em: 25 mai. 2018.

³⁴Disponível em: <http://www.fcc.org.br/conteudos especiais/mulherio/historia.html>. Acesso em: 25 mai. 2018.

Ao estudar as pautas do jornal, Casadei (2009, p.14) menciona uma interessante característica do *Mulherio*: “A revista mantinha, também, um espaço reservado fixo para a publicação de trechos de matérias veiculadas na grande imprensa que representassem algum tipo de discriminação contra a mulher”. No artigo *As questões de redistribuição e reconhecimento na imprensa feminista alternativa: o caso Mulherio*, Casadei (2009, p.13) menciona:

Foram noticiados temas como a violência contra a mulher, as comemorações do 8 de Março e a veiculação de programas culturais sobre/voltados para a mulher. Apenas uma matéria desta edição (“*Trabalho Doméstico, função de todos*”, assinada por Tânia Maria Mendes) se afasta dessa orientação na medida em que discorre sobre uma família cujos membros dividiam igualmente os afazeres domésticos, apagando, com isso, as fronteiras que diferenciavam as funções de homens e mulheres perante o lar. Essa proeminência de pautas relacionadas à questão do reconhecimento é mantida nos números subsequentes de *Mulherio*.

Tanto Casadei como Teles e Leite identificaram, em seus estudos, o conflito que os jornais feministas geravam na esquerda tradicional. No artigo acima, Casadei (2009, p.14) menciona um texto de *Mulherio*: “Um exemplo é a reportagem *Façam o que eu digo, não façam o que eu faço*, que versa sobre o lançamento do livro de Maria Antonieta Macciochi sobre como o pensamento marxista exclui as mulheres da práxis política”.

No depoimento de Teles (TELES; LEITE, 2013, p. 146), encontra-se algo similar:

Na verdade, o trabalho que tinha menos importância para o partido era o *Brasil Mulher*. Eles priorizavam o jornal *Movimento*. O *Brasil Mulher* eles consideravam um jornal sem muito valor político: segundo eles, eu estaria perdendo meu tempo com um bando de mulheres “pequeno-burguesas”, influenciadas por ideias europeias e americanas sem vínculo com a nossa realidade (...) Eles só passaram a se interessar pelo feminismo bem mais tarde, quando todas as forças políticas já consideravam relevante o tema. Aliás, posso afirmar que o PCdoB foi o partido da esquerda mais refratário à questão da mulher, como era chamado o tema na época.

Voltando à trajetória do *Mulherio*, segundo publicado no site da FCC, ocorre uma nova mudança em 1988 e o jornal passa a se chamar *Nexo – Feminismo, Informação e Cultura*. Com apenas mais dois números publicados e sem fonte de sustento, “a equipe rende-se ao infortúnio e conclui sua existência”³⁶.

³⁶Disponível em: <http://www.fcc.org.br/conteudos especiais/mulherio/historia.html>. Acesso em: 25 mai. 2018.

É neste cenário da segunda onda feminista que a ONU se vê pressionada a declarar 1975 como o Ano Internacional da Mulher e, nos anos que seguiram, esta foi oficializada a Década da Mulher em todo o mundo. Como consequência das lutas desta segunda onda, o antigo padrão de mulher entrou em crise e uma nova identidade começou a ser delineada.

4.1.3. Terceira onda feminista: das pesquisas acadêmicas às ativistas em rede do século XXI

A década de 1990 ficou caracterizada, no Brasil, pelo desenvolvimento e por conquistas no campo político. Após o restabelecimento das eleições diretas, nos anos 1980, foi aprovado, em 1996, o sistema de cotas na legislação eleitoral, obrigando os partidos a registrarem, no mínimo, 20% de mulheres em suas chapas. Consolidaram-se também movimentos sociais organizados em torno dos problemas estruturais brasileiros, contrapondo-se às políticas neoliberais adotadas pelos governantes do período.

No mundo, novas aberturas políticas emergiram, como consequências do colapso da União Soviética e do fim da Guerra Fria. Em 1993, foi adotada pela ONU a *Declaração Sobre a Eliminação da Violência Contra as Mulheres*. Neste panorama, surge a terceira onda feminista, pautada no arcabouço crítico das intelectuais e participantes do feminismo sobre os rumos que o movimento deveria seguir.

A ideia era corrigir falhas e lacunas da segunda onda, contestando as definições essencialistas³⁷ sobre feminilidade, formatadas principalmente na experiência vivida por mulheres brancas, de origem europeia ou americana, pertencentes à classe média-alta. Um exemplo claro da ausência de unificação das lutas feministas nas ondas anteriores foi a reivindicação por acesso ao mercado de trabalho, que possuía dimensões distintas do ponto de vista de brancas e negras.

Apesar de estarem sempre presentes no feminismo, algumas mulheres não se sentiam representadas pelo movimento. Assim, a década de 1990 trouxe à tona a necessidade de englobar, nos estudos feministas, a multiplicidade e as diferenças vividas por mulheres com díspares condições sociais e étnicas, com o foco nas etnias, nas religiões, nas nacionalidades, entre outras questões.

A partir dos anos 1990, acredita-se que o movimento feminista necessita ser interseccional, representando todas as especificidades existentes do ser mulher. Nota-se, já no

³⁷O essencialismo é uma doutrina filosófica que sustenta a categorização da essência sobre a existência. É também a corrente utilizada pela feminista clássica Simone de Beauvoir.

final do século passado, avanços em relação à inclusão de mulheres que, para além da opressão de gênero, sofrem também com outras formas de exploração e preconceito, presente em casos de racismo, lesbofobia e transmisoginia. Atualmente, uma das maiores representantes desta terceira onda é a filósofa estadunidense Judith Butler.

A internet foi criada nos anos 1970, mas sua popularização só aconteceu nos anos 1990, com a adoção dos *personal computers* (PCs), interferindo na otimização do trabalho, nas rotinas de produção e no acesso aos veículos de comunicação. As informações passaram a ser rapidamente encontradas e trocadas, o que facilitou o nascimento de revistas acadêmicas feministas de peso, que ganharam notoriedade nacional, como é o caso dos *Cadernos Pagu* e da revista *Estudos Feministas*. Ambas publicações possuem atualmente nota A1 na avaliação *Qualis-Periódicos*³⁸, realizada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

*Cadernos Pagu*³⁹ (**figura 5**) é uma revista online, de acesso aberto e gratuito, criada em 1993 e vinculada ao Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu⁴⁰, da Unicamp. Segundo o site institucional da *SciELO* – biblioteca eletrônica que oferece acesso a coleções de periódicos, fascículos e textos completos de artigos acadêmicos – *Cadernos Pagu* é uma revista com conteúdo interdisciplinar, trazendo dossiês temáticos, artigos e debates em torno de textos relevantes no campo das Ciências Humanas e das temáticas de gênero.

Cadernos Pagu, publicação quadrimestral interdisciplinar, tem como objetivo contribuir para a ampliação e o fortalecimento do campo interdisciplinar de estudos de gênero, dando visibilidade à produção realizada no Brasil e promovendo o intercâmbio de conhecimento internacional sobre a problemática. Publica artigos inéditos com contribuições científicas originais, que colaborem para a inovação teórica, metodológica e/ou agreguem conhecimento empírico inovador, e debates em torno de textos teóricos relevantes no campo dos estudos de gênero, viabilizando, assim, a difusão de conhecimentos na área e a leitura crítica da produção internacional.

O primeiro número da revista foi escrito por integrantes do próprio Núcleo. Porém, já na segunda e terceira edições, a publicação redefiniu sua política editorial e passou a aceitar contribuições de pesquisadores brasileiros e estrangeiros. A partir do quinto número, a revista passou a receber financiamento externo à Unicamp.

³⁸Segundo publicado no site da Capes (2018), o *Qualis-Periódicos* é um sistema usado para classificar a produção científica dos programas de pós-graduação no que se refere aos artigos publicados em periódicos científicos. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/component/content/article?id=2550:capes-aprova-a-nova-classificacao-do-qualis>. Acesso em: 13 out. 2017.

³⁹Disponível em: <https://www.pagu.unicamp.br/pt-br/cadernos-pagu>. Acesso em: 25 mai. 2018.

⁴⁰O Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu é vinculado à Unicamp e será detalhado no próximo capítulo.

Figura 5 – Capas dos *Cadernos Pagu*, de 1993 e de 1996



Fonte: *Cadernos Pagu* (2018)⁴¹

A revista *Estudos Feministas* (**figura 6**), também quadrimestral e de conteúdo interdisciplinar, traz artigos, entrevistas, ensaios e resenhas sobre gênero e feminismo. O material divulgado provém das áreas de medicina, antropologia, estudos culturais, ciência política, psicologia e comunicações, entre outras.

Segundo consta no site da publicação⁴², a revista foi criada em 1992, sendo inicialmente editada pela Coordenação Interdisciplinar de Estudos Contemporâneos (CIEC) da Escola de Comunicação (ECO) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Entretanto:

Num segundo momento, o Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e o Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro assumiram a responsabilidade pela edição da Revista. A partir de 1999, passou a ser sediada pelo Centro de Filosofia e Ciências Humanas e pelo Centro de Comunicação e Expressão da Universidade Federal de Santa Catarina.

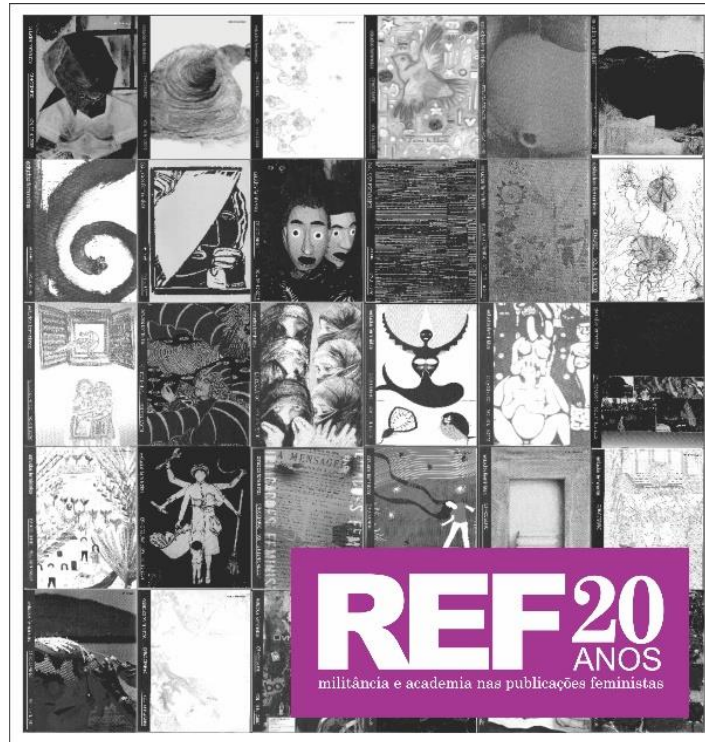
Atualmente, a revista *Estudos Feministas* está vinculada ao Instituto de Estudos de Gênero (IEG) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), núcleo que agrega pesquisadoras e pesquisadores de distintas áreas de conhecimento da instituição. Seu primeiro

⁴¹Disponível em: <https://www.pagu.unicamp.br/es/numeros>. Acesso em: 25 mai. 2018.

⁴²Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/about/editorialPolicies>. Acesso em: 25 mai. 2018.

número teve apoio da Fundação Ford e hoje conta com outros apoiadores, como o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a Capes.

Figura 6 – Capa comemorativa de 20 anos da revista *Estudos Feministas*, de 2012



Fonte: *Estudos Feministas* (2018)⁴³

4.2. O jornalismo e o debate de gênero no século XXI

O século XXI segue marcado pelos avanços tecnológicos e por muitas disputas no jogo político. Diversas ações militares caracterizaram as guerras dos anos 2000, merecendo especial atenção os combates no Afeganistão e no Iraque. Atentados terroristas ganharam maiores proporções após a queda das torres do World Trade Center, em Nova Iorque, em 2001. Alguns anos depois, em 2009, os EUA elegeram o primeiro presidente afrodescendente do país, Barack Obama. Sua popularidade cresceu exponencialmente, fazendo com que ele fosse reeleito em 2012.

No Brasil, a primeira década do século XXI entrou para a História como o momento em que a esquerda política brasileira elegeu um representante para o cargo de maior relevância nacional. Em 2002, Luiz Inácio Lula da Silva tornou-se o primeiro presidente brasileiro de origem operária, sendo reeleito para um segundo mandato em 2006.

⁴³Disponível em: <http://refe.paginas.ufsc.br/evento-20-anos-ref/>. Acesso em: 25 mai. 2018.

A tecnologia se colocou mais do que nunca a serviço da humanidade e os avanços na área tiveram uma forte influência na comunicação de maneira geral, com a popularização da banda larga e com o *bluetooth* se apropriando do conceito de rede sem fio. Além disso, a primeira década do século XXI também testemunhou o surgimento da computação nas nuvens e a comercialização em massa dos *notebooks* e *tablets*.

Os celulares também se tornam *smartphones*. Mais que populares, ficaram indispensáveis. Na internet, as redes sociais modificaram a maneira de socialização humana. *Orkut*, *MySpace*, *Facebook*, *Youtube*, *LinkedIn* e *Twitter* são exemplos de novos laços de conexões sociais. Atualmente, operações como fazer vídeos, tirar fotos e compartilhar arquivos não levam mais do que alguns segundos.

A partir dos anos 2010, após uma grave crise financeira iniciada nos Estados Unidos em 2008 e que se alastrou por todo o mundo, houve aumento do desemprego e uma alavancada da crise migratória, com a constante necessidade de refúgio devido à pobreza, ao extremismo religioso ou às guerras.

No Brasil, uma grande conquista em termos de representação feminina na política nacional foi a eleição de Dilma Rousseff, em 2011, ao posto de primeira mulher a exercer a Presidência da República. Ela foi reeleita para um segundo mandato em 2014. Porém, durante este mandato, o País entrou em recessão econômica – a maior desde o início do Plano Real, em 1994 – parte dela gerada pela grave crise política instaurada entre os poderes Executivo e Legislativo e pelo avanço de denúncias de corrupção envolvendo setores do meio político. O *impeachment* de Dilma Rousseff, fundamentado em acusações de crimes de responsabilidade fiscal, terminou por afastá-la em definitivo do cargo, em 2016.

A representação histórico-social de uma mulher ocupar o posto mais alto na política é simbólica para uma nação. Mas não se pode afirmar, categoricamente, que o posto sempre trará melhores índices sobre a condição feminina brasileira. Entende-se, neste argumento, que a ampliação do desenvolvimento socioeconômico e democrático não é definido pelo fato da existência de uma mulher no comando nacional, mas a partir da consciência das desigualdades de gênero e do combate à discriminação.

No caso de Dilma Rousseff, ocorreram avanços em questões como o combate à violência doméstica e o fortalecimento da representatividade política feminina. Prova disso é que seus mandatos se destacaram pelo maior número de ministras mulheres na história do País, com 18 nomeações em cinco anos e meio de governo. Entretanto, ela foi criticada por não dar maior atenção a temas como direitos reprodutivos e diversidade sexual.

Levando-se em conta o fato de ter sido a primeira mulher a ocupar a Presidência da República do Brasil, mesmo tendo sofrido *impeachment* e enfrentado intensas atribuições, pode-se afirmar que os mandatos da ex-presidenta foram marcados por avanços concomitantes de forças progressistas e conservadoras – e isso impactou ainda mais o fazer jornalístico no País.

Feminismo, redes sociais e jornalismo

A questão de gênero vem tomando maiores proporções no jornalismo, principalmente com denúncias e textos sobre casos de assédio que afloraram no mundo, especificamente nos anos de 2017 e 2018, com escândalos que comprometem a reputação de profissionais da indústria cinematográfica global e alvoroços envolvendo o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump.

As discussões nas redes sociais também estão exercendo, a cada dia, mais influência sobre o que será pautado e noticiado na mídia. Ao mesmo tempo, o feminismo, apoiado pelas tecnologias e redes de conexão virtual, segue em debate e se reconfigura politicamente no novo cenário do século XXI.

Mas esta mudança ocorre dentro do discurso do jornalismo para sociedade ou o caminho é inverso? A novidade estaria nos leitores/receptores, que estão mudando e transformando o modo de fazer jornalismo? Quais obstáculos o jornalismo precisaria vencer para comprometer-se claramente com a defesa da igualdade de gênero? Quais obstáculos o jornalismo precisaria vencer para, além de praticar a defesa das mulheres em suas publicações, revitalizar a própria profissão como um instrumento para a consolidação desta igualdade?

O cenário segue em constante alteração e com avanços visíveis. Entretanto, vale ressaltar que as mulheres, de maneira geral, jornalistas ou colaboradoras, são ainda encontradas mais frequentemente relatando ou opinando sobre questões “leves”, como assuntos sociais, cultura, arte e temas da vida doméstica e familiar.

Segundo a psicóloga e militante feminista Rachel Moreno (2012), na mídia, a jornalista é sempre focada de forma similar: majoritariamente no cargo de apresentadora e fora dos espaços políticos, sendo mais raras ainda as especialistas que produzem colunas opinativas.

Entretanto, as estatísticas mostram que cada vez mais mulheres estão se formando e entrando no mercado de trabalho jornalístico. Em termos de zonas de conflito, a presença feminina tem crescido no pequeno núcleo dos correspondentes de guerra, antes um campo exclusivamente masculino. Porém, elas não correm apenas os mesmos riscos que os homens.

Sofrem ameaças adicionais de violência, intimidação e discriminação sexual, como relata a Federação Internacional de Jornalistas (IFJ, na sigla em inglês), no estudo *Getting the balance right: gender equality in journalism* (2009, p.3):

Mais mulheres do que nunca estão trabalhando na mídia. Em alguns países, como a Rússia e a Suécia, elas formam a maioria da força de trabalho no jornalismo. Mas elas não desempenham um papel igualitário no processo de reportagem. Segundo o Projeto de Monitoramento Global da Mídia (GMMP), uma pesquisa mundial realizada a cada cinco anos desde 1995, constatou que, em 2005, 57% dos apresentadores de notícias de televisão eram mulheres, mas apenas 29% das notícias foram escritas por mulheres repórteres. Enquanto isso, apenas 32% das “hard news” foram escritas ou cobertas por mulheres. As mulheres são mais frequentemente encontradas relatando assuntos “leves”, como questões sociais, a família ou artes e “viver” - até 40% de mulheres” (tradução nossa)⁴⁴.

Um ponto a acrescentar na discussão sobre jornalismo e gênero no Brasil provem dos estudos de inserção da mulher na academia. No artigo intitulado *Estudos de gênero na pesquisa em jornalismo no Brasil: uma tênue relação* (2016), Monica Martinez, Cláudia Lago e Mara Coelho de Souza Lago destacam que “a entrada das mulheres no jornalismo se deu principalmente pela universidade, isto porque, quando da regulamentação da profissão, os profissionais que já atuavam na área garantiram o direito de permanecer na profissão” (2016, p.11).

Segundo as autoras, só “a partir da década de 70 é que a imprensa começou a abrir espaços para as mulheres jornalistas. A partir da regulamentação da profissão, em 1969, surgiram no Brasil diversas faculdades voltadas para formação de jornalistas” (MARTINEZ; LAGO; LAGO, 2016, p.11).

Todavia, ainda é possível encontrar defasagem em termos de igualdade salarial no campo do trabalho. Mulheres ainda ganham menos do que os homens. Mesmo com a abertura no campo universitário, ainda existe o conhecido “teto de vidro” que as impede de ascender aos cargos de chefia e poder de decisão, com altas remunerações. Segundo o estudo *Estatísticas de*

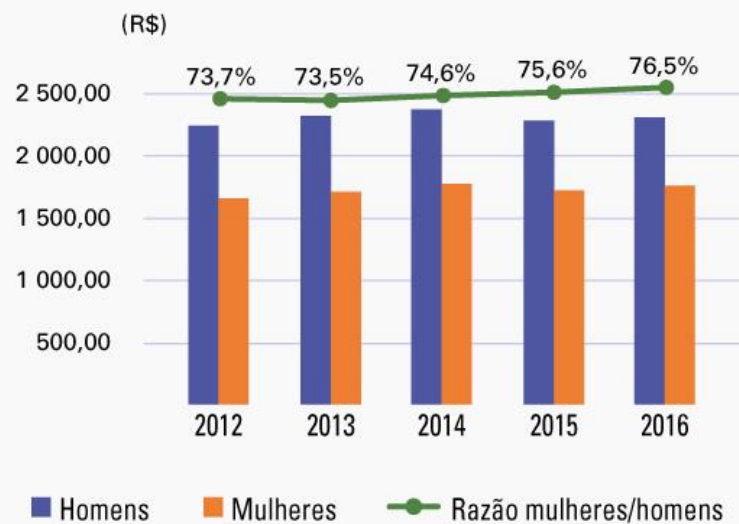
⁴⁴No original, em inglês: “More women than ever are working in media. In some countries like Russia and Sweden, they form a majority of the journalism workforce. But they do not play an equal role in the reporting process. According to the Global Media Monitoring Project (GMMP), a global survey taken every five years since 1995, by 2005 57% of all television news presenters were women, yet only 29% of news items were written by female reporters. Meanwhile only 32% of “hard” news was written or covered by women. Women are more often found reporting on “soft” subjects, such as social issues, the family, or arts and “living” - up to 40% women.”.

gênero (**gráfico 1**), divulgado em abril de 2018 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2018)⁴⁵:

As mulheres trabalham, em média, três horas por semana a mais do que os homens, combinando trabalhos remunerados, afazeres domésticos e cuidados de pessoas. Mesmo assim, e ainda contando com um nível educacional mais alto, elas ganham, em média, 76,5% do rendimento dos homens.

Gráfico 1 – Rendimento médio por sexo

Rendimento habitual médio mensal de todos os trabalhos e razão de rendimentos, por sexo



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012-2016.

Fonte: IBGE (2018)⁴⁶

Além dos valores sociais e da invisibilidade seletiva que ocorre no mercado de trabalho, outros motivos para esta defasagem são o desequilíbrio das leis, que não garantem uma licença-maternidade coerente, o retorno profissional desestruturado após a gravidez; a falta de

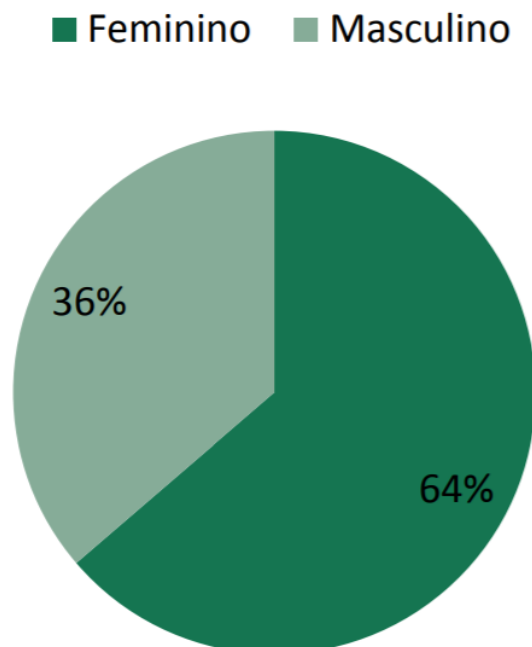
⁴⁵Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/20234-mulher-estuda-mais-trabalha-mais-e-ganha-menos-do-que-o-homem.html>. Acesso em: 31 mai. 2018.

⁴⁶Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/20234-mulher-estuda-mais-trabalha-mais-e-ganha-menos-do-que-o-homem.html>. Acesso em: 31 mai. 2018.

estruturas sociais que facilitem as tarefas domésticas, conhecidas como “segunda jornada de trabalho feminina” e a insuficiência de creches e escolas em período integral para as crianças.

Divulgado em 2012, o estudo *Perfil do jornalista brasileiro* (BERGAMO; MICK; LIMA, 2012) realizou uma enquete com 2.731 profissionais da área, utilizando como metodologia características demográficas e políticas dos jornalistas. Realizada pela UFSC, por meio do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política Núcleo de Estudos sobre Transformações no Mundo do Trabalho em convênio com a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), a pesquisa concluiu que, no final de 2012, os jornalistas brasileiros eram majoritariamente mulheres brancas, solteiras e tinham até 30 anos de idade (**gráfico 2**):

Gráfico 2 – Jornalistas brasileiros por sexo (2012)



Fonte: Bergamo; Mick; Lima (2012) – Etapa 1⁴⁷

A professora Roseli Fígaro, vinculada à ECA-USP, é coordenadora do Centro de Pesquisa em Comunicação e Trabalho (CPCT) da instituição, atuando principalmente nos estudos de comunicação, mundo do trabalho, gestão da comunicação e comunicação/educação. No artigo *Jornalimos e trabalho de jornalistas: desafios para as novas gerações no século XXI*, Fígaro (2014, pg.32-33) afirma que uma novidade no perfil do jornalista é a feminização⁴⁸ do profissional e que este fenômeno vem ocorrendo desde a década de 1990:

⁴⁷Disponível em: <http://perfildojornalista.ufsc.br/files/2013/04/Perfil-do-jornalista-brasileiro-Sintese.pdf>. Acesso em: 25 mai. 2018.

⁴⁸Perspectiva quantitativa utilizada para descrever o aumento de mulheres em determinados cargos ou profissões.

As jovens, com nível superior, a maioria absoluta com diploma em jornalismo, chegaram às redações para ficar. Num primeiro momento, enfrentaram o preconceito de uma parcela machista que chegava a afirmar que os problemas na qualidade do jornalismo deviam-se à maior presença feminina. Hoje elas ocupam diversas funções, inclusive, de chefias e diretorias, embora ainda não majoritárias. Essa mudança tem a ver com o número maior de mulheres nos cursos universitários de comunicação, mas também com o crescimento da participação da mulher brasileira no cenário do mercado de trabalho. As jornalistas da nossa pesquisa são brancas, sem filhos, enfrentam as injunções dos vínculos precários de emprego, trabalhando em multiplataformas, de 8 a 10 horas por dia, e para vários clientes. A maioria tem até 35 anos e já cursou uma especialização em nível de pós-graduação. Sobre a questão salarial, embora elas tenham a mesma responsabilidade que os homens, a tendência é de salários mais baixos, acompanhando o que ocorre entre as mulheres no mercado de trabalho em nível nacional e internacional.

Nesta perspectiva, as palavras de Fígaro associam-se às do pesquisador Nelson Traquina, professor catedrático do Departamento de Ciências da Comunicação da Universidade Nova de Lisboa. Na obra *Teoria do jornalismo* (2013), Traquina (2013, p.150) cita a existência de quatro metatendências na evolução da “tribo jornalística”: expansão, rejuvenescimento, feminização e aumento da escolaridade e da formação universitária.

O rejuvenescimento é acompanhado por uma forte entrada das mulheres na comunidade jornalística (...) As mulheres representavam 24% dos jornalistas franceses em 1982, uma percentagem que cresceu nos anos 1980 para 34% em 1990. Em 1990, enquanto perto de metade dos jornalistas franceses com menos de 25 anos eram mulheres, a percentagem dos jornalistas franceses com mais de 45 anos ronda os 25%.

Mesmo diante da composição majoritariamente feminina, no mercado de jornalismo ainda existem distorções da imagem da mulher produzida pela mídia e pelo jornalismo, o que fortalece os estereótipos sobre quais são os papéis femininos e masculinos na sociedade.

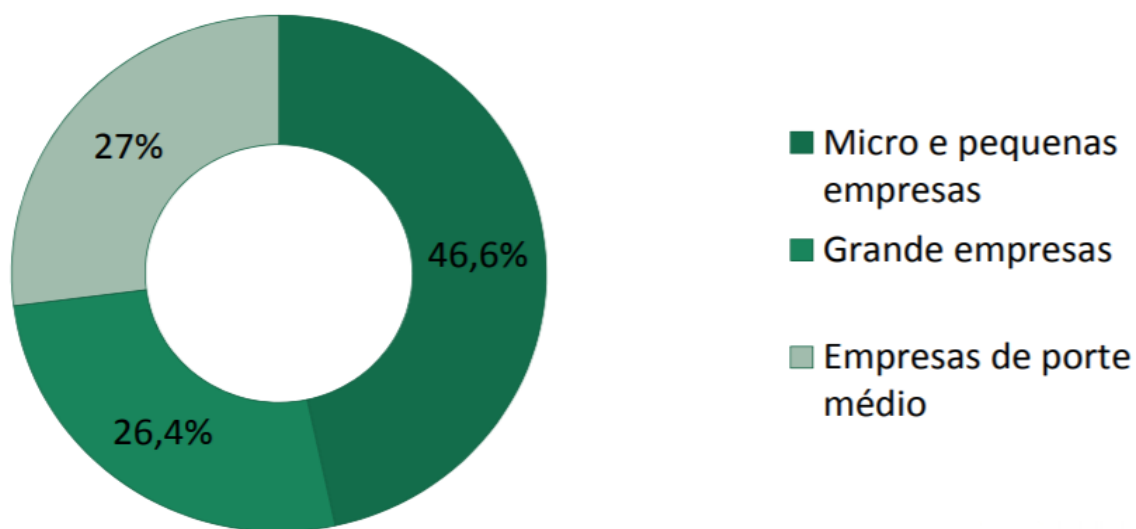
A ascensão feminina é um dado significativo para a mudança no perfil do jornalista. Entretanto, merece destaque o elemento levantado por Alice Mitika Koshiyama, professora do Departamento de Jornalismo e Editoração da ECA-USP. No artigo *Mulheres jornalistas na imprensa brasileira* (2001), ela afirma que não se deve levar em consideração apenas o acesso quantitativo de mulheres à carreira, mas quais serão os contextos e ambientes que estas mulheres irão encontrar. Nas palavras de Koshiyama (2001, p. 4):

Se inicialmente as mulheres ficavam nos suplementos femininos e em setores do jornalismo considerados pela opinião masculina dominante como de pouco prestígio ou de menor importância, hoje temos uma saudável possibilidade de homens e mulheres escreverem sobre todos os assuntos: da arte culinária à matemática financeira. O que possibilita perguntar em que condições as mulheres fazem o seu trabalho.

A referida pesquisa *Perfil do jornalista brasileiro* (BERGAMO; MICK; LIMA, 2012) traz outro dado interessante a esse respeito: além de existir uma feminização da profissão nota-se que as mulheres estão de maneira geral mais vinculadas à área alternativa.

Conforme os dados abaixo (**gráficos 3 e 4**), entre os jornalistas brasileiros que atuam em mídia no setor privado, a área de maior atuação são as micro e pequenas empresas, com 46,6%; seguidas pelos negócios de médio porte, que correspondem a 27%; e as grandes empresas, com 26,4%. Vale destacar que 73% destas empresas de pequeno porte têm até cinco funcionários. Por fim, um último dado relevante da pesquisa revela que, da porcentagem que atua fora da grande mídia, 68% são mulheres.

Gráfico 3 – Jornalistas brasileiros que atuam em mídia no setor privado: empregadores (2012)



Fonte: Bergamo; Mick; Lima (2012) – Etapa 2⁴⁹

⁴⁹Disponível em: <http://perfildojornalista.ufsc.br/files/2013/04/Perfil-do-jornalista-brasileiro-Sintese.pdf>. Acesso em 25 mai. 2018.

Gráfico 4 – Jornalistas brasileiros que atuam fora da mídia, por número de jornalistas contratados no local de trabalho (2012)



Fonte: Bergamo; Mick; Lima (2012) – Etapa 1⁵⁰

A Agência Pública⁵¹ é uma organização sem fins lucrativos fundada em 2011 por repórteres mulheres e voltada para o jornalismo investigativo. Em julho de 2017, a empresa publicou uma matéria sobre o posicionamento de mulheres em cargos de gestão no jornalismo independente. O texto *Furos, perseguição e mulheres no comando: a cara do novo jornalismo na América Latina*⁵² traz um relatório realizado pela SembraMedia⁵³, denominado *Ponto de inflexão*, cujo teor avalia o impacto gerado por 100 organizações de jornalismo digital em quatro países da América Latina: Brasil, México, Argentina e Colômbia.

Segundo divulgado pela Agência Pública, o estudo, que se aprofundou em pontos como financiamento, impacto, vulnerabilidade, audiência e formação de equipes, destacou a seguinte informação: “62% dos sites estudados tiveram mulheres envolvidas em sua criação. O número contrasta com a direção na imprensa tradicional no continente, ainda composta majoritariamente por homens. Dos 100, 57 contam com mulheres na direção”.

Apuração similar foi divulgada pelo *Jornal do Brasil*, em fevereiro de 2015, com o título *Mulheres são donas de 43% dos negócios do Brasil, diz Serasa*⁵⁴. De acordo com a matéria, os dados demográficos sobre empreendedorismo indicam que “o Brasil possui 5.693.694 mulheres empreendedoras, o que equivale a 8% da população feminina do País. Se levada em conta a quantidade de empresas, conclui-se que 43% dos donos de negócios do País são do sexo feminino”.

⁵⁰Disponível em: <http://perfildojornalista.ufsc.br/files/2013/04/Perfil-do-jornalista-brasileiro-Sintese.pdf>. Acesso em: 25 mai. 2018.

⁵¹Disponível em: <https://apublica.org/quem-somos/>. Acesso em: 25 mai. 2018.

⁵²Disponível em: <https://apublica.org/2017/07/furos-perseguiçao-e-mulheres-no-comando-a-cara-do-novo-jornalismo-na-america-latina/>. Acesso em: 25 mai. 2018.

⁵³SembraMedia é uma organização sem fins lucrativos, dedicada a incrementar a diversidade de vozes e a qualidade de conteúdo em espanhol nos meios digitais. Disponível em: <https://www.sebramedia.org/>. Acesso em: 25 mai. 2018.

⁵⁴Disponível em: <http://www.jb.com.br/economia/noticias/2015/02/23/mulheres-sao-donas-de-43-dos-negocios-do-brasil-diz-serasa/>. Acesso em: 25 mai. 2018.

O texto afirma que, das empresas ativas no Brasil, 30% têm mulheres como sócias e a idade média delas é de 44 anos. “Do total de empreendedoras do Brasil, 73% são sócias de micro ou pequenas empresas. O percentual sobe para 98,5% quando contabilizamos, também, as empresas do tipo Micro Empreendedor Individual (MEI)”. O estudo aponta, por outro lado, que somente 0,2% das mulheres empreendedoras do Brasil são sócias de grandes empresas, sendo estas mulheres acima de 30 anos, com alta escolaridade e alto poder aquisitivo. A maior concentração de sócias brasileiras encontra-se no Sudeste, com 52,06%, depois no Sul, com 19%, e no Nordeste, com 16,53%.

Através do Media Ownership Monitor (MOM)⁵⁵, projeto que divulga informações sobre os maiores veículos e grupos de mídia de distintos países, foi demonstrado o perfil dos proprietários de mídia no Brasil. Idealizado pela Repórteres Sem Fronteiras, organização internacional de direitos humanos com objetivo de defender a liberdade da imprensa, junto com Intervezes – Coletivo Brasil de Comunicação Social, o MOM no Brasil destacou que os 50 principais veículos pertencem a 26 grupos de comunicação. Para os idealizadores do estudo, este dado aponta para a inexistência de pluralidade de vozes no jornalismo nacional. Para eles, “a mídia brasileira de maior audiência é controlada, dirigida e editada, em sua maior parte, por uma elite econômica formada por homens brancos”⁵⁶.

Mulheres e produção jornalística

Aprofundando a perspectiva contemporânea, os resultados de pesquisas sobre mulheres e produção jornalística tendem a ser espelhos da sociedade, com a reprodução de narrativas isoladas, nas quais alguns problemas são demonstrados de maneira menos incisiva e quantitativa pelos veículos de comunicação. Ainda assim, o poder que os meios de comunicação possuem para provocar mudanças significativas referentes às questões de gênero é enorme, embora seja pouco utilizado.

⁵⁵ Disponível em: <http://www.mom-rsf.org/>. Acesso em: 25 mai. 2018.

⁵⁶ Disponível em: <https://brazil.mom-rsf.org/br/proprietarios/>. Acesso em: 25 mai. 2018.

De acordo com a Central de Atendimento à Mulher⁵⁷, em 53% dos 37.582 relatos de violência registrados entre os meses de janeiro e junho de 2012, o público afirmou ter tido conhecimento do serviço pela televisão, rádio, jornal, revista e internet⁵⁸.

O Instituto Patrícia Galvão – Mídia e Direitos (IPG), cujo objetivo principal é dar maior amplitude à cobertura jornalística, influenciando no comportamento editorial sobre problemas, propostas e prioridades femininas, divulgou dados também significativos. Em trabalho conjunto com a ANDI – Comunicação e Direitos e a Secretaria de Políticas para Mulheres da Presidência da República (SPM), hoje extinta, o IPG realizou, em 2011, a *Análise da cobertura da imprensa sobre mulher e trabalho*, cuja base foram 450 notícias publicadas em 16 jornais brasileiros em 2010.

Depois de examinar os principais jornais de circulação nacional – *Folha de S. Paulo* (SP), *O Estado de S. Paulo* (SP), *O Globo* (RJ); *Valor Econômico* (SP), *Correio Braziliense* (DF) – além de jornais regionais – *A Crítica* (AM), *A Gazeta* (ES), *A Tarde* (BA), *Diário de Pernambuco* (PE), *Folha do Povo* (MS), *Gazeta do Povo* (PR), *Hoje em Dia* (MG), *O Liberal* (PA), *O Popular* (GO), *O Povo* (CE) e *Zero Hora* (RS) – o relatório destacou⁵⁹:

1. O noticiário prioriza aspectos como trajetória profissional, mercado de trabalho e tipificação das tarefas;
2. 85% dos textos ignoram a questão da dupla jornada feminina;
3. A desigualdade salarial entre homens e mulheres não é mencionada em mais de 90% das notícias;
4. Os poderes públicos são as fontes mais consultadas;
5. A ampliação da licença-maternidade é a lei mais citada.

Assim, a pesquisa evidencia a tendência dos jornais da grande imprensa em inverter o foco de prioridade no âmbito social *versus* o âmbito privado. De acordo com a proporção de matérias sobre mulher e trabalho, segundo foco temático durante o ano de 2010, é possível concluir que a cobertura do tema prioriza histórias de superação profissional, sendo o trabalho doméstico, por exemplo, mencionado apenas pontualmente.

⁵⁷A Central de Atendimento à Mulher em Situação de Violência, também chamado de Ligue 180, é um serviço de utilidade pública gratuito e confidencial criado em 2005 pela Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres da Presidência da República (SPM-PR). Disponível em: <http://www.spm.gov.br/assuntos/violencia/ligue-180-central-de-atendimento-a-mulher>. Acesso em: 25 mai. 2018.

⁵⁸Disponível em: http://www.spm.gov.br/area-imprensa/ultimas_noticias/2013/12/19-12-2013-premio-nacional-de-jornalistas-sobre-violencia-de-genero-segue-com-inscricoes-abertas-ate-31-de-janeiro. Acesso em: 25 mai. 2018.

⁵⁹ Disponível em: http://agenciapatriciagalvao.org.br/wp-content/uploads/2011/12/resumo_executivo_mulher_trabalho.pdf. Acesso em: 25 mai. 2018.

Com a divulgação de notícias que massivamente focam a trajetória pessoal das profissionais e com o pouco espaço para escrever sobre greves, direitos e reivindicações (**gráfico 5**), os veículos estudados inviabilizam a sororidade, entendida como uma aliança baseada no apoio mútuo, na empatia, na força e na união de causas e lutas femininas.

Gráfico 5 – Do que tratam as notícias que abordam o tema mulher e trabalho? (2010)

Foco central da discussão sobre mulher e trabalho	%
Trajetórias profissionais	28,54
Trajetórias profissionais em geral	18,94
Trajetórias profissionais da área cultural e de esportistas	9,60
Mercado de trabalho	24,94
Tipificação de tarefas femininas e masculinas	10,86
Licença maternidade	10,10
Direito ao trabalho (legislação etc.)	3,03
Trabalho doméstico remunerado (inclui direitos de trabalhadoras domésticas)	2,78
Divisão de tarefas domésticas entre homens e mulheres	2,27
Assédio moral e/ou sexual no ambiente de trabalho	1,77
Ações desenvolvidas por empresas	1,52
Trabalho doméstico não remunerado	1,26
Greves e reivindicações	0,76
Discriminação no ambiente de trabalho	0,76
Creches nos espaços de trabalho	0,25
Outro	11,62
TOTAL	100

Fonte: ANDI (2011)⁶⁰

Paralelamente a esta situação, é importante ressaltar que o século XXI também é cenário da ascensão de blogueiras – geralmente jornalistas autônomas, ligadas a grupos ou empresas de mídia independente, que ressignificam a profissão, modificando a maneira de exercer o ofício. Em muitos casos, elas trabalham com menos recursos financeiros, porém com mais autonomia e liberdade de expressão.

O jornalismo alternativo se transformou e se recriou para atender às necessidades das mulheres contemporâneas, com mais rapidez na apuração e na divulgação dos fatos, apostando

⁶⁰Disponível em: <http://www.andi.org.br/publicacao/imprensa-e-agenda-de-direitos-das-mulheres-uma-analise-das-tendencias-da-cobertura>. Acesso em: 22 mai. 2015.

na fluidez de sua proposta editorial. Estes veículos dinamizaram o conceito de periodicidade, não dependendo mais de tiragens e estabelecendo novos padrões de sustentabilidade.

Especificamente no caso feminino, estas formas de comunicação trouxeram também novos problemas a serem levados em consideração, como as retaliações sexistas e casos de discursos de ódio nas redes, que podem até acabar em feminicídio. Mas há também pontos positivos, com a notável aproximação da cobertura jornalística da realidade das mulheres, promovida, basicamente, pelo aumento das pautas feministas na mídia.

As técnicas, de maneira geral, trouxeram a possibilidade de diagnosticar focos de interesse social e democrático, com uma maior representação de vozes ocultadas pela grande mídia. Ademais, as tecnologias baratearam e/ou dispensaram os custos de impressão e diminuíram a necessidade de altos investimentos para a produção de informação.

Sem a pretensão de analisar todas as vertentes da comunicação alternativa, sendo estas multifacetadas e totalmente vinculadas ao seu percurso e contexto histórico, é cabível admitir que os meios digitais ganharam destaque no cenário alternativo. Ademais, o avanço do sistema de comunicação segue revolucionando os processos deste modelo de jornalismo, com a possibilidade de novos formatos, a utilização de hipertextos e apostas na interatividade mediática.

Ainda é cedo para afirmar que este será o caminho do jornalismo alternativo no século XXI. Mas são tendências que afetam a formação e a atuação profissional. Existem experiências que inserem o debate de gênero nas redes e nas plataformas digitais, como é o caso das *Blogueiras Negras*⁶¹, do coletivo *Nós, Mulheres da Periferia*⁶², da revista *Azmina*⁶³, da Agência Pública, da Agência Patrícia Galvão, entre outras iniciativas.

O jornalismo alternativo utiliza-se da mesma técnica jornalística da mídia convencional, mas difere em relação à seleção dos fatos e à maneira como cada tema é reportado. Esta distinção na escolha do que será notícia e de como ela será narrada é o que torna o jornalismo alternativo praticado nas primeiras ondas feministas do século XX próximo do que hoje se pode acompanhar nos sites, blogs e veículos de mídias independentes.

O ano de 2017 foi um grande marco na história da luta das mulheres, corroborado pelas redes sociais em todo o mundo. Segundo dossiê realizado no mesmo ano pelo *Google BrandLab*, o braço de pesquisa da empresa, as buscas pelo termo “feminismo” havia crescido

⁶¹Disponível em: <http://blogueirasnegras.org/>. Acesso em: 20 jun. 2018.

⁶²Disponível em: <http://nosmulheresdaperiferia.com.br/>. Acesso em: 20 jun. 2018.

⁶³Disponível em: <http://azmina.com.br/>. Acesso em: 20 jun. 2018.

200% nos últimos dois anos⁶⁴, sendo esta a palavra do ano eleita pelo dicionário *Merriam-Webster*⁶⁵. Em 2018, o debate permanece em destaque, com pautas sociais e progressistas ganhando força na mídia e nas discussões populares, sobretudo, porque o feminismo segue se popularizando, especialmente em meio à juventude, em parte por conta da conectividade crescente via redes sociais.

O movimento feminista ganhou poder no universo digital da internet, apoiado por um jornalismo transformador, para o qual protestos e denúncias contemporâneas têm o poder de aglutinar apoio em questão de segundos. Hoje, a internet contabiliza cerca de 4 bilhões de usuários e as mídias sociais tornaram-se, por excelência, o ponto de encontro de movimentos como o das mulheres. A voz feminina foi potencializada no século XXI, demonstrando que a terceira grande onda feminista segue ressonante e com aspirações.

⁶⁴Disponível em: <https://estilo.uol.com.br/noticias/redacao/2017/10/23/diversidade-google-revela-que-busca-por-feminismo-cresceu-200-em-2-anos.htm>. Acesso em: 25 mai. 2018.

⁶⁵Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2017/12/1943006-dicionario-americano-escolhe-feminismo-como-a-palavra-de-2017.shtml>. Acesso em: 25 mai. 2018.

5. História oral e comunicação: entrevistas aplicadas sobre gênero e jornalismo

Este capítulo apresenta uma análise de iniciativas nas áreas de gênero e jornalismo, utilizando a metodologia de estudiosos do campo da história oral e conceitos sobre técnicas de entrevista e de pesquisa observados nas Ciências da Comunicação, especialmente no jornalismo. O texto descreve o Instituto Patrícia Galvão – Mídia e Direitos (IPG)⁶⁶ com base no perfil e no pensamento de Jacira Vieira de Melo, uma das suas idealizadoras. Em seguida, analisa também o Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu (NEG-Pagu)⁶⁷ e a sua revista acadêmica, os *Cadernos Pagu*, contando com a colaboração de Iara Aparecida Beleli e Karla Adriana Martins Bessa. A escolha do IPG e do NEG-Pagu foi baseada em sua relevância para os estudos de gênero, principalmente nos trabalhos desenvolvidos pelas entidades no entorno da Grande São Paulo e da Grande Campinas.

O IPG está localizado próximo ao centro da cidade de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Luiz Antônio, número 2050. Já o NEG-Pagu, por ser vinculado à Unicamp, está sediado no próprio Campus Universitário, na Rua Cora Coralina, número 100, Prédio dos Professores, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), em Campinas. Todavia, ambos realizam coberturas nacionais com foco em estudos que buscam representar a diversidade cultural e social brasileira.

O IPG foi criado em 2001 e o NEG-Pagu, em 1993. A opção de trabalhar com os dois projetos também levou em conta a sua longevidade, o que não acontece com grande parte dos projetos sociais relacionados a gênero no Brasil. Mesmo enfrentando dificuldades financeiras e de sobrevivência, estas duas iniciativas apresentam um sólido histórico de atuação sob a influência de distintas gestões e variados governantes.

O intuito de trazer a colaboração destes dois locais e descrever a fala de suas pesquisadoras e especialistas é promover a análise crítica das intermediações com o mercado profissional, a formação acadêmica e a atuação jornalística, de modo a realizar análises descritivas de percepções, atitudes e representações sociais acerca do debate sobre gênero e jornalismo.

⁶⁶Disponível em: www.agenciapatriciagalvao.com.br. Acesso em: 21 jun. 2017.

⁶⁷Disponível em: www.pagu.unicamp.br. Acesso em: 21 jun. 2017.

5.1. História oral e comunicação: conceitos e método

As questões referentes ao jornalismo e às mulheres são abordadas neste capítulo utilizando-se, como método, a história oral. Este recurso subsidiou a elaboração e a montagem do roteiro de entrevistas, bem como auxiliou na construção e na interpretação dos dados coletados.

A pesquisa baseia-se na obra *História oral: como fazer, como pensar* (2007), de José Carlos Sebe B. Meihy, professor da Universidade do Grande Rio (Unigranrio) e professor titular aposentado do Departamento de História da USP, em coautoria com Fabíola Holanda, professora e pesquisadora do Centro de História e Filosofia das Ciências da Saúde da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). Outros referenciais utilizados são as obras da professora e pesquisadora da ECA-USP, Cremilda Celeste de Araújo Medina (1986); do professor e pesquisador da UFSC, Nilson Lage (2001); e do professor e pesquisador da Universidade Estadual de Londrina (UEL), Reginaldo Moreira (2014).

Meihy e Holanda (2007, p.19) acreditam que o método da história oral é uma alternativa para estudar a sociedade por intermédio de documentação realizada e da utilização de gravações. “A história oral é um processo sistêmico de uso de entrevistas gravadas, vertidas do oral para o escrito, com o fim de promover o registro e o uso das entrevistas”.

Os autores elencam as prioridades para projetos que pretendam fazer uso de entrevistas: planejamento da condução das gravações, definição de local, duração, fatores ambientais, transcrição e estabelecimento de textos, conferência do produto escrito, autorização para uso, arquivamento e, sempre que possível, publicação dos resultados para o grupo que gerou as entrevistas – fator também indicado como “devolução social”. “É relevante lembrar que só faz sentido discutir o documento em história oral se for considerada sua utilidade pública” (MEIHY; HOLANDA, 2007, p.30).

Dos três gêneros distintos que compõem no método da história oral – história oral de vida, história oral temática e tradição oral –, optou-se pela categoria história oral temática como mecanismo de análise interpretativa dos dados apresentados neste capítulo. A escolha se deve às análises fenomenológicas que tal procedimento carrega em si. De acordo com Meihy e Holanda (2007, p. 38):

A História Oral Temática é a solução que mais se aproxima das expectativas acadêmicas que confundem história oral com documentação convencional. Aliás, o caráter documental decorrente das entrevistas é o cerne desse ramo. Também é mais considerado por jornalistas e demais pessoas que se valem de

entrevistas como forma dialógica de promover discussões em torno de assunto específico.

As entrevistas objetivaram a análise descritiva de percepções, atitudes e representações sociais acerca das temáticas mulher e jornalismo. Como justificativa sobre as escolhas que se relacionam à metodologia adotada, é possível citar o caráter social deste projeto. Por trabalhar com narrativas, debates e reivindicações sociais, a história oral também se adapta perfeitamente ao campo das ações afirmativas, aqui entendidas como políticas pontuais destinadas a beneficiar pessoas pertencentes a grupos excluídos socioeconomicamente. Como sugerem Meihy e Holanda (2007, p.78):

Em tempos de ‘políticas afirmativas’ e de inclusão social, por certo, a história oral independente teria um papel importante como formuladora de postulados ágeis para gerar argumentos que instruem políticas públicas capazes de mudar o *status quo* histórico.

Optou-se por realizar as entrevistas e classificar as fontes como colaboradoras, a fim de demonstrar horizontalidade na relação estabelecida entre esta pesquisadora e as mulheres entrevistadas. Meihy e Holanda são enfáticos ao descrever a confusão que existe entre entrevista e depoimento. Para os autores, depoimento é peça de um inquérito policial. Entrevista, porém, é um ato de colaboração e “apenas se justifica como tal em processos democráticos” (MEIHY; HOLANDA, 2007, p.123):

Colaborador e colaboração não equivalem a informante e informação. Para a história oral, o resultado da colaboração e o sentido do colaborador em um projeto não se restringem às referências exatas de datas e fatos. Colaboradores são seres que ao narrar modulam expressões e subjetividades e a transparência disso é relevante aos exames decorrentes do texto estabelecido em análise com os demais.

Os ensinamentos de Nilson Lage também subsidiaram as entrevistas realizadas neste estudo. Em *A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística* (2001), ele descreve a técnica da notícia jornalística como um dos raros exemplos de texto desenvolvido fora da tradição da literatura. Adotando-se a proposta do autor, optou-se pela entrevista temática, categoria que aborda assuntos de conhecimento pleno das pessoas entrevistadas. Ademais, as circunstâncias de realização das entrevistas inserem-se no modelo dialogal, no qual “entrevistador e entrevistado constroem o tom de sua conversa, que evolui a partir de questões

propostas pelo primeiro, mas não se limitam a estes tópicos: permite-se o aprofundamento e detalhamento dos pontos abordados” (LAGE, 2001, p.77).

A pesquisa de Cremilda de Araújo Medina na obra *Entrevista: o diálogo possível* (1986) soma-se às referências utilizadas. Ao refletir sobre as narrativas científicas, ela esclarece a necessidade humana de constante exercício de instigação para a concretização do pensamento unidimensional e literal. “O homem contemporâneo está sob permanente estimulação-mosaico e pensar linearmente é uma prática que quase se isola no mundo letrado e na disciplina científica” (MEDINA, 1986, p.66). No “mosaico” de palavras desenvolvidas durante cada entrevista pretendeu-se, também, entender além do esperado e do relatado, averiguando qual deve ser a lógica de vivenciar um projeto de gênero e jornalismo, concretizando iniciativas que estão na contramão do mercado convencional da mídia.

Por fim, o livro *A comunicação como dispositivo terapeutizante: mais mediação, menos medicação* (2014), de Reginaldo Moreira, traz outro elemento metodológico importante para este capítulo: a incorporação de “casos-guia” aprofundados sobre jornalismo e gênero. Estes recortes são estudos esmiuçados que podem permitir implicações analíticas além da linearidade. Conforme menciona Moreira (2014, p. 33), é necessário um circuito que desenvolva uma trajetória de pesquisa-ação:

Esse percurso será composto por acontecimentos que impliquem novos dispositivos, que, por sua vez, abrirão novos sentidos, novos eixos e novas conexões, na cartografia a ser realizada, emprestando o olhar do pesquisador sobre a vida de nossa depoente colaboradora, aqui chamada caso-guia.

Os acontecimentos da trajetória examinada nesta pesquisa foram acumulados em eixos temáticos, de acordo com o que Moreira denominou dispositivos relevantes extraídos das narrativas provenientes das fontes. “A cada eixo temático, o pesquisador realizará um aprofundamento em determinado aspecto daquela trajetória, voltando, em seguida, para superfície do mapeamento, em que a produção de vida acontece” (MOREIRA, 2014, p.36).

O diálogo entre distintos pesquisadores e as entrevistadas, bem como as escutas aprofundadas e as análises minuciosas sobre o caráter público dos temas mulher e jornalismo costuraram os caminhos e a metodologia final aqui utilizados. Assim, buscou-se métodos de produção do conhecimento que possibilitaram abrir a discussão dos temas, sistematizando a coleta das informações e a interpretação do material.

5.2. Objetivos das entrevistas

As entrevistas foram pautadas e aplicadas tendo em vista alguns objetivos. A saber:

- a) Conhecer os referidos projetos (que abordam gênero e jornalismo) por meio de fontes (entrevistadas) caracterizadas como idealizadoras ou representantes no universo da pesquisa;
- b) Medir qual é o alcance do projeto dentro do universo jornalístico e da sociedade;
- c) Identificar como é realizada a sustentação e a continuidade do projeto;
- d) Elencar os principais obstáculos para o desenvolvimento de uma mídia mais inclusiva sob a ótica de gênero;
- e) Apontar caminhos para a interseção das áreas de gênero e jornalismo;
- f) Fazer intersecções do projeto com a mídia tradicional brasileira.

5.3. Perguntas norteadoras: roteiro das entrevistas

As entrevistas foram sistematizadas tendo como ponto de partida o descritivo a seguir:

Tabela 1 – Descritivo conceitual metodológico das entrevistas

Características	Descrição
Propósito da pesquisa	Exploratória
Abordagem da pesquisa	Qualitativa
Roteiro das entrevistas	Perguntas estruturadas em quatro blocos curtos
Bloco 1: perfil das entrevistadas	Tópicos trabalhados: currículo, trajetória profissional, elementos incentivadores na carreira
Bloco 2: jornalismo e gênero no Brasil	Tópicos trabalhados: características dos textos e das mensagens publicadas
Bloco 3: projeto de jornalismo e gênero	Tópicos trabalhados: motivação, idealização, sustentação e potencialização do projeto
Bloco 4: contexto e caminhos das áreas analisadas	Tópicos trabalhados: estudos de gênero e de jornalismo
Número de casos estudados	Três entrevistas, divididas em dois casos e exploradas até a saturação teórica
Instrumentos de apoio	Pesquisa bibliográfica; Roteiro estruturado e editado; Gravação em áudio no Laboratório de Radiojornalismo João Walter Sampaio Smolka, na ECA-USP; Visita técnica aos locais estudados; Arquivo de fotografias e de vídeos das entrevistas
Perfil das colaboradoras (entrevistadas)	Possuem conhecimento, experiência, influência e acesso às informações nas áreas de análise em estudo

Levando em conta o descritivo acima, as perguntas foram elaboradas e divididas em quatro blocos. O objetivo foi dinamizar a conversa, formatar uma produção com possibilidade de veiculação em rádio e, principalmente, deixar as perguntas mais emblemáticas para o fim, quando as colaboradoras estavam mais à vontade.

5.3.1. Sobre trajetória e perfil

- a) O seu currículo e a sua trajetória profissional estão completamente envolvidos com as questões de gênero. Como ocorreu esta aderência?
- b) Em toda a sua atuação, destacamos a participação no projeto referenciado, mas também a sua militância na área de gênero e o seu envolvimento com as questões de gênero. Quais são os elementos que incentivam a sua atividade profissional?

5.3.2. Sobre jornalismo e gênero no Brasil

- a) Quais são as características dos textos publicados sobre mulher e mídia, com ênfase no jornalismo brasileiro?
- b) Qual a principal mensagem transmitida pelo jornalismo brasileiro sobre as questões de gênero?

5.3.3. Sobre o projeto de jornalismo e gênero

- a) Quais motivos que levaram você e as outras participantes do projeto a desenvolvê-lo?
- b) Como é possível sustentar e manter o projeto em atividade?
- c) O que você enxerga como melhoria depois de passado algum tempo da idealização do projeto e o que é preciso para potencializá-lo e atingir maior alcance?

5.3.4. Contexto e caminhos: jornalismo e gênero

- a) Você classificaria a iniciativa do projeto como uma ação de apoio e incentivo ao debate sobre gênero e jornalismo? Por quê?

b) Qual a relação da academia e dos cursos de jornalismo com o seu projeto e o que você julga ser importante ressaltar para trabalhar a igualdade de gênero no ensino de jovens universitários da área?

5.4. Entrevista 1: Instituto Patrícia Galvão – Mídia e Direitos (IPG)

5.4.1. Etapas de construção e produção da entrevista

A etapa inicial foi definida em função da escolha do projeto de jornalismo e gênero a ser analisado, cujo teor deveria ser socialmente relevante e inovador no cenário nacional. Foram levantados projetos que envolvessem o processo jornalístico e vislumbressem trabalhar com características processuais do campo em sua totalidade, como pauta, fonte e mensagem. De maneira geral, procurou-se elencar iniciativas comprometidas com a democratização do universo feminino no jornalismo brasileiro.

Definido o projeto analisado da pesquisa – o IPG – optou-se por entrevistar Jacira Vieira de Melo, cujo perfil impreterivelmente conectado às áreas de jornalismo e de gênero, torna inquestionável sua aderência a esta pesquisa. Foram consideradas, neste processo, características multifacetadas e conhecimento acumulado, como experiência, influência e acesso a informações nas áreas de estudo.

De acordo com informações publicadas no site do IPG⁶⁸, organização sem fins lucrativos criada em 2001, “o objetivo principal é dar maior amplitude à cobertura jornalística, influenciando no comportamento editorial sobre problemas, propostas e prioridades que atingem a 51% da população do país: as mulheres”. A entidade trabalha com sugestões de pautas, notícias selecionadas, indicações de fontes qualificadas, dados, pesquisas, indicadores e artigos de opinião.

No portal de notícias da Agência Patrícia Galvão⁶⁹, projeto que faz parte do IPG desde 2009, encontram-se listadas as seguintes atividades:

- Sugerir abordagens não exploradas e fontes qualificadas para ampliar, diversificar e aprofundar o debate de ideias e reforçar as demandas das mulheres por políticas públicas;

⁶⁸Disponível em: <https://agenciapatriciagalvao.org.br/projetos-vigentes/>. Acesso em: 25 mai. 2018.

⁶⁹Disponível em: <https://agenciapatriciagalvao.org.br/quem-somos/>. Acesso em 25 mai. 2018.

- Realizar a produção de sugestões de pauta, combinar captação, análise e gestão de informações relevantes com potencial para se tornarem notícias;
- Influenciar o debate público, demandar respostas do Estado, promover mudanças na sociedade e na própria mídia;
- Realizar pesquisas de opinião pública em nível nacional;
- Produzir campanhas publicitárias contra a violência doméstica;
- Promover oficinas de mídia para lideranças sociais e especialistas;
- Realizar seminários nacionais sobre assuntos relacionados à mulher e à mídia.

5.4.2. Colaboradora: perfil, atuação e produção

Jacira Vieira de Melo, graduada em filosofia pela USP e mestre em Ciências da Comunicação pela ECA-USP, é associada fundadora e diretora executiva do IPG. Além disso, ela é coordenadora e autora de diversos conteúdos multimídia sobre direito das mulheres com abordagens como a divisão sexual do trabalho, o planejamento familiar, os direitos reprodutivos, a violência contra as mulheres, as mulheres em espaço de poder e decisão, a desigualdade racial, políticas públicas com perspectivas de gênero e raça e representação das mulheres na mídia. A autora também é consultora para avaliação institucional de organizações da sociedade civil e da comunicação.

A pesquisadora defendeu a sua dissertação, intitulada *Trabalho de formiga em terra de tamanduá: a experiência feminista com vídeo*⁷⁰, em 1993, sob orientação da Profa. Dra. Alice Mitika Koshiyama. A pesquisa analisa produções audiovisuais com teor feminista entre os anos de 1981 e 1992 e atua sobre dois distintos patamares: elencar, sistematizar e tornar públicas as produções e videotecas específicas sobre o assunto e avaliar a produção e difusão dos centros de redes de apoio à mulher, vigentes nas últimas décadas do século passado.

No desenvolvimento da dissertação já é possível notar sua aproximação com a área da comunicação com um olhar alternativo, tanto na utilização do objeto de pesquisa como na escolha da bibliografia utilizada. Alguns exemplos, encontrados no primeiro capítulo da dissertação, intitulado *Novas tecnologias audiovisuais: o difícil caminho da comunicação alternativa*, são as citações da pesquisadora Regina Festa, na tese *TV dos trabalhadores: a leveza do alternativo*, de 1991, além de referências ao texto publicado em 1983 por Fred Stangelaar, *Comunicación Alternativa y video-cassette: perspectivas en America Latina*.

A mistura das referências contemporâneas de gênero utilizadas no mestrado, como a historiadora francesa Michele Perrot, as sociólogas brasileiras Eleonora Menicucci Oliveira e

⁷⁰VIEIRA DE MELO, Jacira. **Trabalho de formiga em terra de tamanduá: a experiência feminista com vídeo**. 1993. Mestrado. Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo. São Paulo.

Albertina de Oliveira Costa, aliaram-se à significativa aderência que Jacira⁷¹ possui no campo das entidades e organizações feministas nacionais, área em que filósofa nunca deixou de atuar.

A entrevistada trabalhou como coordenadora de Comunicação na Rede Nacional Feminista de Direitos Sexuais e Reprodutivos e atuou na Sempre Viva Organização Feminista (SOF), onde foi responsável pela comunicação institucional. No Conselho da Condição Feminina de São Paulo foi coordenadora de Comunicação Audiovisual. Desde os anos 2000, a colaboradora participou ativamente das conferências nacionais de políticas para as mulheres, desenvolvendo atividades e conteúdo para fortalecer e contribuir com processos organizativos locais.

Jacira participou das conferências das Nações Unidas sobre a Mulher nos anos 2000, em Nova York, nos Estados Unidos, e em 1995 participou da IV Conferência Internacional de Mulheres, em Pequim, na China, como membro da delegação da sociedade civil brasileira.

A carreira como documentarista é vasta e conta com mais de 25 trabalhos em vídeo. A produção *Contrário ao Amor*, de 1986, mostra mulheres que recorrem à Delegacia da Mulher, em São Paulo. O documentário *Beijo na Boca*, de 1987, retrata a Boca do Lixo, região localizada no bairro da Luz, na cidade de São Paulo, e aborda o universo das prostitutas. Logo após o lançamento destes documentários, Jacira recebeu os prêmios de melhor direção, pela *Videobrasil*; de melhor documentário, pelo *Rio Cine Festival*; e o prêmio *Coral de Documentário*, em Havana, Cuba. As produções também foram referenciadas em livro na *Coletânea Aprofundamentos*, de 1992, com fins didáticos e pedagógicos para utilização em sala de aula.

Na área acadêmica, a filósofa e especialista em gênero também acumulou artigos publicados em revistas ou que constituem capítulos de livros, nos quais realiza abordagens sobre saúde, política e opinião pública. Alguns exemplos das publicações:

- *Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado: uma década de mudanças na opinião pública*⁷², organizada pelo Núcleo de Opinião Pública da Fundação Perseu Abramo, em 2013;

⁷¹Optou-se por se aludir às entrevistadas por seus primeiros nomes a partir da segunda referência que é feita a elas em cada subitem deste capítulo. Dessa forma, pretende-se dar menos formalidade a estas mulheres, cujas falas, colhidas diretamente por esta pesquisadora, são a base deste capítulo e uma etapa importante da tese.

⁷²VENTURI, Gustavo; GODINHO, Tatau (Orgs.). **Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado**: uma década de mudanças na opinião pública. São Paulo: Fundação Perseu Abramo / Edições Sesc-SP, 2013.

- *Mulheres nas eleições em 2010*⁷³, organizada por José Eustáquio Diniz Alves, Céli Regina Jardim Pinto e Fátima Jordão e editada pela ABCP/Secretaria de Políticas para as Mulheres, em 2012;
- *Comunicação e mídia para profissionais de saúde que atuam nos serviços de atenção para mulheres e adolescentes em situação de violência doméstica e sexual*⁷⁴, elaborada pelo Ministério da Saúde – Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas e editada pela Editora do Ministério da Saúde, em 2009.

Considerando-se toda a pesquisa realizada sobre a colaboradora, destaca-se o fato de Jacira estar ligada ao projeto escolhido para análise metodológica: o Instituto Patrícia Galvão – Mídia e Direitos (IPG), cujo objetivo, resalte-se, é produzir e publicar conteúdo multimídia sobre os direitos das mulheres brasileiras.

5.4.3. Introdução à entrevista

Realizada a pesquisa empírica sobre o IPG e a atuação profissional de Jacira, entrou-se em contato com a especialista via e-mail, telefone e assessoria de imprensa para o aceite e definição de datas. A gravação ocorreu no dia 07 de março de 2017, no Laboratório de Radiojornalismo João Walter Sampaio Smolka da ECA-USP, em São Paulo. O questionário da entrevista foi adaptado com base na produção profissional da entrevistada e foram considerados igualmente relevantes aspectos acadêmicos, pessoais e intelectuais.

Como a formação de Jacira ocorreu na USP, a escolha do Laboratório de Radiojornalismo da ECA tornou-se algo próximo e familiar à entrevistada, contribuindo para que aspectos acadêmicos e pessoais fossem relevantes no bate-papo. A entrevista ocorreu por volta das 10 horas da manhã e teve duração de aproximadamente uma hora. No entanto, o período matutino daquele dia foi totalmente tomado para a atividade em si. Todo o preparo do laboratório foi operacionalizado com a colaboração do Prof. Dr. Luiz Fernando Santoro e do Prof. Dr. Luciano Victor Barros Maluly, que gentilmente administraram com bastante antecedência todas as questões técnicas de viabilização dos equipamentos do estúdio.

⁷³Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Comunicação e mídia para profissionais de saúde que atuam nos serviços de atenção para mulheres e adolescentes em situação de violência doméstica e sexual**. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2009.

⁷⁴Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/comunicacao_midia_profissionais_saude.pdf. Acesso em: 22 ago. 2017.

Ao final da gravação, esta pesquisadora ofereceu uma carona à entrevistada. Como a aproximação ocorreu de forma harmoniosa e espontânea, conversas sobre as relações de gênero e nossas vidas privadas tornaram o objeto da tese algo comum e relevante na relação entrevistada-entrevistadora.

5.4.4. Memorando da entrevista

A gravação ocorreu obedecendo ao questionário pré-elaborado na descrição metodológica do capítulo. Todavia, a entrevista foi aberta, tendo como desdobramentos outras informações não necessariamente vinculadas às perguntas da pesquisa prévia. Tópicos como a inserção da mulher nos cargos políticos nacionais, carnaval, violência doméstica, o vírus Zika, entre outros temas, são exemplos de assuntos paralelos que permearam a conversa.

Jacira Viera de Melo (2017) iniciou sua narrativa descrevendo o seu primeiro contato com a USP, no curso de graduação em filosofia. A entrevistada lembrou a aula inaugural realizada para os alunos ingressantes e cujo teor sobre racismo e gênero marcou sua vida dali em diante. “Foram tantas novidades, que me lembro de não conseguir dormir naquela noite”.

Na ocasião, foi criado o Grupo Feminista 8 de Março, em alusão à data conhecida por ser o Dia Internacional de Luta das Mulheres. “Escolhemos este nome porque esta data não era muito conhecida ainda”. Hoje, existem coletivos feministas em muitas escolas, mas quando ocorreu sua inserção na universidade não era comum. “Lembro que, na época, Marilena Chauí, filósofa e professora titular da Filosofia, com então 35 anos, era uma professora muito jovem e achou o máximo um grupo feminista na USP”.

É importante ressaltar que alguns trechos da entrevista foram melhores do que outros. No início, talvez por se tratar de um momento mais tímido de gravação, a entrevista não ficou tão solta como no trecho final. Ao falar sobre os elementos incentivadores de sua carreira, a colaboradora mencionou que fatos corriqueiros e cotidianos são pontos-chave para querer uma mudança social. “Os elementos incentivadores acontecem todo dia”.

De acordo com Jacira (2017), basta olhar para as mulheres e perceber, na realidade em que vivem, a desigualdade de gênero. “Desde criança, eu tenho uma visão crítica da mulher no mundo. Todo dia nós temos uma guerra a enfrentar”. Neste ponto, a entrevistada fez uma pausa para reafirmar a condição da mulher negra, como algo ainda mais difícil. Em seguida, ela continuou tratando de elementos incentivadores e sua atenção voltou-se para a criação de um

projeto civilizatório no qual raça, gênero e classe social não devem ser conceitos para discriminação.

Jacira (2017) falou sobre a desigualdade de gênero na política. Analisando especificamente as eleições de 2016, ela apontou que dez capitais brasileiras avançaram, elegendo mulheres para as Câmaras Municipais, mas outras treze retrocederam. A entrevistada enxerga um ganho na cobertura da mídia em torno desta pauta, mas acredita que há uma estagnação muito grande referente a algumas pautas femininas como, por exemplo, a violência doméstica. A colaboradora, porém, mencionou que quando a abordagem versa especificamente sobre política, constata-se uma melhora nas narrativas, tanto do ponto de vista qualitativo como quantitativo.

Apesar de a pauta da entrevista ter sido prolongada, os pontos acima citados pela colaboradora se encaixam como exemplos de luta e, por isso, são elementos incentivadores de sua trajetória profissional. Ao ser perguntada sobre as características dos textos publicados a respeito do universo da mulher na mídia, enfaticamente no jornalismo brasileiro, Jacira (2017) afirmou que, para se analisar este campo, é necessário olhar por temas. No caso de coberturas sobre política, ela entende que há observação e contextualização do assunto. Entretanto, quando o tema é violência doméstica, predominam abordagens sobre a vida da mulher que sofreu agressão e procura-se justificar o ato e, em suas palavras, “quem justifica concede”.

Para Jacira (2017), as matérias sobre mulheres mais publicadas na grande mídia são exatamente as que tratam da violência doméstica. A filósofa classificou o jornalismo em duas grandes categorias: a primeira, refere-se àquele que produz notícias; a segunda, ao jornalismo que apenas repassa e reproduz textos produzidos por terceiros. Em suas palavras, no jornalismo local, produzido em cidades de pequeno e de médio porte, ainda há manchetes muito preconceituosas com relação à mulher, textos que são de difícil leitura e que não representam a contemporaneidade, mas épocas passadas.

Desigualdade e diversidade

Segundo Jacira (2017), “jornalismo é um espaço de discussão e crítica em um ambiente democrático”. Ela acredita que, para se avançar na cobertura midiática, é preciso que as escolas e as universidades promovam este debate. “Os alunos e alunas precisam ter a dimensão das desigualdades e das diversidades. Precisam de uma formação no campo dos direitos humanos”. A especialista lembrou que estes temas necessitam urgentemente estar na grade curricular dos cursos.

Ao comentar sobre a criação do Instituto Patrícia Galvão, em 2001, a filósofa contou que foi uma iniciativa de 29 mulheres. A principal intenção era fornecer dados para a mídia sobre a discriminação contra as mulheres. O IPG foi a primeira organização de mulheres no Brasil a trabalhar, todos os anos, encomendando pesquisas de percepção. “A nossa primeira pesquisa de percepção foi sobre a incidência do HIV nas mulheres”, disse. De acordo com ela, quem não trabalha com pesquisa não imagina, mas a população está muito à frente das instituições em termos de criticidade. “Foi uma pesquisa com apoio da ONU Mulheres e, naquela época, foi incrível diagnosticar que as mulheres estavam extremamente à frente do que se imaginava com relação ao uso da camisinha”, destacou.

Jacira (2017) explicou, por meio de exemplos práticos, o projeto que coordena:

Utilizamos conteúdo de pesquisa, deixamos seu teor muito bem explicado e pronto para divulgação para as redações do Brasil. Usamos fontes diversas: médicos, sociólogos, entre outros, mas é pré-requisito que as fontes tenham visão de gênero.

A missão do IPG é divulgar tais pesquisas para os jornalistas por meio de conteúdo, de pautas, de gráficos etc. Jacira (2017) justificou: “fazemos isso porque o jornal é lido pelas pessoas que estão em local de poder neste País. Mesmo quem não o acessa, informa-se pelas rádios, que sempre leem o jornal e nos contam a notícia”.

Ao abordar a incidência do vírus Zika entre 2015 e 2016, a entrevistada contou que o IPG recebeu uma verba emergencial da Fundação Ford: “A partir deste momento, batemos na porta dos centros de pesquisa para solicitar apoio e sempre conseguimos, dos institutos, uma parceria”. Designadamente, neste caso, o site *Babycenter*⁷⁵, local de informações para mães e pais, contando com mais de 5 milhões de usuárias, ajudou na divulgação de um questionário. “Ao final, nossas ações sobre o vírus Zika foram muito divulgadas pela imprensa no Brasil, mas muito mais pela imprensa internacional”.

Um dos pontos mais interessantes da entrevista foi a explicação de Jacira (2017) sobre a atuação e o cotidiano da Agência Patrícia Galvão. Algumas novidades do projeto por ela idealizado e administrado são as pesquisas de opinião aliadas ao monitoramento que realizam da mídia sobre os principais assuntos de interesse da mulher. As parcerias nacionais e internacionais que o viabilizam também são significativas para entender e garantir a sustentabilidade da agência.

⁷⁵Disponível em: <https://brasil.babycenter.com/>. Acesso em: 29 set. 2017.

Quando se abordou a internacionalização das questões mulher e mídia, a colaboradora mencionou que, nos Estados Unidos, o tema feminismo possui uma cobertura muito mais pulverizada e analítica e uma cobrança permanente por aprofundamento vinda das jornalistas estadunidenses. Outro exemplo citado foi a Argentina, onde, na área do Direito, especificamente nas Defensorias e Promotorias públicas, as questões de gênero estão avançando e há também um campo de atuação em torno da violência midiática.

Para explicar o que é violência midiática, a colaboradora recorreu novamente ao caso da cobertura sobre o vírus Zika (em 2015 e 2016), momento em que a mídia nacional realizou uma divulgação pouco realista, relatando casos de bebês e de pessoas que conviviam normalmente com a microcefalia. Para ela, isso é consequência do receio do debate a respeito do abortamento⁷⁶ e do domínio sobre o corpo da mulher. “O jornalismo nacional não foi capaz de fazer uma discussão séria do tema. Nós fomos atrás de especialistas e constatamos que estes bebês teriam consequências muito mais graves do que se divulgava”.

Jacira (2017) explicou que, na rotina do IPG, a primeira jornalista a chegar, utilizando-se de palavras-chave, realiza o *clipping*, que no jargão jornalístico significa o trabalho de monitoramento da mídia em torno de determinado(s) tema(s) para se inteirar sobre o que foi divulgado naquele dia. Logo depois, iniciam-se as ações de *network*. “A busca se restringe a jornais e sites noticiosos. Em seguida, participamos de reuniões com a ONU Mulheres, a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS), entre outras”. Para a colaboradora, de todas as observações, o que importa é entender o que é notícia e o que não é. “Escolhido o tema, nós monitoramos a mídia”.

Ao mencionar sobre os custos do IPG, a colaboradora fez uma pausa em sua fala e, enfaticamente, comentou sobre dificuldades: “a sustentabilidade do Patrícia Galvão é muito difícil. Antes, também tínhamos o apoio da Secretaria de Política para as Mulheres”.

Em suas palavras finais, ao comentar a respeito do feminicídio, Jacira (2017) mencionou que, com a cobertura da imprensa sofrendo mudanças, automaticamente os homens não vão se sentir autorizados a matar. “Nós precisamos que bons textos cheguem aos operadores de Justiça nacional, a homens e a mulheres com cargos públicos de influência. Para isso, precisamos trabalhar o debate público via mídia”.

⁷⁶É comum, mesmo nas narrativas dos veículos de comunicação, se empregar o termo “aborto” de forma generalista. O termo “abortamento” se refere ao processo realizado e o termo “aborto” está vinculado ao produto eliminado, no caso, o feto.

Tabela 2 – Quadro de análise: Instituto Patrícia Galvão (IPG), entrevista com Jacira Vieira de Melo

Trajétoria profissional e pessoal	Os elementos incentivadores acontecem todo dia. Desde criança, eu tenho uma visão crítica da mulher no mundo. Todo dia nós temos uma guerra a enfrentar.
Jornalismo	O jornalismo é um espaço de discussão e crítica em um ambiente democrático.
	O jornalismo tem duas grandes categorias. A primeira se refere àquele que produz notícias e, a segunda, ao tipo de jornalismo que apenas repassa e reproduz textos produzidos por terceiros.
Jornalismo e Mulher	A pauta mais publicada é sobre a violência doméstica.
	No caso de coberturas sobre política, entende-se que há observação e contextualização do assunto, mas, quando o assunto é a violência doméstica, há ainda uma busca incessante por pautas sobre a vida da mulher que sofreu a agressão.
Formação em Jornalismo	Os alunos e alunas precisam ter a dimensão das desigualdades e das diversidades, precisam de uma formação no campo dos direitos humanos. Estes temas necessitam urgentemente estar na grade curricular dos cursos.
O Projeto	O Instituto foi a primeira organização de mulheres no Brasil a trabalhar todos os anos encomendando pesquisas de percepção.
A Pesquisa	Quem não trabalha com pesquisa (de percepção) nem imagina, mas a sociedade está anos-luz na frente das instituições em termos de criticidade.
	A nossa primeira pesquisa de percepção foi sobre a incidência do HIV sobre as mulheres.
Atuação do Projeto	Então, o que faz o IPG? Nós utilizamos conteúdo de pesquisa, deixamos seu teor muito bem explicado e pronto para divulgação para todas as redações do Brasil. Utilizamos também muitas fontes de todas as áreas, médicos, sociólogos e profissionais da saúde, mas é pré-requisito que as fontes tenham visão de gênero.
Necessidade e visão	Fazemos isso porque o jornal é lido pelas pessoas que estão em local de poder neste país. Mesmo quem não o acessa, informa-se pelas rádios, que sempre leem o jornal e nos contam a notícia.
Parcerias	As parcerias nacionais e internacionais que viabilizam também são significativas para entender e garantir a sustentabilidade da Agência como um todo.
Internacionalização	O feminismo, nos Estados Unidos, possui uma cobertura muito mais pulverizada e analítica na mídia e uma cobrança permanente por aprofundamento vinda das jornalistas estadunidenses.
	A Argentina é o país onde no Direito, especificamente na Defensoria e a Promotoria públicas na área de gênero, estão avançando e na qual existe o campo de atuação da violência midiática.
Cotidiano do Projeto	No cotidiano do IPG, a primeira jornalista a chegar realiza o <i>clipping</i> e depois são realizadas ações de <i>network</i> . Nós trabalhamos com palavras-chave e a busca se restringe a jornais e sites noticiosos. Em seguida, participamos de reuniões e trocamos informações com a ONU Mulheres e a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS), entre outras. Destas observações, o que nos guia muito é entender o que é notícia e o que não é. Escolhido o tema, nós monitoramos a mídia.
Sustentabilidade do Projeto	A sustentabilidade do Patrícia Galvão é muito difícil. Antes, também tínhamos o apoio da Secretaria de Política para as Mulheres.
Apelo ao Poder Público	Nós precisamos que bons textos cheguem aos operadores de Justiça nacional, a homens e a mulheres com cargos públicos de influência. Para isso, precisamos trabalhar o debate público via mídia.

5.4.5. Pontos-chave inovadores do projeto

Além das frases mencionadas no quadro de análise (**tabela 2**), é importante apontar os aspectos mais inovadores do projeto. Elencam-se a seguir quais são as estratégias que diferenciam a atuação do Instituto Patrícia Galvão – Mídia e Direitos (IPG) no campo jornalístico:

- a) Realização de **pesquisas de opinião com mulheres**: diante dos problemas sociais constatados, busca-se compreender a visão feminina sobre o fenômeno em si, como nos casos sobre os vírus Zica e HIV;
- b) **Monitoramento da mídia**: tática para compreender quais são os assuntos em **destaque** ou ocultos no cenário midiático nacional. Diante dos assuntos divulgados, monitora-se também a **frequência** e de que forma é realizada a publicação;
- c) **Produção destinada ao poder público**: circulação textual de qualidade para atingir **operadores de Justiça nacional**, homens e mulheres com cargos públicos de influência.

5.4.6. Fotos da entrevista com Jacira Vieira de Melo

Fotos 1, 2, 3 e 4 – Jacira Vieira de Melo e esta pesquisadora no Laboratório de Radiojornalismo da ECA-USP





Crédito das fotos: Prof. Dr. Luciano Victor Barros Maluly

5.5. Entrevista 2: Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu (NEG-Pagu) e *Cadernos Pagu*

5.5.1. Introdução à entrevista

A indicação do Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu (NEG-Pagu) para integrar esta pesquisa veio da professora do Departamento de Jornalismo e Editoração da ECA-USP, Alice Mitika Koshiyama, no exame de qualificação, realizado no final de 2016. Em sua análise, era necessário inserir neste trabalho referências no campo de estudos de gênero. Os *Cadernos Pagu* – publicação vinculada ao NEG-Pagu – são conhecidos por alcançar distintas gerações de pesquisadores em diferentes regiões do Brasil e do mundo.

Na interpretação de Koshiyama, as primeiras tentativas de objeto de estudo pesquisados anteriormente ao exame de qualificação não eram notoriamente conhecidas e, apesar de serem socialmente relevantes, não existiria a certeza de que seguiriam em funcionamento até o final da tese, ou mesmo após a pesquisa.

No início, ocorreram dúvidas. Contudo, o fato de o Núcleo estar ligado a Patrícia Galvão (1910-1962), jornalista brasileira com significativa influência pública, a indicação foi aceita, levando-se em conta, ainda, que esta segunda entrevista estabeleceria um diálogo com a primeira, realizada com a coordenadora do IPC. Ou seja, para além do nome de Patrícia Galvão, a Pagu, existia uma sintonia política entre ambas as organizações e, provavelmente, uma complementaridade entre as mulheres entrevistadas.

Os contatos iniciais foram realizados via telefone, em seguida, o Prof. Dr. Luciano Victor Barros Maluly enviou um pedido formal por e-mail, solicitando a entrevista para fins acadêmicos. Após uma consulta prévia com a coordenadora Regina Facchini, foram indicados os nomes das pesquisadoras Iara Aparecida Beleli e Karla Adriana Martins Bessa para a entrevista.

O encontro ficou marcado para dia 18 de outubro de 2017. Foi necessário o contato com um motorista profissional de empresa ligada à área de transportes privados urbanos. Por isso, contratamos o trabalho de João Vicente Vitalli, amigo pessoal do Prof. Maluly, que gentilmente auxiliou nas fotos feitas no local. Durante o transporte Campinas-São Paulo-Campinas, também estabelecemos boas conversas sobre a tese e os temas abordados nesta pesquisa.

A entrevista começou às 14 horas, na sala de reuniões do NEG-Pagu. Estiveram presentes as duas pesquisadoras indicadas. No começo, todos se apresentaram e iniciamos ali um bate-papo informal. Logo depois, o Prof. Maluly e o motorista Vitalli se retiraram do local. Seguiu-se a entrevista, obedecendo ao roteiro de perguntas previamente elaboradas.

Iara chegou primeiro e sugeriu um esclarecimento sobre os objetivos da tese. Para além da entrevista, a especialista demonstrou-se solícita a indicar caminhos e sugestões de bibliografia para a pesquisa. Neste primeiro momento, o encontro mudou de foco e a colaboradora se tornou entrevistadora, diagnosticando sutilmente quais eram as finalidades daquela viagem a Campinas e, especificamente, do estudo sobre os *Cadernos Pagu*.

No início da conversa, tanto Iara como Karla afirmaram que estavam fazendo análises no lugar de profissionais que estudam a área da Comunicação, mas não se sentiam totalmente à vontade para falar como jornalistas porque esta não era sua área de formação ou de estudo. Porém, diante da explicação de que esta pesquisa pretendia dialogar com especialistas de gênero que desenvolvem projetos vinculados às Ciências Sociais Aplicadas e, principalmente, consomem notícias ou são impactadas pelo jornalismo e pela mídia, ficou claro qual era a expectativa em relação a cada uma naquela conversa.

O diálogo ocorreu na agitada sala de reunião do NEG-Pagu, entre as estantes que continham todas as publicações impressas dos *Cadernos Pagu*, lugar que também funciona como biblioteca e conta com a presença de uma funcionária para orientar pesquisadores e alunos. É um espaço que, para as duas entrevistadas, simboliza onde a história do Núcleo começou, constituindo o “coração” do NEG.

5.5.2. Histórico do Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu (NEG-Pagu)

Segundo informações publicadas do site institucional do NEG-Pagu⁷⁷, o Núcleo encontra-se vinculado à Unicamp e sua criação ocorreu em 1993, a partir do resultado do trabalho de pesquisadores (as) provenientes de distintos campos disciplinares, interessados em dialogar com as teorias feministas e de gênero. Além de pesquisadores plenos e colaboradores vinculados à Universidade, participam do projeto outras instituições, como a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), a Universidade Estadual Paulista (Unesp) e pesquisadores pós-doutorandos ligados a agências financiadoras nacionais e internacionais. “A interdisciplinaridade, marca das pesquisas realizadas no NEG-Pagu, ramifica-se pelas diversas vertentes da problemática associada ao conceito de gênero – sociais, econômicas, antropológicas, históricas e políticas”, registra o site institucional.

Segundo o site institucional, o Núcleo é composto pelas seguintes linhas de pesquisa:

- a) Arenas de agenciamento, ações políticas e políticas públicas;
- b) Curso da vida e geração;
- c) Intimidades: parentesco, relações amorosas, cuidado;
- d) Migrações, mobilidades territoriais e transnacionalidade;
- e) Produção cultural, cultura visual e mídia;
- f) Relações de trabalho;
- g) Saberes científicos;
- h) Sexualidade;
- i) Teorias feministas, de gênero e perspectivas disciplinares e;
- j) Violência, tráfico de pessoas, prisões, distribuição de justiça e práticas jurídicas.

Com a finalidade de demonstrar o escopo de investigações abrangentes na área da Comunicação, destacam-se alguns temas e produções vinculados à cultura e à mídia, como corporalidades, raça, religiosidade, sexualidade e homoerotismo.

5.5.3. Histórico da revista *Cadernos Pagu*

*Cadernos Pagu*⁷⁸ é uma revista online, de acesso aberto e gratuito, criada também em 1993 e vinculada ao NEG-Pagu, pertencente à Unicamp. Segundo consta no sistema de bibliotecas da Universidade, a publicação possui periodicidade quadrimestral, conteúdo

⁷⁷Disponível em: <https://www.pagu.unicamp.br>. Acesso em: 12 out. 2017.

⁷⁸Disponível em: <https://www.pagu.unicamp.br/pt-br/cadernos-pagu> e <http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu>. Acesso em: 12 out. 2017.

interdisciplinar e tem como objetivo contribuir para ampliar e fortalecer o campo interdisciplinar de estudos de gênero, dando visibilidade à produção realizada no Brasil e promovendo o intercâmbio de conhecimento internacional sobre a questão.

A revista publica artigos inéditos com contribuições científicas originais que colaborem para a inovação teórica, metodológica e/ou agreguem conhecimento empírico inovador e debates em torno de textos teóricos relevantes no campo dos estudos de gênero, viabilizando a difusão de conhecimentos na área e a leitura crítica da produção internacional. Aponta a página institucional sobre os *Cadernos Pagu*⁷⁹:

Publica, ainda, dossiês temáticos, entendidos como conjuntos articulados e heterogêneos de artigos que propiciem reflexão crítica sobre o tema em foco, suas diferentes e divergentes fontes teóricas, conceituais e metodologias de pesquisa.

No histórico disponibilizado sobre a revista, divulga-se que o primeiro número foi escrito por integrantes do Núcleo, porém, já na segunda e terceira edições, a publicação redefiniu sua política editorial e, ao mesmo tempo, aceitou contribuições de pesquisadores brasileiros e estrangeiros. Neste momento, foi constituído um corpo de pareceristas *ad-hoc* e um conselho editorial. A partir do quinto número, *Cadernos Pagu* passou a receber financiamento externo à Unicamp. Em 2017, na avaliação *Qualis* realizada pela Capes, a publicação recebeu nota A1.

5.5.4. Colaboradoras: perfis, atuação e produção

5.5.4.1. Profa. Dra. Iara Aparecida Beleli

Iara Aparecida Beleli⁸⁰ é historiadora formada pela Unicamp em 1983, instituição a que se dedica até hoje e onde estuda as áreas de gênero e comunicação. Atualmente, ela é pesquisadora e coordenadora do NEG-Pagu. Seu campo de atuação é voltado para variadas mídias, especialmente internet, e teorias feministas, com intersecções nos estudos de raça, etnia, sexualidade e nacionalidade.

⁷⁹Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu>. Acesso em: 13 out. 2017.

⁸⁰Principais dados extraídos da Plataforma Lattes. Disponível em:

<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4789624E6>. Acesso em: 25 mar. 2017.

A pesquisadora tem uma passagem pela PUC-SP para a realização de seu mestrado. Na ocasião, ela analisou as novas dinâmicas de gênero em relacionamentos amorosos. A dissertação *Gênero e amor: experiências, encontros e desencontros (1970-1990)*, defendida em 1999, está disponível no acervo digitalizado do NEG-Pagu⁸¹. A pesquisa centrou-se, a partir de relatos, memórias e narrativas, na reflexão sobre as concepções de feminilidade e de masculinidade, analisando possíveis transformações ocorridas nas relações de 1970 a 1990. Iara relatou a experiência de homens e de mulheres entre 40 e 50 anos de idade, pertencentes às camadas médias urbanas e que, de alguma forma, foram influenciados pelo movimento feminista da época.

Em seguida, Iara iniciou seus estudos de doutorado, que se estenderam de 2000 a 2005. A tese, desenvolvida na área de Ciências Sociais da Unicamp, intitula-se *Marcas da diferença na propaganda brasileira* e está disponível na biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da instituição⁸². Neste trabalho, a pesquisadora aborda o imaginário na publicidade e a sexualização dos produtos trabalhados na mídia, delimitando as diferenças entre sexo, gênero, raça. Sua análise está focada, entre outras questões, na promoção do consumo que valoriza e distingue categorias de pessoas, estabelecendo condutas de um modo de ser “nacional”, delineando particularidades da imagem do Brasil e, conseqüentemente, da mulher brasileira.

Iara realizou dois pós-doutorados. O primeiro, no Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), em Portugal, em 2008, e o segundo, na Universitat Rovira i Virgili, em Tarragona, na Espanha, em 2012. Nos dois casos, ela debruçou-se sobre temas relacionados a gênero, raça e sexualidade. No primeiro projeto, a pesquisadora trabalhou com a imagem do Brasil na mídia portuguesa e a transnacionalização de identidades para brasileiras/os que moram, trabalham e vivem no exterior. No segundo, pesquisou a circulação de produtos brasileiros na Espanha, realizando entrevistas em profundidade com comerciantes e consumidores brasileiros e espanhóis.

⁸¹BELELI, Iara Aparecida. **Gênero e amor: experiências, encontros e desencontros (1970-1990)**. 1999. Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo. Disponível em: https://www.pagu.unicamp.br/pf-pagu/public-files/arquivo/02_beleli_iara_novo_pdf_termo_0.pdf. Acesso em: 25 mar. 2017.

⁸²_____. **Marcas da diferença na propaganda brasileira**. 2006. Doutorado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/279871/1/Beleli_Iara_D.pdf. Acesso em: 25 mar. 2017.

5.5.4.2. Profa. Dra. Karla Adriana Martins Bessa

Com graduação, mestrado e doutorado em história, Karla Adriana Martins Bessa⁸³ dedica sua experiência profissional à pesquisa e à docência. Iniciou seus estudos na Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e ingressou na pós-graduação *stricto sensu* na Unicamp.

No mestrado, *Jogos de sedução: práticas amorosas e práticas jurídicas. Uberlândia, 1950-1970*⁸⁴, concluído em 1994, Karla analisou as facetas culturais sobre os códigos e representações da sedução e das relações amorosas, estabelecendo um diálogo com a historiografia e a documentação de processos criminais voltados à sedução na cidade de Uberlândia, em Minas Gerais, utilizando parte da literatura jurídica sobre o assunto, além de filmes, contos e também uma revista local, a *Elite Magazine*, com foco na seção *Feminina*.

Na tese de doutorado *(Entre)cruzando histórias: gênero e historiografia brasileira-1961-1996*⁸⁵, defendida em 2000, ela trabalhou a questão da identidade na história do Brasil do século XX. Sua análise debruçou-se sobre o primeiro Simpósio de Professores Universitários de História (APUH), na década de 1960, e a consequente divulgação dos Anais deste encontro, além da publicação da *Revista Brasileira de História*, no início na década de 1980. Sua pesquisa partiu destes dois periódicos para investigar a formação da história das mulheres e dos estudos de gênero.

A especialista possui como áreas de estudo o campo da cultura visual cinematográfica contemporânea e suas relações com gênero, raça, sexualidade, classe e escolaridade. Ela coordena o projeto *CinePagu*⁸⁶ da Unicamp. Em vigor desde 2008, a iniciativa realiza encontros com projeções gratuitas com o objetivo de promover debates temáticos no campus.

Karla realizou estágios pós-doutorais na Universidade de Michigan (2004), nos EUA, na Universidade de Lisboa (2008), em Portugal, e no King's College London (2014), na Inglaterra. Entre 2010 e 2011, foi professora visitante do Department of Film Studies, King's

⁸³Principais dados extraídos da Plataforma Lattes <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4782441Y6>. Acesso em: 25 mar. 2018.

⁸⁴BESSA, Karla Adriana Martins. **Jogos de sedução: práticas amorosas e práticas jurídicas**. Uberlândia, 1950-1970. 1994. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/279021/1/Bessa_KarlaAdrianaMartins_M.pdf. Acesso em: 25 mar. 2017.

⁸⁵_____. **(Entre)cruzando histórias: gênero e historiografia brasileira - 1961-1996**. 2000. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/280692>. Acesso em: 25 mar. 2017.

⁸⁶ Disponível em: <http://cine-pagu.tumblr.com>. Acesso em: 25 mar. 2018.

College London. Suas atividades mais recentes vinculam, além da história, estudos sobre política e *teoria queer*.

5.5.5. Memorando da entrevista

O início da conversa com as entrevistadas foi direto e facilmente adentrou-se às questões da tese. Ao tratar das características dos textos publicados por mulheres e sobre mulheres no jornalismo brasileiro, Iara Aparecida Beleli (2017) fez uma ressalva metodológica. Para ela, é preciso entender, antes de tudo, que “o termo mulher é uma coisa que foi ‘multiplicizada’. Quando você fala ‘mulher’, de que mulher você está falando? Ela é pobre, negra, rural, urbana, loira, trabalhadora, dona de casa?”. É por isso que, em sua opinião, ao analisar a presença da mulher na mídia, não se pode falar em uma “mulher, no singular. Nunca é. É preciso saber quem é esta mulher”, localizá-la no tempo, espaço e contexto socioeconômico, destacando os demais “marcadores de diferenças que se articulam na questão de gênero”.

Para Iara (2017), ao analisar as mulheres no jornalismo, seria possível fazer um paralelo com a inclusão dos negros na publicidade:

Será que ter pessoas do sexo feminino no jornalismo mudaria o jornalismo? É como na política. Mulheres na política mudam a política só porque elas têm vagina e não têm pênis? Eu acho que há mais negros na propaganda, mas isso mudou o padrão? Que negros são esses? Os negros que estão ali continuam sendo maquiados, entre aspas, ou eles têm o olho claro ou o cabelo com balanço.

No que tange à ocupação de cargos públicos e políticos por mulheres, Iara (2017) reconhece que “o fato de ser mulher não garante absolutamente nada. Difícil, para uma feminista como eu, dizer isso, mas não garante”. Para ela, existe, na verdade, um contexto político refratário às bandeiras feministas que impede o avanço nesta área, mesmo quando uma parcela importante de mulheres ocupou espaços públicos nos últimos anos.

A eleição de Dilma Rousseff foi citada como exemplo, uma vez que, para a colaboradora, mesmo sendo a primeira mulher eleita para a Presidência da República do Brasil, ela “não mexeu em coisas fundamentais como, por exemplo, a questão do aborto, apesar de possuir muitas feministas em torno dela”.

Voltando à questão específica do jornalismo, Iara (2017) questionou que “se você ficar na estatística, pode até ser que tenha aumentado muito o número de mulheres. Mas o que essas

mulheres estão pautando e como elas estão pautando?”. E acrescentou: “é interessante saber como é que a grande mídia pauta e como a imprensa alternativa está pautando”.

Ainda sobre a questão da relação entre mulheres e a pauta jornalística, a pesquisadora Karla Adriana Martins Bessa (2017) ressaltou que:

Enquanto investigadoras da área de gênero, sensíveis à questão das mulheres e leitoras de jornal, podemos dar uma opinião mínima, por exemplo, com relação à pauta. No jornalismo, eu vejo que eles têm uma pauta antenada, tem temas antenados. O problema não é a pauta. O problema são os textos mesmo, são as matérias. É ali que mora o problema. Ou seja, você consegue ver que pautam aborto, feminicídio, violência doméstica, violência contra a mulher em geral. Isso aparece nas notícias. O problema é como isso aparece, quem eles buscam para ser referência, para dar entrevistas.

Para Karla (2017), ainda persiste um vício profissional de buscar as mesmas “pseudo-autoridades” que acabam ratificando “uma visão extremamente unilateral de temas muito polêmicos”. Fazendo uma conexão entre participação política das mulheres e qualidade da representação feminina na imprensa, Karla relata que a expectativa de que a eleição de uma mulher para a Presidência do Brasil pudesse “repercutir, pelo menos em termos de jornalismo, com um certo ‘olha, vamos cuidar’ como tratar essa coisa da nomeação, do respeito, de criação de pautas”. Mas não foi isso que aconteceu: “nós ficamos sabendo de coisas importantes que a Dilma fez por vias alternativas. Porque a grande mídia ficou presa à espetacularização”, avaliou a pesquisadora.

Mulheres, internet e novas mídias

Ao serem perguntadas sobre qual seria a principal mensagem transmitida pelo jornalismo brasileiro sobre as questões de gênero e se a internet e as novas mídias impactaram de algum modo essa mensagem, as pesquisadoras trouxeram diferentes perspectivas sobre o tema. Iara (2017) iniciou sua fala estabelecendo um novo paralelo com a linguagem publicitária. Ela avaliou ser comum nesta área a crença de que:

O importante numa publicidade é o título, o que as pessoas vão ler. É somente isso. Essa coisa de você estar numa banca de jornal, as pessoas só olham o título. Elas criam a história a partir da manchete. Eu acho que isso é um pouco o que está acontecendo com a internet. As pessoas só olham a manchete e criam suas próprias histórias. Porque ela vai juntar aquilo com o pedacinho do que ela viu no *Jornal Nacional*, na *Veja*, no *Datena*.

No caso dos programas de cunho policial, Iara (2017) ressaltou que “cada frase tem um julgamento moral, principalmente em relação às mulheres. Até quando eles (*os apresentadores*) querem defender as mulheres, tem algo que aquela mulher pode ter feito que, para o receptor, ela se torna uma ré, não uma vítima”. Ela analisou que é como se ele (*o apresentador*) dissesse implicitamente que “alguma abertura ela deu, que nenhum homem é tão ruim assim”.

Concordando com este ponto de vista, Karla (2017) alertou: “Não é exagero falar nessa cultura do ódio. Está acontecendo”. E completou: “Do mesmo modo que existem blogs muito interessantes e a internet abriu uma possibilidade grande de vozes e dessa emergência de visibilidades, na mesma medida, você tem o outro lado” com blogs e sites difundindo mensagens retrógradas e misóginas. Sobre impacto desta imprensa alternativa, Iara (2017) ainda questionou: “quanto dessa mídia alternativa, que é uma miríade de blogs e páginas pessoais, chega, de fato, na população?”.

Contudo, as duas pesquisadoras reconheceram tanto a feminização da profissão jornalística, como uma maior presença da pauta feminina na cobertura midiática. Entretanto, ponderaram que essa feminização pode ser reflexo de uma perda de importância da própria profissão de jornalista, acarretada pela crise que assola este campo de atuação, com altos índices de desemprego e subemprego.

Quanto à maior presença de temas relacionados ao cotidiano feminino e aos direitos das mulheres, Iara (2017) acredita que “a discussão nunca é para abrir. Pelo contrário. A discussão é sempre para fechar”. Karla (2017) aponta para um aumento no número de *talk shows* comandados por mulheres, onde há espaço para discussões ligadas à questão de gênero e transexualidade. Para ela, nesse tipo de programa existe uma busca por depoimentos diretos, uma busca pela “verdade da autoridade de quem fala. Então, tem muito essa coisa de levar a mãe que aceitou o filho ou o pai que não aceita o filho e de colocar frente a frente”. A pesquisadora ressaltou que, se, por um lado, existem “impactos importantes que abrem minimamente” o espaço para pauta de gênero, por outro, “você percebe que é uma visibilidade controlada”, voltada, principalmente, para a manutenção da audiência.

Falando sobre a relação entre o jornalismo e a pesquisa acadêmica na perspectiva do debate de gênero, Iara (2017) afirma ter “a clara sensação de que, no jornalismo, há sempre uma ideia pré-concebida, daí o repórter vem buscar a mim como pesquisadora para poder dar uma cientificidade a essa ideia. A mídia procura coisas que podem ser generalizáveis, universais. E nós estamos, justamente, trabalhando para desmontar esse universal e generalizável”.

Foi justamente nesta perspectiva de desmonte das generalizações superficiais no debate de gênero que surgiu, em 1993, a ideia de publicação da revista *Cadernos Pagu*. Mais recentemente, expandiu-se a iniciativa para o *CinePagu* que, nas palavras de Karla (2017):

É um projeto que começou como uma tentativa de se formar um público que fosse mais amplo, que pegasse estudante, e que tratasse sempre de filmes com temáticas relativas à questão de gênero, pensando a interseccionalidade com outras categorias e que também dialogasse com as pesquisas que a gente faz aqui em geral. Discute-se corpo, sexualidade, diversidade, sempre com recorte de gênero. E que também convida diretores, pesquisadores, realiza mesas de debate. Tivemos mesa sobre aborto, AIDS. E sempre muito aberto. A ideia é criar um hábito de ver com debate. Eu acredito muito nisso. Que a gente tem que mudar o modo de ver. Não é tanto censurar – “ah!, a Globo não fez a representação do jeito que a gente queria”. Acho que a gente tem que aprender a desconstruir o discurso da Globo, a desconstruir o discurso do SBT, temos que formar gente capaz de se proteger, de se perguntar minimamente e de conseguir dialogar com a imagens.

Falando, por fim, sobre a relevância histórica da figura da jornalista Patrícia Galvão, a Pagu, para a luta feminista no Brasil, Iara (2017) ressaltou que, por ser “tantas personagens numa só”, ela se transformou num ícone para “pensar as mulheres e seus direitos”. Karla (2017) complementou lembrando que a imagem dela traz consigo um discurso de muita autonomia e em sua fala há várias feministas importantes, artistas, que são ícones importantes também.

Mas a Pagu tem um significado de autonomia, de corpo, de expressão, de tudo. Tem algo ali muito libertário. E se a gente pensar, é uma luta de que não dá para abrir mão. Ainda estamos muito longe de ter esta autonomia.

Iara (2017) concordou com a observação e acrescentou: “autonomia é a base do feminismo”.

Tabela 3 – Quadro de análise: *Cadernos Pagu* - entrevista com Iara A. Beleli e Karla Adriana M. Bessa

Estudo sobre Mulheres	É preciso saber quem é esta mulher, localizá-la no tempo, espaço e contexto socioeconômico, destacando os demais "marcadores de diferenças" que se articulam na questão de gênero
Quantidade e a influência de mulheres no jornalismo	Se você ficar na estatística, pode até ser que tenha aumentado muito o número de mulheres. Mas o que essas mulheres estão pautando e como elas estão pautando?
Pauta x Fontes	Aborto, feminicídio, violência doméstica, violência contra a mulher em geral. Isso aparece nas notícias. O problema é como isso aparece. Quem eles buscam para ser referência para dar entrevistas?
Feminização do Jornalismo	Será que ter pessoas do sexo feminino no jornalismo mudaria o jornalismo?
Mídia Alternativa	Do mesmo modo que existem blogs muito interessantes e a internet abriu uma possibilidade grande de vozes, dessa emergência de visibilidades; na mesma medida, você tem o outro lado com blogs e sites difundido mensagens retrógradas e misóginas.
	Quanto dessa mídia alternativa, que é uma miríade de blogs e páginas pessoais, chega, de fato, à população?
Sobre o aumento de talk shows	Por um lado existem impactos importantes que abrem minimamente o espaço para pauta de gênero, por outro "você percebe que é uma visibilidade controlada", voltada, principalmente, para a manutenção da audiência.
Cientificidade pré-estabelecida	A clara sensação de que, no jornalismo, já se tem uma ideia, daí ele vem buscar a mim como pesquisadora para poder dar uma cientificidade a essa ideia. A mídia procura coisas que podem ser generalizáveis, universais. E nós estamos, justamente, trabalhando para desmontar esse universal e generalizável.
Desconstrução da Mídia	Acho que a gente tem que aprender a desconstruir o discurso da Globo, a desconstruir o discurso do SBT, temos que formar gente capaz de se proteger, de se perguntar minimamente e de conseguir dialogar com a imagens
Espetacularização da Mídia	Cada frase tem um julgamento moral e principalmente em relação às mulheres. Até quando eles querem defender as mulheres, tem algo que aquela mulher pode ter feito que, para o receptor, ela se tornar uma ré e não uma vítima. Como se ele dissesse implicitamente {o apresentador de programas policiais} que "alguma abertura ela deu, que nenhum homem é tão ruim assim".
Autonomia e Feminismo	Pagu se transformou num ícone para "pensar as mulheres e seus direitos". Pagu traz um discurso de muita autonomia. Se a gente pensar, é uma luta que não dá para abrir mão. Autonomia é uma base do feminismo.

5.5.6. Pontos-chave inovadores do projeto

Além dos pontos referenciados no quadro acima (**tabela 3**), é importante destacar os elementos mais inovadores do projeto em questão. Merecem destaque as estratégias no campo jornalístico:

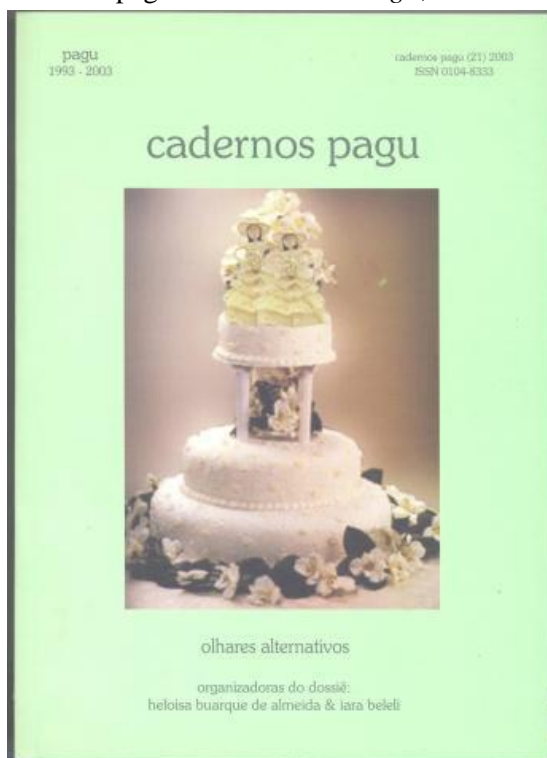
- a) *Cadernos Pagu* diferencia-se pela proposta de concentração de pesquisa na área de estudos de gênero, publicando distintos **olhares nacionais e interdisciplinares** sobre as temáticas da diversidade desde o início da **década de 1990**;

- b) Sua **longevidade** e **credibilidade** são pontos a destacar, principalmente considerando as dificuldades de financiamento que as pesquisas acadêmicas vivenciam, sobretudo, a sobrevivência em movimentos conservadores que perpassam a História nacional. Seja quando existe o apoio de secretarias exclusivas de mulheres ou em momentos atuais, quando entidades desta natureza foram extintas;
- c) A iniciativa conta com **especialistas gabaritadas**, com diversas publicações, pesquisas acadêmicas realizadas e publicadas no exterior, o que faz com que a produção da publicação esteja sempre **atenada com as discussões de gênero de maneira mais orgânica**, não vinculada somente à agenda da mídia, mas também ao desenvolvimento das pesquisas;
- d) Dois exemplos a destacar constam no exemplar *Cadernos Pagu*, número 21, com o *Dossiê Olhares Alternativos*, que demonstra a **vanguarda na inserção da pauta**. O primeiro é o artigo de Judith Butler, intitulado *O parentesco é sempre tido como heterossexual?*⁸⁷, publicado em 2003, momento em que não existia uma comoção nacional sobre sua obra. E o segundo, *Gênero e parentesco: famílias gays e lésbicas no Brasil*⁸⁸, de Miriam Pillar Grossi, antropóloga feminista e professora da UFSC, que aborda o reconhecimento do casamento entre pessoas do mesmo sexo, no Brasil, como uma instituição familiar. Esta união foi declarada possível pelo Supremo Tribunal Federal (STF) somente em 2011.

⁸⁷Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n21/n21a10.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2018.

⁸⁸Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n21/n21a11.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2018.

Figura 7 – Primeira página de *Cadernos Pagu*, número 21, de 2003



Fonte: *Cadernos Pagu* (2018)⁸⁹

5.5.7. Fotos da entrevista Núcleo Estudos de Gênero – Pagu / Unicamp

Fotos 5 – Porta de acesso à biblioteca do NEG



Crédito da foto: João Vicente Vitalli

⁸⁹Disponível em: Acesso em: <https://www.pagu.unicamp.br/es/numeros>. Acesso em: 25 mai. 2018

Fotos 6 – Iara Aparecida Beleli e esta pesquisadora no momento da entrevista



Crédito da foto: João Vicente Vitalli

Foto 7 – Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu. Prof. Dr. Luciano Victor Barros Maluly, Iara Aparecida Beleli (de costas) e esta pesquisadora



Crédito da foto: João Vicente Vitalli

Foto 8 – Iara Aparecida Beleli, Karla Adriana Martins Bessa e esta pesquisadora no NEG – Pagu



Crédito da foto: João Vicente Vitalli

6. Conclusões

Este estudo buscou demonstrar que o jornalismo pós-industrial representa um momento de crise e reformulação. Existem novas propostas sobre o que será o exercício da profissão em um mundo interconectado, no qual o antigo sistema estará em constante mudança. Com práticas profissionais inovadoras e novas formas de narrativa se apresentando na área de difusão da opinião pública, o maquinário, o sistema e os comportamentos que constituíram a comunicação industrial não se sustentam mais. As grandes e outrora sólidas empresas comunicacionais sobrevivem, mas dividem espaço com novas experiências, novos meios e iniciativas com múltiplos formatos, que oferecem mais liberdade de publicação e possibilidade de exercício do indivíduo receptor-emissor.

A proliferação de informação, o excesso de produção de textos e o consumo de narrativas em tempo integral são traços da cultura moderna. A informação como mercadoria é extremamente difundida e valiosa na rotina humana, mas, na contemporaneidade, ela se tornou tão numerosa que é imprescindível selecioná-la criteriosamente.

Diante da proliferação de mensagens na sociedade interconectada, emitir informação não é mais a chave da comunicação. Ou seja: o acesso à tecnologia fez com que o furo jornalístico perdesse destaque na profissão. Nesta mesma proporção, investimentos em análises qualitativas, provenientes de especialistas renomados, são imprescindíveis ao futuro do jornalismo. Se muitos irão cobrir e divulgar o mesmo tema, importa agora quem irá publicar com mais qualidade.

Nesta nova realidade, o pouco espaço para a atuação de profissionais consolidados ou iniciantes nas redações convencionais e nos veículos de comunicação mais importantes do mercado abre passagem para se apostar no caminho jornalístico não-linear. É necessário, portanto, trabalhar com alunos e jornalistas de maneira original e apostar em projetos que possam oferecer, além de emprego e rentabilidade, uma opção de atuação mais ética e com vistas à promoção social.

Para ressaltar tal caminho na área dos novos meios, o capítulo *Comunicação e jornalismo alternativo: conceitos e debates* fez algumas considerações sobre a área, descrevendo suas origens e seu campo de atuação no passado, sua representatividade no presente e o que este campo propõe para o futuro.

Na segunda parte da pesquisa, optou-se por compor um texto linear sobre mulheres precursoras que, de certa maneira, contribuíram para a organização dos ideais emancipatórios

em defesa da igualdade de gênero. Apesar das obras mencionadas e utilizadas no texto tratarem de assuntos pontuais sobre gênero, a costura do material no capítulo *Pensamento feminista: recortes em torno da área de comunicação* pode fornecer um rascunho do histórico da representatividade feminina na mídia.

Entende-se que este foi apenas um recorte, não sendo possível esgotar as referências a estudiosas e autoras da área. Entretanto, espera-se que este material possa iniciar um debate sobre qual caminho deve-se seguir para traçar um diagnóstico mais democrático acerca da participação e da igualdade de gênero no jornalismo.

Com uma narrativa próxima ao contexto político das mulheres brasileiras, o capítulo *O jornalismo alternativo e as ondas feministas* representa a parte que mais se assemelha ao texto jornalístico na tese. Sua composição pretendeu juntar eventos históricos à cobertura então vigente nos meios de comunicação não-hegemônicos. Este tópico demonstrou que cada onda feminista teve seu respectivo modelo de ocupação e representação no jornalismo alternativo.

A primeira onda construiu espaço dentro de jornais impressos, políticos, partidários ou de entretenimento. Na segunda onda, os periódicos seguiam a tendência impressa, mas com a particularidade de serem compostos por um número maior, ou mesmo exclusivo, de mulheres, que também se assumiam feministas. Já a terceira onda é composta por uma variedade de revistas e pesquisas acadêmicas de recorte feminista, até a multiplicidade de mídias e tecnologias empregadas para pautar a luta das mulheres do século XXI.

Apesar de não haver consenso teórico, uma parte da academia afirma já existir, nos dias de hoje, uma quarta onda, caracterizada, justamente, pela utilização primordial das redes sociais para a organização, a conscientização e a renovação dos ideais feministas. Como considera Butler (2003, p.13), a atual conjuntura político-cultural seria uma oportunidade de “empreender uma crítica radical, que busque libertar a teoria feminista da necessidade de constituir uma base única e permanente”.

As ondas demonstram a possibilidade de enxergar a união entre as sufragistas da primeira etapa, as intelectuais da segunda e as ativistas interconectadas da atualidade. A narrativa histórica possibilitou entender o feminismo atual como consequência de lutas, não apenas de épocas. Falar sobre ondas é entender que existe algo em comum entre Virginia Wolf, Pagu e Angela Davis. Por meio dessa história, que vem sendo construída e tem um longo caminho a seguir, o feminismo oferece a oportunidade de construir a igualdade.

A decisão de entrevistar estudiosas e especialistas consolidadas nos estudos de gênero e comunicação no capítulo *História oral e comunicação: entrevistas aplicadas sobre gênero e*

jornalismo incorpora a contemporaneidade sem a máscara da efemeridade, buscando superar possíveis modismo que o feminismo atual possa vivenciar.

De maneira geral, todos os elementos ressaltados nas várias etapas das entrevistas – da concepção à concretude – trabalharam investigações que, conforme os estudos de história oral, permitiram implicações analíticas para além da linearidade. Neste sentido, buscou-se um diálogo no qual as entrevistadas ultrapassassem a barreira passiva e dialética da comunicação simplificada e se tornassem colaboradoras comprometidas com atuação empírica e com o conhecimento produzido na pesquisa.

O debate provocado por estas entrevistas evidencia que, no plano de atuação de gênero e de jornalismo, os objetivos profissionais não se separam de metas e de visões pessoais sobre o mundo. Nesta junção de áreas temáticas, cabe ressaltar perfis de pessoas que desenvolvem uma completa integração entre espaço público e formação humanista, enxergando na democratização do jornalismo um caminho para a solução dos entraves sociais de muitas mulheres.

Se, por um lado, as mudanças ocorridas na área de comunicação proliferam distintas experiências transitórias, que nem sempre alcançam o êxito da sustentabilidade, por outro, essas mesmas mudanças demonstram a urgência de investimentos em projetos modernos e em constante atualização. Empreendimentos de pequeno porte, como o Instituto Patrícia Galvão – Mídia e Direitos (IPG), com propostas autônomas e que se diferenciam do modelo macro de produção da comunicação – e os estudos em profundidade – como os que constituem a proposta editorial dos *Cadernos Pagu* – indicam um caminho possível da comunicação na área de gênero e jornalismo.

Entrevistar colaboradoras destes dois centros de informação vinculados à área de gênero impactou diversos aspectos da tese, contrapondo, ao mesmo tempo, conjectura e *práxis*. A escolha do Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu (NEG-Pagu) corresponde à teorização exercida no segundo capítulo da tese, onde foram trabalhados os conceitos da mulher no espaço público e na comunicação como um todo. Sob outra perspectiva, o IPG se aproxima significativamente do primeiro e do terceiro capítulos, conceituando a prática do jornalismo e seu impacto social enquanto artefato de função pública, política e social.

Cabe ressaltar que a opção de entrevistar estudiosas e especialistas consolidadas nos estudos de gênero e comunicação, como Asunción Aragón Varo e Inmaculata Díaz Narbona, da Universidade de Cádiz, além de Jacira Vieira de Melo, do IPG, Iara Aparecida Beleli e Karla Adriana Martins Bessa, da Unicamp, em vez de profissionais ligadas aos veículos alternativos, deve-se à breve duração dos próprios meios jornalísticos. Prova disto é que, no decorrer deste

estudo, muitas iniciativas nasceram e logo desapareceram. Outras seguem, mas sem perspectiva de vida longa. Na pesquisa, partiu-se da premissa que o importante seria a análise geral do segmento alternativo e o seu vínculo com as questões de gênero, não se restringindo ao estudo de casos específicos.

O estudo permitiu observar que o jornalismo alternativo foi o espaço por excelência para a entrada, a consolidação e o desenvolvimento das bandeiras feministas nos meios de comunicação. Ainda assim, feminismo e jornalismo alternativo não são áreas de fácil assimilação na academia. Ambas possuem seus pesquisadores, mas muitos especialistas ainda discordam ou mesmo refutam a sua existência no do campo das Ciências Humanas. Juntá-las faz-se necessário justamente pelo caráter contra-hegemônico que ambas possuem.

Foi a partir da ocupação do espaço construído na mídia alternativa que as demandas feministas se fortaleceram até encontrarem a ressonância necessária para ocupar a pauta da grande mídia/imprensa comercial e, conseqüentemente, o espaço público, a ponto de exigir e construir mudanças sociais nos aspectos moral, político e socioeconômico.

Neste sentido, a tese mescla duas esferas primordiais da existência do feminismo: rigor intelectual e vias alternativas de expressão. A intelectualidade é necessária devido à vulnerabilidade que o feminismo carrega, por ser um movimento contrassistêmico dentro do patriarcado. Ou seja: é necessário respaldo racional e científico para defendê-lo das duras críticas que recebe e sempre recebeu.

O campo alternativo, por sua vez, é talvez um primeiro rascunho histórico que possibilita mergulhar no pensamento de distintas épocas e traçar as relações entre os estudos de gênero com a sociedade. Sendo assim, não é exagerado afirmar que através desta área de estudos é possível analisar a trajetória feminista. Em outras palavras, é por meio dos canais alternativos que o feminismo se insere no jornalismo.

Com a ampliação das pautas feministas na mídia, espera-se que tanto docentes como discentes de jornalismo possam olhar para sua própria produção com critérios de igualdade de gênero. Nas universidades, é necessário que o debate esteja presente nas grades curriculares dos cursos de jornalismo. Isto acarretará, conseqüentemente, reações no mercado.

É necessário que o feminismo ultrapasse a barreira alternativa para sobreviver e seguir como pauta constante na mídia, com larga cobertura nos canais alternativos, mas sem perder de vista uma atuação e ocupação concomitante nos grandes meios hegemônicos. Os avanços já ocorrem. Como exemplo, o jornal *The New York Times* instituiu em 2017 o cargo de editora de gênero, cuja função, entre outras tarefas, é analisar a linguagem e a narrativa adotada nas

reportagens, checando a disposição das mulheres nas imagens e o número de entrevistadas no veículo⁹⁰.

Além de explicitar os avanços sociais das lutas feministas, esta tese uniu trajetórias empíricas e teóricas. Os objetivos da pesquisa foram traçados por meio de experiências acadêmicas, profissionais e pessoais que vivenciei ao longo dos últimos anos na área de jornalismo e nos estudos de gênero. Áreas que, ao lado de alunos e do recorrente apoio recebido na orientação e no desenvolvimento deste doutorado na ECA-USP, experimentei conectar na tese.

Durante estes anos de pesquisa de doutorado, participando também de atividades extras, como palestras, seminários e conversas com acadêmicos e especialistas, foi apontado o quanto é importante, além de criticar os veículos de comunicação, trabalhar com experiências propositivas e potenciais para incentivar alunos, docentes e profissionais no mercado de jornalismo.

Concluo esta pesquisa, após cinco anos de pura imersão nos estudos de gênero, no jornalismo e na experiência pessoal do magistério e da maternidade, com a certeza de ainda não ter esgotado todas as leituras, análises e escritas sobre o assunto.

O feminismo é um campo teórico e analítico, mas também pode ser extremamente simples e factual, livre da necessidade de rótulos tão importantes para as teorias, mas não necessariamente para a prática cotidiana. Por conta disso, ele pode ser considerado uma área de estudos que, por concepção analítica, deve misturar o público com o privado. A luta pela alteração no paradigma do patriarcado ocorre do individual para o coletivo, do particular para o público, do pessoal para o acadêmico. Não por outro motivo, militância e objeto de pesquisa somaram-se e se fortaleceram mutuamente no desenrolar da tese *Feminismo em pauta: um estudo sobre mulheres e jornalismo alternativo*.

Finalizo esta etapa sem conclusões, mas esperando construir novas formas de compreensão e superação da realidade. Assim como as autoras descritas, analisadas, compiladas e costuradas no emaranhado desta pesquisa, a ideia é lutar por um oceano mais pacífico no futuro, onde as águas sejam calmas e iguais para todos, sem grandes ondas feministas a atravessar.

⁹⁰Disponível em: <https://www.nytimes.com/2017/11/06/reader-center/jessica-bennett-gender-editor-questions.html>. Acesso em: 25 jun. 2018.

Referências

- ABRAMO, Perseu. **Padrões de manipulação da grande imprensa**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.
- ABREU, Alzira Alves de. Jornalismo Cidadão. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 31, 2003, p. 23-40.
- ADORNO, Theodor W. A Indústria Cultural. In: COHN, Gabriel (org.). **Comunicação e indústria cultural**. São Paulo: Editora T.A. Queiroz, 1989.
- ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. **Dialética do Esclarecimento**: fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.
- AGÊNCIA PATRÍCIA GALVAO. Disponível em: <http://agenciapatriciagalvao.org.br/>. Acesso em: 22 mar. 2015.
- AGÊNCIA PÚBLICA. **Furos, perseguição e mulheres no comando: a cara do novo jornalismo na América Latina**. Disponível em: <https://apublica.org/2017/07/furos-perseguiçao-e-mulheres-no-comando-a-cara-do-novo-jornalismo-na-america-latina/>. Acesso em: 25 mai. 2018.
- ANDERSON, C. W.; BELL, Emily; SHIRKY, Clay. Jornalismo Pós-Industrial: adaptação aos novos tempos. **Revista de Jornalismo ESPM**, abr.-jun. 2013, p. 30- 89.
- ANDI – Comunicação e Direitos. **Análise da cobertura da imprensa sobre mulher e trabalho**. 2011. Disponível em: <http://www.andi.org.br/publicacao/resumo-executivo-analise-da-cobertura-da-imprensa-sobre-mulher-e-trabalho>. Acesso em: 14 jul. 2015.
- ARAGÓN VARO, Asunción. This is a man's world: drag kings and the female embodiment of masculinity. **Revista Alicantina de Estudios Ingleses**, n. 26, 2013 (Ejemplar dedicado a: Identity, Culture and Performance Studies / Silvia Caporale Bizzini (ed. lit.), Lucia Esposito (ed. lit.), Alejandra Ruggiero (ed. lit.), p. 129-141.
- _____. **El análisis de la literatura a través de la crítica literaria feminista**: la ausencia de las mujeres en los contenidos escolares. In: MARTÍNEZ, Carmen Rodríguez (coord.). 2004, p. 87-99.
- ARENDDT, Hannah. A mentira na política: considerações sobre os Documentos do Pentágono. In: **Crises da República**. São Paulo: Perspectiva, 1973, p. 9-48.
- _____. **Eichmann em Jerusalém**: um relato sobre a banalidade do mal. Tradução José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- AUGUSTO, Sergio; JAGUAR (org.). **O melhor do Pasquim**. Rio de Janeiro: Desiderata, 2006.
- _____. **Antologia do Pasquim**. Rio de Janeiro: Desiderata, 2007. 2v: 1972-1973.
- AZEVEDO, Carlos. **Jornal Movimento**: uma reportagem. Belo Horizonte: Editora Manifesto, 2011.
- BAUMAN, Zygmunt. **Amor líquido**: sobre a fragilidade dos laços humanos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.
- BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo**. 3ª edição. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016a. 1v: Fatos e mitos.

_____. **O segundo sexo**. 3ª edição. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016b. 2 v: A experiência vivida.

BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

_____. **O que é transexualidade?** São Paulo: Brasiliense, 2008.

_____. Política da diferença: feminismos e transexualidades. In: COLLING, Leandro (org.). **Stonewall 40 + o que no Brasil?** Salvador: Edufba, 2011. p. 79-110.

BERGAMO, Alexandre; MICK, Jacques; LIMA, Samuel. **Perfil do jornalista brasileiro: características demográficas, políticas e do trabalho – síntese dos principais resultados**. Florianópolis: UFSC, Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), 2012. Disponível em: <http://perfildojornalista.ufsc.br/files/2013/04/Perfil-do-jornalista-brasileiro-Sintese.pdf>. Acesso em: 25 mai. 2018.

BOURDIEU, Pierre. **La dominación masculina**. Barcelona: Editorial Anagrama, 2000.

_____. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

BOSI, Ecléa. **Cultura de massa e cultura popular: leituras de operárias**. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

BUITONI, Dulcília Schroeder. **Mulher de papel: a representação da mulher pela imprensa feminina brasileira**. São Paulo: ed. Loyola, 1981.

_____. **Imprensa Feminina**, São Paulo: Ática, 1986.

_____. Imagem da mulher na imprensa brasileira: é possível sair do padrão? **Revista Brasileira da Biblioteca Mario de Andrade**. São Paulo, v. 1, n.53, p.135-44, 1995.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. **O parentesco é sempre tido como heterossexual?** Cadernos Pagu. 2003b, n.21, pp.219-260. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/issue/view/1096/>. Acesso em: 22 mai. 2015.

CADERNOS PAGU. Disponível em: <https://www.pagu.unicamp.br/es/cadernos-pagu>. Acesso em: 27 abr. 2016.

CARDOSO, Elizabeth da Penha. **Imprensa feminista brasileira pós-1974**. 2004. Mestrado. Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo. São Paulo. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27142/tde-17052004-165710/pt-br.php>. Acesso em: 31 mai. 2018.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci, KOSSOY, Boris (org.). **A imprensa confiscada pelo DEOPS (1924-1954)**. São Paulo: Ateliê Editorial; Imprensa Oficial; Arquivo do Estado de São Paulo, 2003.

CASADEI, Eliza Bachega. A inserção das mulheres no jornalismo e a imprensa alternativa: primeiras experiências do final do século XIX. In: **Revista Alterjor**, v. 3, n. 1, jan-jun. 2011. Disponível em: <http://www.usp.br/alterjor/ojs/index.php/alterjor/article/view/aj3-d3>. Acesso em: 31 mai. 2018.

_____. As questões de redistribuição e reconhecimento na imprensa feminista alternativa: o caso *Mulherio*. In **Revista Alterjor**, v. 1, n. 00, ago-dez 2009. Disponível

em: <http://www.usp.br/alterjor/ojs/index.php/alterjor/article/view/aj0-a7>. Acesso em: 27 jun. 2018.

CASTELLS, Manuel. **La era de la información, economía sociedad y cultura**. El poder de la identidad, Vol. II, Siglo XXI, 2004.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da História**. Trad. Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1972.

CARVALHO, Ricardo (coord.). **As capas desta história: a imprensa alternativa, clandestina e no exílio, no período de 1964-1979 (do golpe à anistia)**. São Paulo: Editora Instituto Vladimir Herzog, 2011.

CHINEM, Rivaldo. **Imprensa alternativa: jornalismo de oposição e inovação**. São Paulo: Ática, 1995.

CHOMSKY, Noam. **Ecco 10 modi per capire tutte le bugie che ci raccontano em Latinoamérica e tutti i sud del mondo**. N. 128/130. Roma: GME Produzioni, 2014/2015. p. 146-147.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES). **Capes aprova a nova classificação do Qualis**. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/component/content/article?id=2550:capes-aprova-a-nova-classificacao-do-qualis>. Acesso em 13 out. 2017.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DOWBOR, Ladislau. **O que acontece com o trabalho?** São Paulo: Editora Senac, 2002.

DOWNING, John D.H. **Mídia radical: rebeldia nas comunicações e movimentos sociais**. São Paulo: Editora Senac, 2002.

_____. Entrevista com John Downing. Entrevista concedida Patrícia Wittenberg Cavalli. **Revista Famecos**, n.º 38: Porto Alegre, 2009, p. 5-9. Disponível em: <file:///C:/Users/Enio/Downloads/5293-17068-1-PB.pdf>. Acesso em: 17 mai. 2017.

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS (FENAJ). **Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros**, 2007. Disponível em: <http://fenaj.org.br/codigo-de-etica-dos-jornalistas-brasileiros-19852007/>. Acesso em 27 abr. 2018.

FIGARO, Roseli. Jornalismo e trabalho de jornalistas: desafios para as novas gerações no século XXI. **Revista Parágrafo**: jul-dez. 2014. v. 2, n. 2. São Paulo: Mestrado Profissional em Jornalismo do FIAM-FAAM - Centro Universitário: São Paulo, 2014.

FIORIN, José Luiz. **Linguagem e ideologia**. São Paulo: Ática, 1988.

FLORESTA, Nísia. **Direitos das mulheres e injustiça dos homens**. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 1989.

FRIEDAN, Betty. **Mística feminina**. Petrópolis: Vozes, 1971.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS (FCC). **Uma história: Mulherio**. Disponível em: <https://www.fcc.org.br/fcc/>. Acesso em: 27 mai. 2016.

GUARESCHI, Pedrinho. **Mídia, educação e cidadania: tudo o que você deve saber sobre mídia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

GALVÃO, Patrícia. **Paixão Pagu: a autobiografia precoce de Patrícia Galvão**. São Paulo: Agir, 2005.

_____. **Parque industrial**. 3ª ed. Porto Alegre; São Paulo: Mercado Aberto; EDUFSCar, 1994.

_____. A mulher do povo. **Homem do Povo**. n. 1, 27 mar. 1931. Disponível em: <http://www.pagu.com.br/blog/jornalismo-pagu/a-mulher-do-povo/>. Acesso em: 31 mai. 2018.

_____. O retiro sexual. **Homem do Povo**. n. 03, 31 mar. 1931. Disponível em: <http://www.pagu.com.br/blog/jornalismo-pagu/o-retiro-sexual/>. Acesso em: 31 mai. 2018.

_____. Habitação coletiva. **Diário de Notícias**. 1933. Disponível em: <http://www.pagu.com.br/blog/jornalismo-pagu/habitacao-coletiva/>. Acesso em: 31 mai. 2018.

GRINBERG, Máximo Simpson (Org.). **A comunicação alternativa na América Latina**. Petrópolis: Vozes, 1987.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

GROSSI, Miriam Pillar. Gênero e parentesco: famílias gays e lésbicas no Brasil. **Cadernos Pagu**. Campinas: Unicamp, 2003, n. 21, p. 261-280. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8644621/0>. Acesso em: 17 mai. 2017.

GUIMARAENS, Rafael; CENTENO, Ayrton; BONES, Elmar (org.). **CooJornal: um jornal de jornalistas sob o regime militar**. Porto Alegre: Libretos, 2011.

HELOANI, Roberto. **Gestão e organização no capitalismo globalizado**. São Paulo: Atlas, 2003.

INTERNATIONAL FEDERATION OF JOURNALISTS (IFJ). **Getting the balance right: gender equality in journalism**. International Federation of Journalists: Bélgica, 2009. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001807/180740S.pdf>. Acesso em: 17 mai. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Estatísticas de gênero**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/>. Acesso em: 08 jun. 2017.

INSTITUTO PATRICIA GALVAO (IPG). Disponível em: <http://agenciapatriciagalvao.org.br/>. Acesso em: 22 mar. 2015.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos**. Brasília. 2012. Disponível em: <http://www.diversidadessexual.com.br/wp-content/uploads/2013/04/G%C3%8ANERO-CONCEITOS-E-TERMOS.pdf>. Acesso em 27 abr. 2018.

JORNAL DO BRASIL: Disponível em: Mulheres são donas de 43% dos negócios do Brasil, diz Serasa. <http://www.jb.com.br/economia/noticias/2015/02/23/mulheres-sao-donas-de-43-dos-negocios-do-brasil-diz-serasa/>. Acessado em 25 mai. 2018.

KOSHIYAMA, Alice Mitika. Mulheres jornalistas na imprensa brasileira. INTERCOM: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. **Cadernos do XXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. Campo Grande, 2001. <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/1512849980.pdf>. Acesso em 31 mai. 2018.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa**. São Paulo: Edusp, 2003.

LAGE, Nilson. **A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

LANIER, Jaron. **Gadget: você não é um aplicativo** – um manifesto sobre como tecnologia interage com nossa cultura. São Paulo: Saraiva, 2010.

LAURELL, Asa Cristina. Avançando em direção ao passado. In: _____ (org.). **Estado e políticas sociais no neoliberalismo**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002. p.151-178.

LIPOVETSKY, Gilles. **A terceira mulher: permanência e revolução do feminino**. São Paulo: Companhia das letras, 2000.

LISPECTOR, Clarice. **A hora da estrela**. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

LOUREIRO, Isabel (org.). **Rosa Luxemburgo: textos escolhidos**. São Paulo: Editora Unesp, 2011. 1v.

MARTINEZ, Monica; LAGO, Cláudia; LAGO, Mara Coelho de Souza. Estudos de gênero na pesquisa em jornalismo no Brasil: uma tênue relação. **Revista Famecos: mídia, cultura e tecnologia**, n. ° 23 (maio-agosto), 2016. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=495553927004>. Acesso em: 31 mai. 2018.

MATTELART, Armand; MATTELART, Michele. **História das teorias da comunicação**. São Paulo: Loyola, 1999.

MATTELART, Michele. **Mujeres e industrias culturales**. Barcelona: Editorial Anagrama, 1982.

MATTOS, Sérgio. **Mídia controlada a história da censura no Brasil e no mundo**. São Paulo, Paulus, 2005.

MEDINA, Cremilda Celeste de Araújo. **Entrevista: o diálogo possível**. São Paulo: Ática, 1986.

MEIHY, José Carlos Sebe; HOLANDA, Fabíola. **História oral: como fazer, como pensar**. São Paulo: Contexto, 2007.

MONTEIRO, Ivanilde Alves; HANAICA, Halasz Gati. A mulher na história da Educação brasileira: entraves e avanços de uma época. **Anais do IX Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas História, Sociedade e Educação no Brasil**. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario9/PDFs/4.09.pdf. Acesso em: 19 mai. 2018.

MORAES, Maria Lygia Quartim de. **Família e feminismo: reflexões sobre papéis feminino na imprensa para mulheres**. 1981. Doutorado em Ciências Políticas. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

MOREIRA, Reginaldo. **A comunicação como dispositivo terapeutizante: mais mediação, menos medicação**. Rio de Janeiro: Rizoma, 2014

MORENO, Rachel. **A imagem da mulher na mídia: controle social comparado**. São Paulo: Publisher Brasil, 2012.

MORIN, Edgar. **Cultura de massas no século XX**. 9.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007. 1 v: Neurose.

_____. 9.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007. 2 v: Necrose.

NASCIMENTO, Clítia Daniel. Feminismo segundo a perspectiva feminista. **Esquerda Marxista**. 2016. Disponível em <http://www.marxismo.org.br/content/feminismo-segundo-a-perspectiva-marxista-parte-2/>. Acesso em: 28 mai. 2018.

NARBONA, Inmaculata Díaz. La représentation de la mère: indicateur de changement dans la littérature des femmes? **Francofonía**, n. 11. Universidad de Cádiz. Cádiz. 2002.

_____. Images de femmes: vers une architecture de l'espace urbain dans l'oeuvre de'Ousmane Socé Diop. **Francofonía**, n. 8. Universidad de Cádiz. Cádiz, 1999.

NÚCLEO DE ESTUDOS DE GÊNERO – PAGU. Disponível em: <https://www.pagu.unicamp.br/>. Acesso em: 12 mai. 2015.

NUNES, Maria Aparecida (org.) **Clarice na cabeceira: jornalismo**. Rio de Janeiro: Rocco, 2012.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Declaração do Milênio das Nações Unidas**. Cimeira do Milênio, Nova Iorque, 6-8. Setembro de 2000. Disponível em: http://www.pnud.org.br/Docs/declaracao_do_milenio.pdf. Acesso em 09 jul. 2015.

_____. **Declaração das Nações Unidas sobre a Eliminação da Discriminação contra a Mulher**. Assembleia Geral, Resolução 2263(XXII), 7 nov. 1967. Disponível em: http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2013/03/declaracao_viena.pdf. Acesso em 31 mai. 2018.

_____. **Report of the Special Rapporteur on the promotion and protection of the right to freedom of opinion and expression, Frank La Rue**. Human Rights Council, Nova Iorque, 16 mai. 2011. Disponível em: http://www2.ohchr.org/english/bodies/hrcouncil/docs/17session/A.HRC.17.27_en.pdf. Acesso em 27 abr. 2018.

O HOMEM DO POVO: coleção completa e fac-similar de jornais escritos por Oswald de Andrade e Patrícia Galvão (Pagu). 2ª ed., São Paulo: Imprensa Oficial do Estado / Arquivo do Estado, 1985.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da História: operários, mulheres, prisioneiros**, 2ª ed. Trad. D. Bottmaner, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PERROT, Michele. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2006.

PERUZZO, Cicilia Maria Krohling. **Comunicação nos movimentos populares**. São Paulo: Vozes, 1998.

PRIORI, Mary Del. **Mulheres no Brasil Colonial**. São Paulo: Contexto, 2000.

_____. **Corpo a corpo com a mulher**. São Paulo: Contexto, 2000.

RABÊLO, José Maria. **Binômio: edição histórica: o jornal que virou Minas de cabeça para baixo**. Belo Horizonte: Armazém de Idéias / Barlavento Grupo Editorial, 1997.

REVISTA ESTUDOS FEMINISTAS. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref>. Acesso em: 23 mai. 2016.

SALIH, Sara. **Judith Butler e a teoria queer**. Trad. Guacira Lopes Louro. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

SANTOS, Magda Guadalupe dos. Os feminismos e suas ondas. **Revista Cult**, v. 219, p. 32-35, 2016.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record: 2006.

SEMBRAMEDIA. **Ponto de inflexão:** impactos, ameaças e sustentabilidade: um estudo dos empreendedores digitais latino-americanos. jul. 2017. Disponível em: <http://data.sembramedia.org/?lang=pt-br>. Acessado em 25 mai. 2018.

SENNETT, Richard. **A cultura do novo capitalismo.** Rio de Janeiro: Record, 2006.

SHIRKY, Clay. **A cultura da participação:** criatividade e generosidade no mundo conectado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2011.

SINGER, Paul (org.). **Marx:** economia. Coleção Grandes Cientistas Sociais, nº 31. São Paulo: Ática, 1982.

TRAGTENBERG, Mauricio. **A delinquência acadêmica:** o poder sem saber e o saber sem poder. In: _____ São Paulo: Editora Rumo, 1979, p. 15-23.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve história do feminismo no Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1993.

TELES, Maria Amélia de Almeida; LEITE, Rosalina Santa Cruz. **Da guerrilha à imprensa feminista:** a construção do feminismo pós-luta armada (1975-1980). São Paulo: Intermeios, 2013.

TIBURI Marcia. **Feminismo em comum:** para todas, todes e todos. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

TORELLY, Aparício (Barão de Itararé). **Almanaque para 1949.** São Paulo: Edusp / Imprensa Oficial do Estado, 2003.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo: a tribo jornalística** – uma comunidade interpretativa internacional. v. 2. Florianópolis: Insular, 2013.

UNIVERSIDAD DE CÁDIZ. **Oficina de Coordinación de Posgrado.** Disponível em: <https://posgrado.uca.es/master/genero?curso=2017/18..> Acesso em: 22 abri. 2015.

VIVA PAGU. Disponível em: <http://www.pagu.com.br/blog/home/>. Acesso em: 27 abr. 2016.

WOOLF, Virginia. **Um teto todo seu.** Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Círculo do Livro, 1990.

Entrevistas:

ARAGÓN VARO, Asunción. Entrevista concedida a Anna Flávia Feldmann. Áudio. Cadiz, Espanha. Máster Interuniversitario en Género, Identidad y Ciudadanía: Universidad de Cadiz (UCA). 20. dez. 2015.

BELELI, Iara Aparecida; BESSA, Karla Adriana Martins. Entrevista concedida a Anna Flávia Feldmann. Áudio. Campinas, Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu: Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). 18. out. 2017.

DÍAZ NARBONA, Inmaculata. Entrevista concedida a Anna Flávia Feldmann. Áudio. Cadiz, Espanha. Máster Interuniversitario en Género, Identidad y Ciudadanía: Universidad de Cadiz (UCA). 20. jan. 2016.

VIEIRA DE MELO, Jacira. Entrevista concedida a Anna Flávia Feldmann. Áudio. São Paulo. Laboratório de Radiojornalismo João Walter Sampaio Smolka da Escola de Comunicações e Artes. Universidade de São Paulo (USP). 07. mar. 2017.